



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
CURSO DE MESTRADO EM SOCIOLOGIA

RAMONA RAISSA DO NASCIMENTO GUERRA MELO RIBEIRO

**ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ: reconfiguração do ethos pesqueiro para a
nacionalização e industrialização da pesca no Brasil (1954-1975)**

Recife
2021

RAMONA RAISSA DO NASCIMENTO GUERRA MELO RIBEIRO

**ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ: reconfiguração do ethos pesqueiro para a
nacionalização e industrialização da pesca no Brasil (1954-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Área de concentração: Mudança Social. Linha de pesquisa: Processos sociais rurais e novas tendências na agricultura.

Orientador: Cristiano Wellington Noberto Ramalho (PPGS/UFPE)

Recife

2021

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

R484e Ribeiro, Ramona Raissa do Nascimento Guerra Melo.
Escola de Pesca de Tamandaré : reconfiguração do ethos pesqueiro para a
nacionalização e industrialização da pesca no Brasil (1954-1975) / Ramona
Raissa do Nascimento Guerra Melo Ribeiro. – 2021.
123 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2021.
Inclui referências.

1. Sociologia. 2. Pesca – Tamandaré (PE). 3. Educação. 4. Ensino técnico.
5. Ensino profissional. I. Ramalho, Cristiano Wellington Noberto (Orientador).
II. Título.

301 CDD (22. ed.)

(BCFCH2021-082)

RAMONA RAISSA DO NASCIMENTO GUERRA MELO RIBEIRO

**ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ: reconfiguração do ethos pesqueiro para a
nacionalização e industrialização da pesca no Brasil (1954-1975)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Aprovada em: 27/04/2021.

BANCA EXAMINADORA

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Cristiano Wellington Noberto Ramalho (Presidente/Orientador) Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Profa. Dra. Silke Weber (Examinador Interna) Universidade Federal de Pernambuco

Participação via videoconferência

Prof. Dr. Angelo Brás Fernandes Callou (Examinador Externo) Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente a Seu Martins, Seu Josélio e a Fábio que colaboraram para execução dessa pesquisa com suas ricas falas acerca da Escola de Pesca de Tamandaré. Não poderia deixar de mencionar também a importância da minha mãe, Vanessa Guerra, que sempre me incentivou a seguir na jornada acadêmica, embora o caminho não seja fácil, assim como a Gabriel Nascimento, que pacientemente leu e releu as várias versões que esta dissertação teve, além de ter me incentivado que seria possível continua-la mesmo em meio a situação pandêmica que presenciamos. Deixo registrado meus agradecimentos também a Cristiano Ramalho, que desde a graduação tem contribuído de forma singular à minha formação acadêmica, na qual tenho o prazer de tê-lo como orientador. Não obstante, destaco a importância do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco para minha formação, local no qual essa pesquisa foi desenvolvida, assim como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, que financiou a pesquisa. Por fim, deixo registrada a importância da historiadora local de Tamandaré, Sr^a Maria do Carmo Ferrão, com quem pude conversar acerca da história da Escola e do Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Nordeste, que foi essencial para minha estadia em Tamandaré.

RESUMO

Esta dissertação buscou analisar através da Escola de Pesca de Tamandaré (EPT), a construção de um *ethos* profissional pesqueiro racional e moderno que esteve associado ao projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil e tinha por intuito superar o *ethos* pesqueiro artesanal pré-existente e de construir um novo pescador. Para tanto, a metodologia empregada neste trabalho, de cunho etnográfico, utilizou-se da pesquisa documental, discutindo os marcos legais presentes em dossiês da Câmara dos Deputados, assim como de outros documentos oficiais do acervo da Marinha e da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), além de contarmos com matérias jornalísticas do Jornal Pequeno e Diário de Pernambuco. A soma disso, realizamos entrevistas com os ex-alunos da Instituição, onde pudemos analisar a reconfiguração do trabalho pesqueiro a partir da promoção de uma instrução alinhada aos interesses governamentais, com base nisso, foi possível identificarmos uma ruptura na educação ofertada. Isto porque o investimento em uma educação formal e técnica via Escola de Pesca, ocupou o lugar do mestre de pesca no que concerne a instrução oferecida aos pescadores artesanais, tendo a função de qualificá-los para o trabalho industrial. O que resultou, por conseguinte, na formação de um novo *ethos*, forjado através do disciplinamento e da regulação do tempo instituídos pela Marinha nessa Escola de Pesca, possibilitando aos seus alunos a viverem do trabalho no mar.

PALAVRAS-CHAVE: Escola de Pesca. Ensino técnico-profissional. Industrialização da pesca. *Ethos* pesqueiro.

ABSTRACT

This dissertation sought to analyze through the Escola de Pesca de Tamandaré (EPT), the construction of a rational and modern professional fishing ethos that was associated with the nationalization and industrialization of fisheries in Brazil and aimed to overcome the pre-existing artisanal fishing ethos and to build a new fisherman. For this purpose, the methodology used in this work, of an ethnographic nature, used documentary research, discussing the legal frameworks present in dossiers of the Chamber of Deputies, as well as other official documents from the collection of the Navy and the Superintendence of Fisheries Development (SUDEPE), in addition to having journalistic articles from *Jornal Pequeno* and *Diário de Pernambuco*. In addition, we conducted interviews with the institution's former students, where we were able to analyze the reconfiguration of fishing work from the promotion of an education aligned with government interests, based on this, it was possible to identify a rupture in the education offered. This is because the investment in formal and technical education via the Fishing School, took the place of the fishing master in what concerns the instruction offered to artisanal fishermen, having the function of qualifying them for industrial work. This resulted, therefore, in the formation of a new ethos, forged through the disciplining and regulation of time instituted by the Navy in this School of Fishing, enabling its students to live off their work at sea.

KEYWORDS: Fishing School. Technical and professional education. Fisheries industrialization. Fishing Ethos.

LISTA DE SIGLAS

ABCAR	Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
EPDV	Escola de Pesca Darcy Vargas
EPT	Escola de Pesca de Tamandaré
IFPE	Instituto Federal de Educação de Pernambuco
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
OMS	Organização Mundial da Saúde
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SUDEPE	Superintendência do Desenvolvimento da Pesca
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	11
2	ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ (DO SÉCULO XIX ATÉ 1954).....	25
2.1	O PROBLEMA DA INSTRUÇÃO E DO SANEAMENTO NA PESCA: A REGULAMENTAÇÃO DA PESCA NO BRASIL.....	30
2.2	A ESCOLHA DO LOCAL.....	48
3	O CONCEITO DE ETHOS E A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ.....	57
3.1	O ETHOS PESQUEIRO ARTESANAL.....	59
3.2	O TRABALHO INDEPENDENTE E DEPENDENTE: A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ E O ETHOS A ELA INCORPORADO.....	65
4	UMA INICIATIVA GOVERNAMENTAL: A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ.....	76
4.1	O PAPEL DA MARINHA NA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ.....	81
4.2	A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ ENQUANTO INSTITUIÇÃO TOTAL.....	84
4.3	O DISCIPLINAMENTO NA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ.....	91
4.4	O ETHOS PROFISSIONAL APÓS A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ.....	98
5	CONCLUSÕES.....	109
	REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação parte do pressuposto de que o Estado brasileiro buscou através da Escola de Pesca de Tamandaré (EPT), construir um ethos profissional pesqueiro racional e moderno, associado ao projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, no intuito de superar o ethos pesqueiro artesanal pré-existente e de construir um novo pescador e, com isso, um novo papel para a nação. Para tanto, dividimos a dissertação em três capítulos, sendo eles: (1) Antecedentes históricos da Escola de Pesca de Tamandaré (do Século XIX até 1954); (2) O conceito de ethos e a Escola de Pesca de Tamandaré; e (3) Uma iniciativa governamental: A Escola de Pesca de Tamandaré (1954-1975).

No que diz respeito a escolha do tema pesquisado, o interesse por estudar a EPT surgiu ainda na graduação, quando pesquisava sobre os mestres de pesca na praia de São José da Coroa Grande, localizada também no litoral Sul de Pernambuco. Isto porque, o local em que ficava alojada, o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação do Nordeste (CEPENE), é o mesmo em que um dia funcionara a Escola, o que tornou possível tomar conhecimento de sua existência, embora não houvessem registros acadêmicos das ciências humanas, em específico, da Sociologia do Brasil que abordassem a iniciativa dessa Escola Profissional de Pesca.

O que despertou o interesse em analisar, do ponto de vista sociológico, sua relação para com a pesca brasileira, sobretudo pelo fato de que Tamandaré representa, após São José da Coroa Grande, a maior produção pesqueira artesanal do litoral Sul pernambucano. O que fez com que fosse suscitado uma série de questionamentos acerca do funcionamento dessa Instituição que deveria, de acordo com os seus pressupostos, ter modificado ao menos a realidade da produção pesqueira na localidade de Tamandaré. Foram esses questionamentos e reflexões que idealizaram essa dissertação, cuja pretensão inicial passou por reformulações ao longo de seu desenvolvimento, mediante as condições impostas para sua realização e as descobertas obtidas a partir de documentos sobre a EPT, além das entrevistas realizadas com seus ex-alunos.

É importante destacarmos que, embora haja um diálogo com a Sociologia da Educação, esse não foi o foco da dissertação, visto que nossa proposta objetiva tratar especificamente da discussão moderna da reconfiguração do trabalho pesqueiro, via EPT. O que evidentemente trouxe à tona questões sobre a educação profissional, que serão mencionadas em nossa pesquisa.

No primeiro capítulo, buscamos discutir acerca dos aspectos histórico, político, sociais e econômicos que antecederam o surgimento da Escola de Pesca de Tamandaré, pois a compreensão deles, particularmente, como a recém-criada República idealizava se organizar, foi importante para evidenciarmos e entendermos processos e visões sobre a pesca e o país que almejavam um projeto de desenvolvimento industrial no Brasil. A partir disso, promovemos uma discussão sobre as dinâmicas e sociabilidades constitutivas e constituídas do saber-fazer pesqueiro que existia secularmente: o trabalho pesqueiro artesanal na Região Nordeste, em específico Tamandaré. Assim, acreditamos ser possível compreender, posteriormente, o surgimento do projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, que alinhado aos interesses da República, buscou superar o ethos pesqueiro pré-existente, de modo que fosse desenvolvido um novo ethos profissional.

Por conseguinte, abordamos a forma como esses antecedentes presentes no projeto de nacionalização e industrialização da pesca, que buscaram regulamentar esse ofício, contribuíram para a idealização e execução da Escola de Pesca, a fim de compreendermos os anseios governamentais a ela atrelados, haja vista que esta Instituição foi uma das medidas instituídas pelo Poder Público na busca de um Brasil industrial. Não menos obstante, discutimos também o que levou a localidade de Tamandaré ter sido o local escolhido para sediar essa Escola Profissional de Pesca.

No segundo capítulo, abordamos o conceito de ethos, que é o conceito central na realização desta pesquisa. Isto porque, a noção weberiana de ethos corresponde a um modo de vida específico, no qual a conduta do indivíduo tem por base normas éticas que valorizam o trabalho como domínio de si (WEBER, 2004), diante das nuances impostas pelo capitalismo. Assim, o conceito de ethos foi essencial para que pudéssemos compreender a singularidade pré-existente na pesca artesanal, que tem o mestre de pesca como seu principal guardião e detentor do saber-fazer pesqueiro.

E posteriormente, elencamos a forma como esse ethos buscou ser modificado, através da EPT, que por considerar a pesca em moldes artesanais “atrasada”, devido à ausência de modernidade, cientificidade, simplicidade dos apetrechos utilizados e à falta de regulamentação do tempo empreendido para o ofício pesqueiro, almejou instituir novas práticas e sociabilidades para o segmento da pesca, desenvolvendo, a partir disso, um novo ethos pesqueiro, profissional e moderno, tal qual o ideário nacional pautava. O que acarretou na exposição dos contrapontos existentes entre um trabalho independente, como ocorre na pesca artesanal, para com um

trabalho dependente, como ocorre em moldes capitalistas, alinhado ao que a EPT considerava hábil para o trabalho industrial.

Em seguida, discutimos acerca dos aspectos presentes nessa iniciativa governamental, de modo que, no terceiro capítulo, expusemos a forma como ela operara entre os anos de 1954 a 1975. Então, chamamos atenção para presença da Marinha na instrução ofertada por essa Instituição, que mostrara-se ser uma Escola disciplinadora, de acordo com princípios militares e positivista, o que fez com que pudéssemos atribuí-la enquanto uma instituição total, que tem por função ser um local de residência e trabalho no qual um grande quantitativo de pessoas é submetido a situações semelhantes. No caso da EPT, o sistema de internato serviu como uma importante ferramenta para a consolidação do currículo formal por ela incorporado, que contou com uma regulação do tempo para execução das atividades realizadas e práticas pesqueiras mais modernas e racionais.

Para além disso, discutimos também acerca da vida profissional dos interlocutores da pesquisa antes e após a saída da Escola, a fim de identificarmos se essa instituição de fato forjou um novo sujeito, com um novo ethos, pautado nos ideais modernos que a sociedade procurou atingir. O que nos possibilitou, em nossas considerações finais, concluirmos que sim, que a Escola de Pesca de Tamandaré possuiu um papel formador importante para a reconfiguração da pesca no Brasil, forjando novos homens hábeis para o trabalho no e do mar, embora ela não tenha conseguido alcançar os seus objetivos iniciais, pautados em ampliar o consumo interno do pescado, assim como promover uma indústria da pesca nacional.

Posto isto, a fim de compreendermos a forma como essa pesquisa se desenvolveu, discutiremos, a seguir, seus aspectos metodológicos.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta foi uma pesquisa etnográfica, na qual a etnografia nos ofereceu um olhar epistemológico sensível para com a realidade estudada. Neste sentido, utilizamos da prática etnográfica documental e da realização de entrevistas como principais instrumentos para sua execução. A etnografia e, conseqüentemente, o instinto etnográfico, como propõe Mariza Peirano (2014), faz com que venhamos a refletir acerca de tudo que nos surpreende e/ou intriga, o que foi de extrema importância para construção metodológica desta pesquisa.

Essa reflexão, que advém do instinto etnográfico, se concretizou de acordo com o diálogo estabelecido na pesquisa, de modo que foi requerido não apenas uma dimensão tradicional de “coleta de dados” baseadas em idas a campo como também uma empiria prévia, ainda que esta tenha se apresentado inicialmente de forma confusa e/ou incompleta, haja vista que, como aludimos, não identificamos nenhuma pesquisa anterior a essa, do campo das humanidades, em específico das ciências sociais, que tenha estudado a Escola de Pesca de Tamandaré. Foi justamente por isso que a combinação entre a etnografia documental e as entrevistas propiciou-nos a melhor forma de elaborarmos a relação entre o ethos pesqueiro já existente e a tentativa de superação dele em prol de instituir-se um novo ethos profissional, mais tecnicista, via Escola de Pesca de Tamandaré.

Sendo assim, havia um leque de opções a serem seguidas e, para que o/a leitor/a possa compreender melhor a forma como ela foi desenvolvida, acreditamos ser relevante discutirmos, antes, o modo como ela fora idealizada. Isto porque, uma série de empecilhos, dentre eles, o vazamento do petróleo nas praias nordestinas, que atingiu também a praia de Tamandaré, e ainda, a pandemia da Covid-19, fizeram com que essa dissertação tivesse de ser reformulada durante seu desenvolvimento.

Inicialmente, pretendíamos desenvolver uma pesquisa focalizada nos ex-alunos da Escola de Pesca de Tamandaré, analisando a mudança na cultura de trabalho que esta iniciativa governamental teria buscado deslocar na esfera da vida desses indivíduos. Seriam realizadas entrevistas narrativas com os ex-alunos de diferentes gerações (1950, 1960 e 1970), de acordo com o período de funcionamento da instituição, que se deu de 1954 a 1975. Assim, acreditávamos que seria possível entrevistarmos por volta de 20 ex-alunos, ao menos cinco de cada decênio referido, o que possibilitaria, consequentemente, gerar informações qualitativas a respeito do dia a dia na EPT: como eram as aulas, ideias sobre a pesca, atividades práticas, interpretações sobre os pescadores e as redes de sociabilidade existentes na instituição.

Para tal, utilizaríamos o recurso das entrevistas narrativas gravadas em áudio e vídeo, a fim de que pudéssemos não apenas nos ater a fala dos interlocutores da pesquisa, como também a dimensão do olhar, pois quando a fala se esgota (como é o caso da utilização das entrevistas), há ainda a possibilidade de experienciar outras sensações que o campo nos oferece, como é o caso do olhar em campo. O olhar aqui referido não se reduz apenas ao sentido de olhar para algo que está sendo exibido, mas sim de nos deixarmos tocar por tal narrativa, sermos capazes de nos transpor, ainda que minimamente, no local da pesquisa e começarmos a compreender as dinâmicas que teriam sido estabelecidas.

Em paralelo a isso, pensou-se, também, em entrevistar antigos mestres de pesca e suas percepções sobre a atuação da EPT na região. A ideia era mostrar possíveis choques, encontros, diferenças entre o ethos profissional promovido pela Escola e aquele costume pesqueiro ancestral realizado pelos mestres da pesca artesanal, o que nos traria uma compreensão ampla acerca dessa iniciativa governamental, do ponto de vista interno e externo a Instituição.

Entretanto, tal pretensão não pôde ser iniciada no primeiro ano de execução da pesquisa, de acordo com o planejamento viabilizado. Em primeiro lugar, o vazamento do petróleo ocorrido nas praias nordestinas, cuja primeira evidência fora datada em agosto de 2019, trouxe impactos profundos na pesca. Em Pernambuco, o primeiro registro da presença do petróleo ocorreu no mês posterior ao seu aparecimento no litoral nordestino, com as grandes manchas/ondas de petróleo chegando ao litoral sul de Pernambuco em 17 de outubro de 2019, no município de São José da Coroa Grande, espalhando-se para outras áreas litorâneas nos dias seguintes, o que provocou uma grande mobilização das lideranças pesqueiras, acadêmicas, governamentais e de movimentos sociais a fim de reduzir os possíveis impactos que esse derramamento poderia vir a ocasionar.

Estimava-se, pouco tempo depois, em novembro de 2019, que os impactos do petróleo na comunidade pesqueira artesanal teriam reduzido sua capacidade comercial em, no mínimo 75% nas áreas atingidas e 70% nas áreas não atingidas, especialmente na pesca de alto mar, e, no caso da pesca feminina (marisco, ostras e sururus), essa queda no comércio chegou, no mínimo, a 93%. A pesca artesanal entrou em colapso, porque a população tinha receios de consumir esses produtos (RAMALHO 2020). O que tornou inviável a tentativa de realizar essas entrevistas durante o primeiro ano de pesquisa, pois o contexto sociopolítico da época apontava para outras questões existenciais no universo pesqueiro, o que dificultou também o acesso a comunidade tamandarense devido a mobilização local estar voltada a contenção do petróleo.

Cabe aqui destacarmos que a socioeconomia de Tamandaré tem como base a produção e comercialização do pescado, além de possuir uma forte atuação no setor do turismo, que também foi bastante impactado pela presença do petróleo. Sem contar que, ao realizar uma pesquisa, é importante sabermos o momento ideal para nos comunicarmos com as pessoas que podem vir a colaborar com seu andamento e, definitivamente, aquele não teria sido o momento, chegando a ser, até mesmo, uma postura antiética caso tivesse havido tentativas de realizar entrevistas diante daquelas condições.

Contudo, o mais problemático ainda é que não foi possível acessar o CEPENE, pois este serviu como abrigo a oficiais do exército até o final do mês de janeiro de 2020, destinados a

auxiliar na remoção do petróleo na costa pernambucana. O que implicou diretamente na impossibilidade de acessar à Biblioteca existente na localidade, que ainda guardava documentos da EPT. Aliás, vários meses depois, quando pudemos, finalmente, ingressar na Biblioteca do CEPENE (mesmo em plena pandemia, tomando os cuidados necessários para isso), o que vimos e presenciamos foi a ausência de zelo, desorganização do material, péssimas condições de conservação e dificuldades de funcionamento da mesma não só por conta da pandemia, pois ela está desativada há tempos.

Foi nos permitido ficar pouquíssimo tempo no acervo desarrumado da Biblioteca, embora o acesso a ele tivesse sido combinado anteriormente. O que se revelou um desafio à pesquisa, visto que esperávamos encontrar documentos importantes em seu acervo, fazendo-nos contornar essa situação através da consulta de outros materiais (jornais, leis, decretos e demais documentos oficiais, etc.) via internet.

Aliado a isso, no segundo ano da pesquisa, quando o cenário pareceu dar indícios de melhorias, em que seria possível realizar as entrevistas pretendidas com os ex-alunos da forma como foi pensado inicialmente, haja vista que as comunidades litorâneas de Pernambuco estavam apostando em uma recuperação econômica em decorrência do período de quaresma (momento em que há um grande crescimento no consumo do pescado local e na procura por acomodações próximo a praia para passar o feriado), a pandemia do novo coronavírus, a Covid-19, alcança o Brasil e, com isso, Pernambuco. Seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), o distanciamento social e mais um conjunto de mecanismos foram adotados (higienização das mãos, uso de máscaras, etc.) para diminuir o impacto perverso, especialmente o número de mortes, que esse quadro pandêmico poderia gerar. Nesse cenário e sendo o grupo mais vulnerável, as pessoas acima de 60 anos passaram a ter maior atenção e cuidados como pedia a OMS, por ser enquadrado num grupo de risco. E era justamente esse grupo, as pessoas da terceira idade, que se situam aqueles que seriam os nossos entrevistados - foco da pesquisa.

A combinação dessa série de fatores levou a pesquisa a passar por uma remodelação, cujo objetivo pretendido deslocou-se da esfera dos ex-alunos para o da instituição. Assim, buscou-se compreender o ethos profissional que foi incorporado e difundido pela Escola de Pesca de Tamandaré para atender os anseios políticos de um Brasil industrializado, o qual visou superar, no âmbito da pesca, o ethos pesqueiro artesanal praticado na localidade pesquisada. Neste último caso, para desvelar esse ethos pesqueiro artesanal, fizemos uso de bibliografia sobre o tema e de pesquisas realizadas com comunidades pesqueiras em Pernambuco, especialmente no litoral sul do estado, onde se situa Tamandaré.

Sendo assim, esta pesquisa, que manteve sua característica etnográfica, buscou realizar uma etnografia documental acerca do ethos incorporado na Escola de Pesca, discutindo alguns marcos legais evidenciados em dossiês produzidos pela Câmara dos Deputados, que registraram desde o seu Projeto de Lei até o encerramento de suas atividades, assim como em outros documentos oficiais do acervo da Marinha e/ou da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), que ofereceram dados relevantes a promoção dessa iniciativa, que integrara ao projeto de nacionalização e industrialização da pesca brasileira. Para além disso, contamos ainda com o subsídio da cobertura midiática dessa Instituição, registrada pelos jornais da época: o Jornal Pequeno e o Diário de Pernambuco.

A fim de elaborarmos a análise sociológica, reconhecemos a necessidade de contextualizar minuciosamente a forma como se organiza a sociedade nesse período em que tais documentos e matérias de jornais inscrevem-se (CELLARD, 2012), de modo que a etnografia documental pudesse cumprir, assim, seu papel. Nunca é demais lembrar que, é a partir da junção da ciência - que nos permite constituir e fundamentar epistemologicamente – com a administração política – que tem o poder legal de gerar e registrar informações – que surgem as redes de comunicação, que comportam agentes, tecnologias, processos organizacionais, compreensões e afins.

Assim, no lugar dos arquivos utilizados nesta pesquisa terem sido percebidos como produto final de uma série de intervenções, eles foram utilizados como objeto da reflexão (CUNHA, 2004), analisando o ethos profissional promovido e disseminado via EPT. Em outras palavras, isto significa dizer que a etnografia do documento se assenta nos registros de outrem das suas próprias experiências, analogias, regularidades, remissões ou não que o arquivo disponibiliza, o que tornou a etnografia de um arquivo uma via de mão dupla: o arquivo, ficou resguardado enquanto arquivo, ao mesmo tempo em que se relevou enquanto um produto específico de articulação de estruturas e agências concretas (PORTO, 2007), pois, como atribui Nicholas Dirks, o arquivo é a:

Instituição que canoniza, cristaliza e classifica o conhecimento de que o Estado necessita, tornando-o acessível às gerações futuras sob a forma cultural de um repositório do passado neutro (DIRKS, 2001, p. 107).

Tanto que, inicialmente, utilizamos os documentos oficiais da União como um meio norteador para uma abordagem histórica, social, política e econômica dos elementos constituintes da referida Escola de Pesca, a fim de compreender os anseios governamentais a ela atrelada. Acrescido a isso, posteriormente, recorreremos também as notícias midiáticas acerca

dessa instituição, objetivando analisar sua explanação diária, haja vista que ao longo do século XX a mídia foi, para diferentes governos brasileiros, uma ferramenta essencial a revalidação do monopólio do poder por eles estabelecidos.

Dessa forma, através do acervo da Biblioteca Nacional Digital do Brasil, o levantamento midiático realizado sobre o Jornal Pequeno consistiu nas matérias que envolviam a Escola de Pesca de Tamandaré entre nos anos de 1950 a 1955, haja vista que esse jornal parou de circular em 1955, um ano após a inauguração da EPT. Ao passo que o levantamento de dados referente ao jornal Diário de Pernambuco agrupou todas as matérias da Escola de Pesca do período entre 1950 a 1979 – o que justifica, inclusive, a contribuição do Diário de Pernambuco nas matérias dispostas ao longo da dissertação ser exponencialmente maior do que a do Jornal Pequeno. Todas as matérias de ambos os jornais foram transcritas, categorizadas e agrupadas de acordo com o seu conteúdo, a fim de facilitar a utilização posterior desses dados na pesquisa. Para tanto, entre o levantamento das matérias jornalísticas até a sua conclusão levamos aproximadamente seis meses de trabalho, incluindo a transcrição dos materiais, com um total de 379 matérias consultadas.

Neste sentido, o recurso documental, que entraria à primeira vista como complemento às entrevistas narrativas, passara a ser a base norteadora desta dissertação. Aliado a isso, é importante destacarmos que, quanto as entrevistas pretendidas com os ex-alunos da Escola de Pesca de Tamandaré, elas foram realizadas, ainda que em menor proporção, devido à limitação de exercer o campo de forma presencial. Assim, para que fosse possível chegar até os ex-alunos da Escola, buscamos maneiras alternativas, cujas redes sociais foram utilizadas como a principal ferramenta de busca, em específico, o Facebook.

Tal estratégia se deu da seguinte maneira: ao realizar buscas com o termo “Escola de Pesca de Tamandaré” em diferentes redes sociais (Facebook, Instagram e Twitter), obtivemos resultados positivos na referida rede social. Essa pesquisa, levou-nos a uma postagem, publicada em 27 de outubro de 2014 pelo “Receptivo São José”, que se trata, de acordo com as informações dispostas em seu perfil, de uma organização religiosa sem fins lucrativos, localizada em Tamandaré. Nos comentários dessa publicação, que mostrava um compilado de fotos da instituição e abordava brevemente sua história, haviam pessoas lembrando a existência da Escola de Pesca de Tamandaré, relatando terem sido criados próximo a instituição ou mesmo que conheciam quem estudou e/ou trabalhou lá. Dentre esses comentários, houve ainda o relato de algumas pessoas que falavam sobre terem sido alunos dessa Instituição ou que seus pais foram.

Isso nos levou a tentar contato com esses dois grupos (o de ex-alunos e o de quem tivera o pai que participara dessa instituição) via chat da rede social. A partir dessa tentativa de conseguir contato via rede social, foi possível contatar dois ex-alunos da Escola de Pesca de Tamandaré, embora sete pessoas tenham correspondido a troca de conversas via rede social, mostrando-se favorável a realização de entrevistas com seus pais (ou que o mesmo já havia falecido), mas devido à idade avançada desses senhores e da necessidade de seus/suas filhos/as terem que se deslocar para auxiliá-los com os recursos tecnológicos (ligação e/ou WhatsApp) em meio a pandemia, não foi possível realizar as entrevistas. Para além disso, um filho de um ex-aluno também foi entrevistado, pois, embora seu pai, infelizmente já tivesse falecido desde 2016, mostrara-se interessado em colaborar com o que fosse possível para o andamento da pesquisa e guardava consigo um acervo material deixado por seu pai sobre sua passagem pela EPT, assim como importantes memórias de relatos pelo mesmo ao seu filho. Tais memórias desses relatos guardados pelo filho mostraram-se precisas, especialmente quando a comparamos com a dos demais entrevistados que tinham sido alunos da Instituição. Posto isto, podemos evidenciar abaixo as pessoas que colaboraram para realização desta pesquisa (Quadro 2):

Quadro 2: Ex-alunos entrevistados da Escola de Pesca de Tamandaré

Nome	Idade	Período em que estudou na EPT	Origem	Onde reside atualmente	Ocupação
Martins	83 anos	1955-1960	Tamandaré	São Paulo	Ex-aluno da EPT
Josélio	70 anos	1967 - 1971	Ceará	Rio de Janeiro	Ex-aluno da EPT
José Bezerra*	-	1963-1966	Tamandaré	Pará	Ex-aluno da EPT

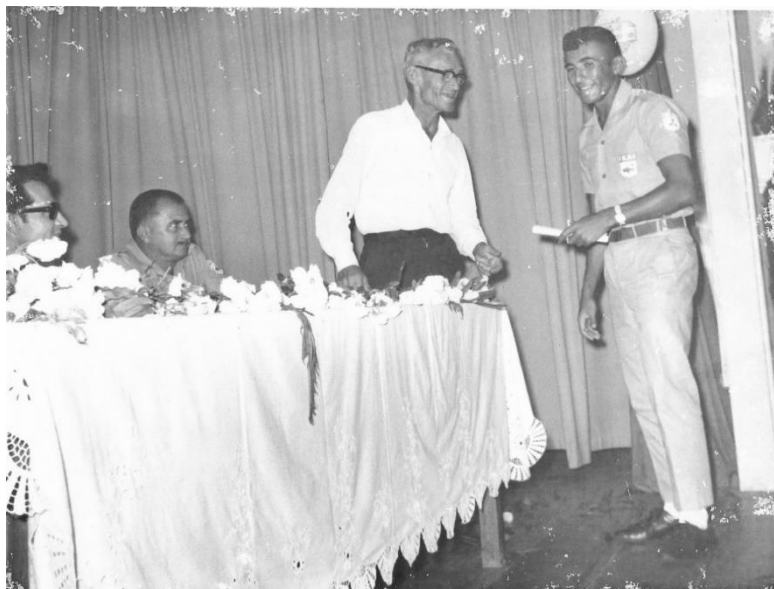
* A entrevista referente a José Bezerra, foi realizada pelo seu filho Fábio Bezerra, que nos relatou um pouco dessa memória vivida por seu pai, haja vista que infelizmente seu pai faleceu em 2016, aos 69 anos em decorrência de um AVC.

No que tange a realização das entrevistas, a memória foi utilizada enquanto um elemento-chave para a incorporação dos dados da pesquisa. A memória, como propõe Ecléa Bosi (1994), ao discutir a respeito de Walter Benjamin, tem por função romper com a barreira entre o presente e o passado, assim, “o narrador tira o que narra da própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam” (p. 35). Por conseguinte, a narração é constituída através de um molde artesanal de comunicação, no qual a pessoa que narra está junto a que

ouve, tecendo sua história não apenas pela via oral como também por outros elementos corpóreos, o que faz com que, em conjunto, suas experiências narradas e seus gestos realizados sustentem a história.

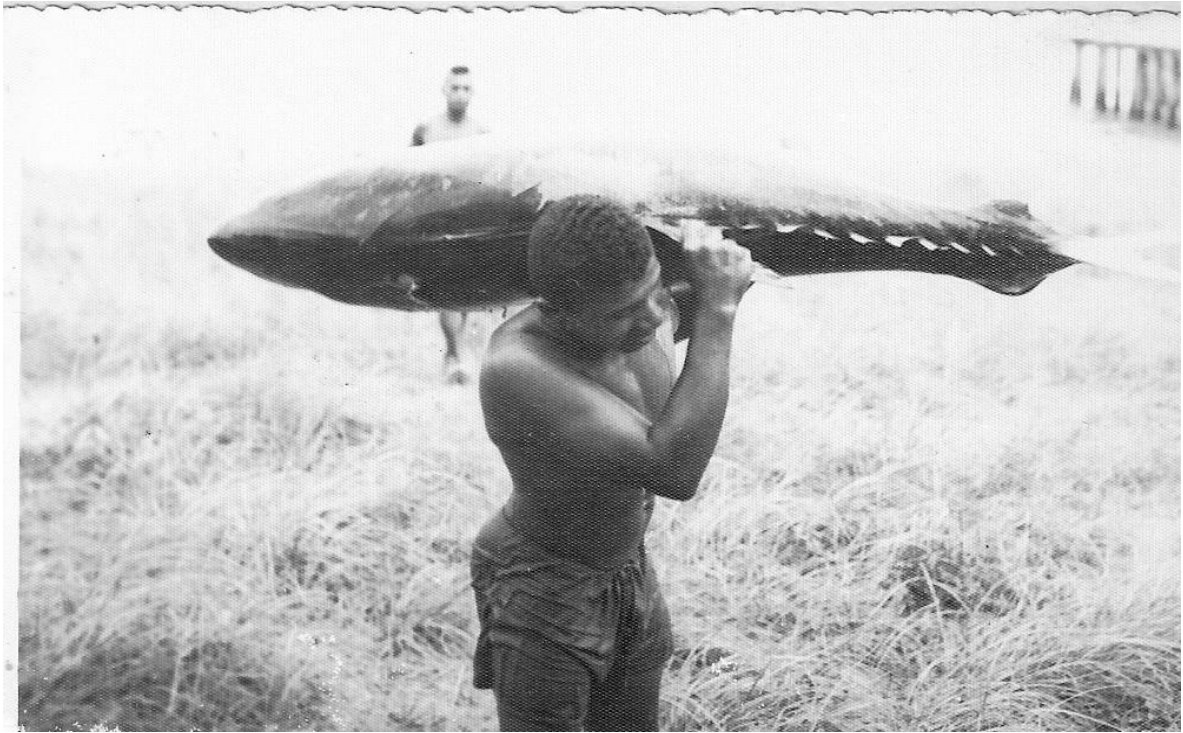
Sendo assim, a própria narrativa, ao se basear na memória, requer uma lembrança ao passado, que passa por um processo contínuo de reconstrução. Isto porque, a lembrança “vive” num estado ao qual atribuímos de “inconsciente”, que conserva o passado no espírito de cada ser humano e, ao ser direcionada para o nível da “consciência”, emerge na forma de imagens-lembrança. De modo que o processo de ativação da memória, seja uma construção coletiva, que se estabelece aqui, na relação pesquisadora e interlocutor/a. No caso deste trabalho, o processo de ativação da memória se deu não apenas por meio de conversas/entrevistas, com os/as interlocutores/as da pesquisa, como também através do acervo disponibilizado pelo CEPENE, que conta registros visuais da época, a fim de ampliar esse processo de reativação da lembrança por meio do apelo visual, a exemplo das imagens abaixo (Figuras 1, 2, 3 e 4):

Figura 1: Seu Josélio, em sua formatura da Escola de Pesca de Tamandaré, recebendo o diploma de Pescador Profissional.



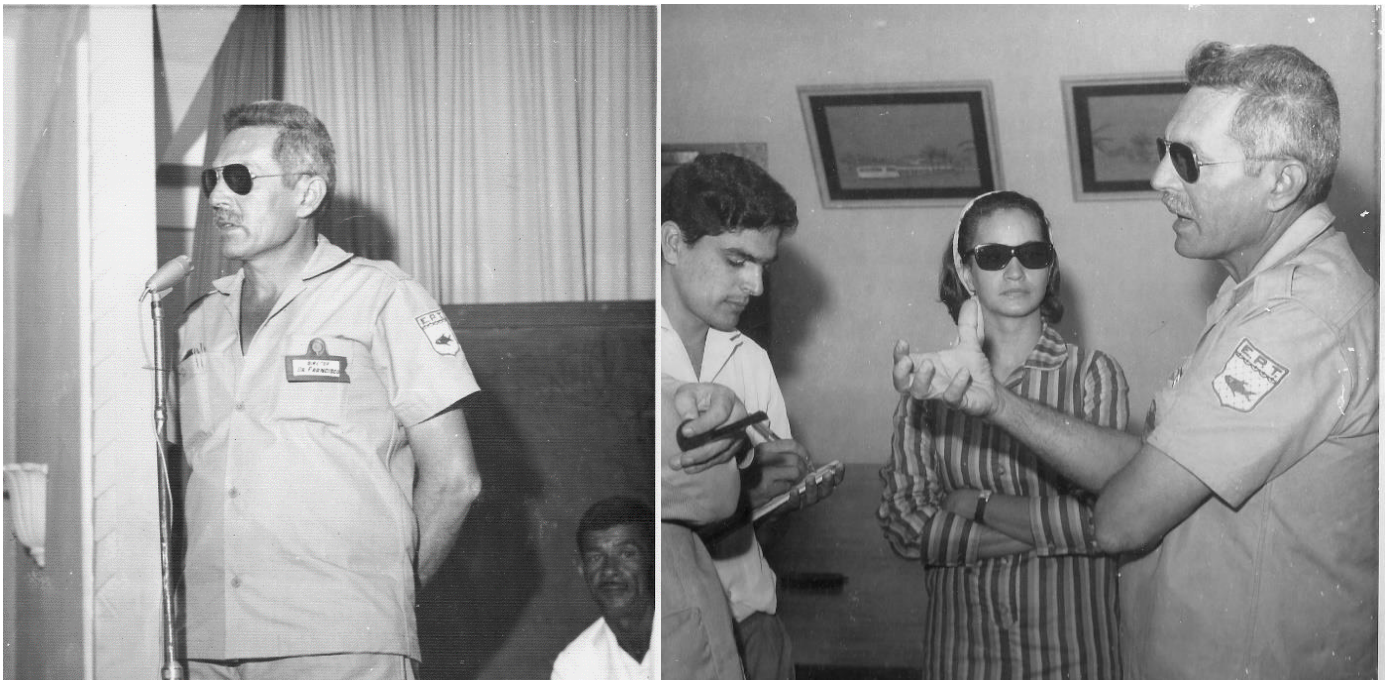
Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 2: Seu Martins, aos 16 anos, carregando um Albacora-de-laje ao qual estimara ter aproximadamente 110 kg, após voltar da pescaria.



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 3 e 4: Registros de Oscar Aguiar Rosa, o primeiro diretor da EPT.



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Cabe aqui destacar que essas foram apenas algumas das fotos apresentadas durante as conversas e entrevistas realizadas remotamente, tendo sido justamente essas escolhidas para exemplificar a utilização das imagens devido ao fato de os ex-alunos entrevistados terem se identificado nas fotos (1 e 2), assim como o diretor da EPT, o Sr. Oscar Aguiar Rosa fora identificado por Maria do Carmo, historiadora local de Tamandaré, que pude conversar informalmente durante uma visita à Tamandaré. Ademais, outros registros visuais da Escola de Pesca de Tamandaré foram incorporados ao longo dos capítulos desta dissertação.

Ainda sobre a realização das entrevistas, por se tratar de um contexto atípico, a forma como elas foram realizadas também se deu de modo diferente da pretendida. Sendo assim, acreditamos ser pertinente discutirmos acerca de como cada uma delas foi desenvolvida, destacando as particularidades inerentes às pessoas que se dispuseram a participar da pesquisa.

A primeira entrevista realizada foi a de Fábio, filho de ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, que estudara na Instituição, de acordo com seu relato, entre os anos de 1961 a 1963. O depoimento foi realizado entre os dias 13 e 28 de agosto de 2020. Embora no momento em que essa entrevista tenha sido realizada a pretensão fosse falar diretamente com os ex-alunos, a falta de retorno a partir das mensagens enviadas via chat do Facebook, aliado à disposição de Fábio em contribuir para pesquisa fez com que a entrevista fosse realizada.

Desse modo, foi sugerido que ele contribuísse via ligação, chat ou chamada de vídeo, da forma como ele se sentisse mais confortável, haja vista a distância posta entre Recife e Pará e o contexto sanitário do país impossibilitara a realização de uma entrevista física. Por conseguinte, a entrevista se deu através de outra rede social, o Whatsapp, a escolha de Fábio, que optou por conversar por áudio, onde relatara a vida de seu pai, José Bezerra de Melo Filho, pernambucano de origem, na EPT e após a saída dela.

Para além do relato sobre a história de vida profissional de seu pai, Fábio contou também que alguns de seus tios foram alunos da Escola de Pesca de Tamandaré, mas, infelizmente, ele optou por não passar o contato deles. De acordo com Fábio, seus tios são “grandes empresários no ramo da pesca no Pará, exportam camarão rosa para o exterior e vivem viajando a negócios”, o que impossibilitaria eles de terem tempo para contribuir com a execução da pesquisa.

A segunda entrevista ocorreu em 26 de agosto de 2020, quando Luiz Josélio Machado colocou-se à disposição para ser entrevistado via ligação no Whatsapp. O contato inicial com Seu Josélio se deu através de Maria do Carmo, que foi indicada pelo perfil do “Receptivo São José”, por ser uma historiadora local de Tamandaré. À primeira vista, ela falara um pouco sobre

a história da Escola e passara o contato de Seu Josélio, por ele ter estudado na instituição. Assim, no dia 26, pudemos conversar sobre como foi o período da Escola de Pesca para ele e o pós-escola. Ademais, cabe ressaltarmos que a entrevista com Seu Josélio ocorreu de forma linear, por ele ter de fato depositado um pouco de seu tempo para dedicar-se exclusivamente a ela, o que, infelizmente, não ocorreu com Fábio, que continuou a trabalhar na rua em meio a pandemia.

Das três entrevistas realizadas com ex-alunos ou filho de ex-aluno, a mais singular, foi, definitivamente a terceira, com Nivaldo Martins de Araújo. A entrevista com Seu Martins, que conheceu a Escola de Pesca quando trabalhava na cana-de-açúcar num Engenho próximo as instalações da instituição iniciou-se em 5 de setembro de 2020, sem data prevista de encerramento, pois, até a finalização dessa dissertação, o contato com ele se mantivera, sempre alimentando esta pesquisa com novas informações sobre o período da Escola de Pesca via Whatsapp (ora por áudio, ora por texto).

Por se tratar de uma pessoa um pouco mais velha, o processo de ativação da memória proposto por Ecléa Bosi (1994) fez-se mais evidente que nas outras entrevistas realizadas. Inicialmente, Seu Martins confundia-se constantemente com datas e nomes específicos, o que em momento algum diminuía sua contribuição para a pesquisa. Mas, com o passar do tempo, passou a se lembrar de forma mais evidente acerca de como ingressara na EPT, de como se deu a sua dinâmica de vida nela e após ela.

Posto as singulares presentes em cada uma das entrevistas realizadas, cabe destacarmos que todas as transcrições realizadas respeitaram a linguagem nativa. Tal escolha partiu da premissa apontada por Bourdieu (1997) ao atribuir que “o poder da palavra é poder de mobilizar a autoridade acumulada pelo falante e concentrá-la num ato linguístico” (p. 17). Pois, por meio da linguagem nativa somos minimamente capazes, enquanto leitores e leitoras, de nos transpor para o local da pesquisa.

Não obstante, no campo da sociolinguística há uma grande relevância na preservação original das falas dos interlocutores. Para Stella Mari Bortoni-Ricardo (2006), o “erro da escrita” possui o estatuto de uma natureza diferente do “erro da fala”, devido aos erros ortográficos serem sempre avaliados negativamente.¹ Contudo, ainda assim é possível

¹ Marcos Bagno (1999) chama atenção ao fato de que a escrita é, na realidade, “uma tentativa de representação gráfica, pictórica e convencional da língua falada”. Isto porque sua reprodução não condiz necessariamente com a realidade falada de forma universal, o que nos leva a reflexão de que, os “erros da fala” na verdade, não consistem necessariamente em erros, mas na variação da língua falada, revelando apenas, um preconceito social, onde o problema em si não está no que se fala, mas em quem fala.

considerá-lo uma transgressão, visto que a ortografia é um código sem variação, diferentemente da língua falada. Sendo justamente por essa diferença exposta entre a língua escrita e a língua falada que levamos em consideração os valores adquiridos dentro do contexto social e cultural ao qual as transcrições se propuseram a preservar.

Isto porque a entrevista, enquanto ato de voltar-se ao passado que analisou o surgimento processual da autorepresentação biográfica (ROSENTHAL, 2012), nos ofereceu a possibilidade de obtermos informações que se ativeram diretamente as experiências vivenciadas pelos ex-alunos, servindo como um importante instrumento para uma interpretação mais aprofundada dos variados aspectos que se inseriram na realidade pesquisada através dos documentos legais e das matérias de jornais.

Para além disso, destacamos também que foi realizada uma ida a Tamandaré, entre os dias 19 e 25 de outubro de 2020, tomando todas as precauções necessárias mediante as normas divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS). Nesta ida a Tamandaré, foi possível visitarmos as antigas instalações da Escola de Pesca de Tamandaré (Figuras 5, 6, 7 e 8), além da biblioteca desativada da Escola, que nos ofereceu alguns novos documentos (livros) da época da Escola. Para além disso, foi possível visitarmos também, a historiadora local Maria do Carmo Ferrão, que gentilmente passara boa parte da manhã do dia 24 de outubro, conversando informalmente sobre esse período da EPT e da importância que tal instituição tivera para a comunidade de Tamandaré.

Figura 5: Prédio administrativo da Escola de Pesca de Tamandaré



Fonte: Acervo interno do CEPENE.

Figura 6: Prédio administrativo atualmente, que mantém seu caráter administrativo para o Centro de Pesquisa e Conservação do Nordeste



Fonte: Elaboração própria.

Figura 7: Padaria da Escola de Pesca de Tamandaré à época de seu funcionamento



Fonte: Acervo interno do CEPENE.

Figura 8: Prédio da padaria da Escola de Pesca de Tamandaré atualmente, sem funcionamento



Fonte: Elaboração própria.

Desta forma, foi possível concebermos que esse modo de investigação plural, que contou com a utilização de técnicas e métodos diferentes facilitaram nossa compreensão para com o objeto de estudo (OLIVEIRA, 2005). Assim, a maior parte dos aspectos metodológicos utilizou-se da análise dos documentos legais e das matérias de jornas, acrescido a fala das pessoas entrevistadas, a fim discutir sobre o ethos profissional incorporado e difundido pela EPT, que visou profissionalizar e industrializar o segmento da pesca no Brasil. Ademais, devido à falta de pesquisas do ponto de vista sociológico sobre a Escola de Pesca de Tamandaré, gostaríamos de explicitar que nossa análise contempla um modelo não definitivo e muito menos completo desse universo (CÁRDENAS, 2018), possibilitando, por conseguinte, novos arranjos sobre a temática abordada ao longo desta dissertação.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ (DO SÉCULO XIX ATÉ 1954)

Neste capítulo discutiremos os acontecimentos que antecederam a iniciativa da Escola de Pesca de Tamandaré, relacionando suas contribuições para com a elaboração e execução desta instituição. Inicialmente, é importante destacarmos que a iniciativa e promoção desta Escola Profissional de Pesca esteve incorporada ao projeto de nacionalização e industrialização da pesca, que integrava, por sua vez, uma tentativa de construção e consolidação do que viria a ser o ideal da nação brasileira e o *ethos* a ela incorporado, especialmente nas décadas iniciais de nossa república.

Com o fim do sistema escravocrata, a nascente República evidenciou uma série de problemas que dificultavam o seu desenvolvimento socioeconômico, dentre eles, a falta de instrução (mão-de-obra qualificada) e a falta de saneamento (KOWARICK, 1987; SCHWARCZ & STARLING, 2015). Esses problemas, juntos, estiveram presentes em boa parte (senão em todo o período) do desenvolvimento da nação, o que levou, consequentemente, o Estado a buscar medidas que fossem capazes de resolvê-los. Aliado a isso, a configuração social da época começava a dar indícios de um crescimento populacional voltado à área urbana, o que despertou o interesse do Poder Público em investir em um processo de urbanização nacional, tomando como referência as cidades europeias (a exemplo de Paris) embora a realidade brasileira ainda fosse predominantemente agrícola².

Esse processo de investimento, a fim de promover a urbanização brasileira e industrialização, teve de lidar diretamente com os dilemas decorrentes da precarização das condições de higiene (falta de saneamento), haja vista que as duas primeiras décadas da República foram marcadas por uma série de epidemias, o que rendeu a nação algumas atribuições como a de que “o Brasil ainda é um imenso hospital” (SCHWARCZ & STARLING, 2015, p. 329). Para tal, foram criados Lazaretos³ e realizadas expedições higiênicas em diferentes localidades, atribuindo que, embora essas doenças afetassem a todas as pessoas do

² Diante desse intuito “civilizatório”, o presidente Rodrigues Alves (1902-1906) chegou até mesmo a traçar um plano para o desenvolvimento do Distrito Federal da época (localizado no Rio de Janeiro), o qual ficou conhecido como “Regeneração” e tinha como metas: modernizar o porto, promover o saneamento da cidade e promover a reforma urbana. Para tal, o presidente contou com o auxílio do engenheiro Lauro Müller, do médico Oswaldo Cruz e do também engenheiro Pereira Passos, sendo eles responsáveis por executar cada uma das metas estabelecidas (SCHWARCZ & STARLING, 2015).

³ Centros intensivos de triagem, no qual as pessoas embarcadas passavam por um triagem e caso apresentassem a possibilidade de contraírem doenças, ficavam isoladas em quarentena.

país, elas seriam predominantes nas “raças inferiores”⁴ e em habitantes pobres das cidades e zonas rurais.

Em paralelo a isso havia também uma desorganização do sistema de mão-de-obra, pois, como chamaram atenção as autoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), ao ter sido instituída a Lei Áurea, de 1888, não foi desenvolvida nenhuma política social que incluísse esses grupos mais atingidos pelas moléstias, os quais não dispunham das mesmas condições que os demais trabalhadores (brancos, nacionais e imigrantes), como destacaram:

Na realidade, nos primeiros anos da República pairava um verdadeiro “medo” de novas escravizações, ou da vigência de políticas raciais no país. Sobre os libertos recaía, portanto, um fardo pesado, condicionado pelos modelos deterministas de interpretação social e pela própria história (SCHWARCZ & STARLING, p. 342).

Por conseguinte, buscou-se utilizar da mão-de-obra estrangeira para suprir a falta de qualificação nacional - o que rendeu uma série de complicações com os grupos advindos de outros países, que possuíam uma organização social do trabalho divergente da qual pretendia-se empregar, além de seus costumes, inclusive políticos, e culinária serem diferentes, aspectos esses que também implicaram em dificuldades na adaptação com a realidade brasileira. Ao passo que à mão-de-obra nacional vigente, foi, em grande medida, posta à margem (ao menos inicialmente) dessa sociedade que se consolidava, como destacou Lúcio Kowarick (1987) ao enfatizar que os nacionais sempre foram vistos como “vadios”, inaptos a execução do trabalho presente no modelo capitalista, isto é, do que se almejava organizar de forma regular dentro dos moldes capitalistas e republicanos.

Antes mesmo da instalação da República, Fernando Lourenço (2001) aponta que em todo o século XIX havia, em nosso liberalismo escravocrata, uma forte preocupação do Estado na busca pela identificação dos nossos males econômicos e sociais, os quais não estariam circunscritos ao emprego de métodos extenuativos dos solos, as dinâmicas produtivas, mas, sem dúvida, à figura do trabalhador do campo “indolente”, normalmente negro, que recebia toda a culpa pelo nosso atraso que se almeja superar. Teses racistas e liberais se combinaram e

⁴ Esse termo se faz presente nos discursos propostos pelas teorias racialistas, que concebem a existência e diferenciação entre as raças, sendo uma delas superior em detrimento da outra. No primeiro caso, denomina-se enquanto “raça superior” a raça ariana, composta em sua magnitude por indivíduos brancos, ao passo que o segundo grupo, referente a “raça inferior” possui indivíduos com traços negroides. De acordo com essa diferenciação, o primeiro grupo seria o resultado positivo de eugenia, isto é, da seleção natural, ao passo que o segundo representaria um “atraso” a humanidade, um ser humano menos evoluído e, por conseguinte, inferior, que não possui as mesmas condições e destrezas para o convívio social. (RODRIGUES, 2008; SCHWARCZ, 1993, 2012).

projetaram-se sobre o mundo do trabalho no Brasil, deixando suas marcas até hoje (LOURENÇO, 2001).

Kowarick (1987) chamou atenção ao fato de que o Estado teve que lidar com as pessoas que não haviam sido inseridas na distinção denominada de “escola do trabalho”, isto é, sujeitos que viviam no mundo rural (camponeses/as, pescadores/as, quilombolas, etc.) e que não pertenceram nem ao grupo de escravizados/as e nem ao grupo de senhores/as de terras, onde se apoiava o marco legal e hegemônico do trabalho na época, da sua “escola do trabalho” e, portanto, da moral do trabalho do Brasil Colônia e Império. Nesse sentido, esse segmento social que não estava submetido ao aludido parâmetro produtivo há séculos, era, aos olhos das nossas elites e Governos, visto como problema, sendo estabelecido sérias ressalvas em relação aos mesmos. E parte desse segmento popular não foi submetido a essa “escola”, temendo a condição de exploração de sua força de trabalho dentro da lógica compulsória típica daqueles momentos históricos.

Classificar aqueles/as que não se submetiam aos marcos do trabalho capitalista de vadios/as, indolentes, perigosos/as e que, assim, precisavam ser educados/as ou coagidos/as pelo Poder Público para se tornarem úteis a nação, não foi um atributo exclusivo do Brasil. Ao contrário disso. A Europa, mais uma vez, tornou-se uma referência a ser seguida pelas nossas elites. Basta ver a forma, seja simbólica ou violenta, que as autoridades públicas buscaram “persuadir” – pela lei ou pela prisão – homens e mulheres à ingressarem na “escola do trabalho”, o que foi revelado fartamente por inúmeros autores/as, a exemplo de Edward P. Thompson (1998), Karl Marx (2013; 2016), Manuel Castells (1998) e Max Weber (2006).

Voltando ao contexto brasileiro, essa parcela de nossa população não considerada como mão-de-obra apta à execução do trabalho industrial, utilizou-se, ao longo dos séculos, dos recursos naturais da terra, das flores, da caça e da pesca para garantia de sua existência, desenvolvendo, conseqüentemente, práticas e sociabilidades próprias à organização do trabalho a que eles/elas pertenciam, com suas dinâmicas, representações e ritmos; outra parcela passou a viver num estado de “mendicância”, o que afetava diretamente o comércio das grandes metrópoles e o desenvolvimento de uma nação brasileira que estava construindo seus pilares para consolidação do trabalho industrial (ALVES, 2012). Por isso, muitos apontavam a substituição da mão-de-obra nacional pela imigrante como solução.

25 anos após o nascimento da República no Brasil, ocorreu o primeiro grande conflito armamentista mundial, que teve vários impactos em nosso país. Assim, os combates bélicos, ocorridos na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), foram responsáveis por fazer com que esse

processo de “substituição” da mão-de-obra passasse a ser rediscutido, tanto no que diz respeito a promoção de uma defesa nacional, quanto no que se referia a uma produção local, voltada ao desenvolvimento das cidades (VILLAR, 1924; GOMES, 2005). Nesse período ocorreu um crescimento do aparelho do Estado, no qual o Exército e a Marinha passaram a atuar com mais veemência nas decisões do novo regime, promovendo a regulamentação de diferentes setores econômicos. Como podemos evidenciar abaixo:

Em 1920, os oficiais de baixa patente formavam boa parte do corpo de oficiais – 65,1% eram segundos-tenentes ou primeiros-tenentes e 21,3% eram capitães. Tinham um pé no Exército, outro na sociedade. Os tenentes, como ficaram conhecidos, acreditavam que o Brasil precisava de um governo central forte capaz de intervir na economia para desenvolver os recursos naturais, promover a industrialização e proteger o país da exploração estrangeira [...] eram liberais em temas sociais e autoritários em política. E agiam na cena pública como militares: estavam dispostos a proteger o país e a destruir o poder das oligarquias regionais, reduzir o quadro das profundas desigualdades sociais, acabar com o analfabetismo (SCHWARCZ & STALING, 2015, p. 347).

É importante destacar que esse ideal liberal e positivista presente nas Forças Armadas, exprimia a intenção de pensar em um novo Brasil, com um programa de modernização do país, já que esse período teve por demanda incorporar novos setores sociais para um modelo industrial nacional.

Tempos depois foi nesse contexto que se iniciaram os anos de 1930, cujo assunto principal discutido por Getúlio Vargas foi a política trabalhista (GOMES, 2005, SCHWACRZ & STARLING, 2015), a qual se utilizava do controle do Estado para institucionalizar a nova ordem que estava sendo instaurada, buscando transformar o sistema político e consolidar um programa de reformas (sociais, administrativas e políticas) nacionais. Não à toa que as próprias Constituições (BRASIL, 1934; 1937) traziam consigo o reflexo dos esforços modernizadores.

O período do Estado Novo (1937-1945) por sua vez, intensificou esse projeto de uma sociedade autoritariamente controlada pelo Estado que buscava cada vez mais o crescimento da indústria, utilizando-se da instrução e do saneamento como ferramentas para composição do Brasil industrial. Desta forma, o/a trabalhador/a seria incorporado/a à sociedade moderna através da tutela do Estado, e aqueles/as que não fossem incorporados/as submergiriam a margem, compondo um grupo específico,

[..] uma espécie de comunidade à parte, continuamente denegrida, perseguida pela polícia, composta de estrangeiros, anarquistas, comunistas, mendigos e da figura do malandro. A malandragem se caracteriza por sua relação esquiva com o mundo do trabalho, e a ela se articulam um personagem e uma escolha política. A figura do malandro – ou vadio – não era uma novidade na cultura

brasileira. [...] servia para definir um sujeito que opera na linha fronteira entre o lícito e o ilícito: trabalha o mínimo possível, vive do jogo, das mulheres, de pequenos expedientes e dos golpes que aplica nos otários (SCHWARCZ & STALING, 2015, p. 383).

Também é válido destacar que, diante da recusa do trabalho disciplinado, estes indivíduos marginalizados buscavam, desde o Brasil Colônia (SILVA, 1989; 2001), atividades como a pesca, caça ou coleta para garantia de sua existência. E, por não possuírem uma organização do trabalho pautada em uma regulamentação do tempo como ocorre no *trabalho dependente* (assalariado), vigente nas sociedades modernas e capitalistas, foram (e ainda são) compreendidos enquanto pertencentes a malandragem/vadiagem ou preguiçosos para lides produtivas (CUNHA, 1987; 2000), assim como aconteceu séculos antes na Inglaterra do século XVIII (THOMPSON, 1998).

Diante dessas circunstâncias, Getúlio Vargas buscou assegurar durante todo o período do Estado Novo e após ele, em seu segundo mandato (1951-1954), mais que o combate à vadiagem, um processo de educar para o trabalho, com o fortalecimento e a expansão da ideologia, da moral do trabalho. Tal medida era essencial por representar, de acordo com a perspectiva por ele estabelecida, uma afirmação política e social dos seus ideais, inclusive via controle e/ou relação assistencialistas e paternalista com os sindicatos (PARANHOS, 2007). Seu governo pautava-se no ideário nacional-desenvolvimentista, cuja intervenção estatal em atividades consideradas de interesse da nação, a exemplo do mundo do trabalho, representavam um grau elevado de importância, a fim de garantir o funcionamento das atividades vinculadas à diversificação do mercado interno e ao crescimento dos setores industriais, buscando integrar e inibir conflitos entre capital e trabalho (IANNI, 2004).

Por fim, é possível estabelecermos que uma vez que elencado o contexto político e suas implicações em torno da problemática da instrução e saneamento, aliada a falta de mão-de-obra qualificada para o subsídio de uma urbanização, que viria a constituir uma nação modernizada, industrial, podemos então nos ater a discussão acerca de como tais dilemas foram percebidos e tensionados do ponto de vista da regulamentação da pesca brasileira. Vale dizer que essa regulamentação tinha como primazia tornar a pesca em um ofício mais aprimorado e modernizado, de acordo com o *ethos* nacional e moderno que se almejava incorporar no Brasil, em busca do tão desejado desenvolvimento civilizatório.

2.1 O PROBLEMA DA INSTRUÇÃO E DO SANEAMENTO NA PESCA: A REGULAMENTAÇÃO DA PESCA NO BRASIL

A fim de estabelecermos o modo como os problemas relacionados à instrução e saneamento são evidenciados na pesca, acreditamos ser necessário compreendermos, antes, a forma como a pesca estava organizada até o surgimento do ideário nacional pautado na modernização (e industrialização) da sociedade vivenciada nos séculos XIX e XX, sobretudo na região Nordeste do Brasil, em específico, Tamandaré. Frisamos isso devido à história de organização e à dinâmica do trabalho nas comunidades pesqueiras aí situadas, que mantinham tradições seculares em suas técnicas e tecnologias produtivas, saberes e fazeres e sociabilidades.

É oportuno também mencionarmos que esse contexto não irá diferenciar-se, em grande medida, de outros grupos de pescadores artesanais do nosso País. De modo geral, desde antes dos anos de 1500 já haviam registros de pessoas que se dedicavam à pesca, uma vez que a socioeconomia e cultura indígena era pautada em uma alimentação e sistemas de trocas que englobava produtos oriundos da terra e do mar, como acontecia com os Caetés (CASCUDO, 2002), assim como houve uma forte presença dos Sambaquis em diferentes localidades litorâneas, que contribuíram para reprodução deste ofício. É importante ressaltar que a prática pesqueira passou por constantes modificações, principalmente em decorrência das novas influências ocasionadas pela invasão portuguesa no território que atualmente chamamos de Brasil. Essa influência, no trabalho pesqueiro, fez-se a partir da combinação, em sua grande maioria, de práticas já existentes (algumas embarcações e instrumentos de capturas indígenas) com aquelas vindas com chegada dos/as portugueses/as e, depois, de africanos/as escravizados/as ao território dos povos originários.

Tais influências impactaram diretamente na atividade pesqueira, desde a forma como as canoas e jangadas eram produzidas até nos saberes técnicos particulares – conhecimento do meio marinho, de navegação, da fauna e flora, dentre outras questões-, e isso foi corroborado pelo processo de extinção e expulsão, quase que completamente dos/as índios/as do litoral já em pleno século XVI, quando as novas práticas passaram a ser inseridas daí em diante, como a vela latina, anzóis de metais, presença dos mestres e formas de organização baseadas nas confrarias e irmandades religiosas (CASCUDO, 2002; NÉMETH, 2011; SILVA, 2001). Boa parte desses aspectos sobreviveu até os dias atuais, com suas culturas produtivas, em muitas localidades litorâneas, sem que isso deixasse de representar diálogos com os momentos

históricos e suas especificidades ecológicas e locais (DIEGUES, 1983, 2004; RAMALHO, 2017).

Essas sociedades pesqueiras fizeram-se em paralelo e, também articuladas à implantação e desenvolvimento da produção agrícola que se instaura no período, tendo como base a produção da cana-de-açúcar e que recebeu maior atenção por parte dos colonizadores, devido à própria dinâmica do capitalismo mercantil e interesse europeu na época. Isso se deu por meio da combinação entre monocultivo, grande propriedade fundiária e trabalho escravo oriundo do continente africano.

De fato, ao retratar o período do Brasil Colônia, com forte presença da cana-de-açúcar, e, depois, Império, com a expansão da cafeicultura, grandes estudiosos brasileiros (BUARQUE DE HOLANDA, 1936; FERNANDES, 2008; FREYRE, 1933; KOWARICK, 1987; PRADO JR, 1942) voltaram muito mais as suas discussões para a produção da economia agrícola baseada no sistema de *platanion* do que em outras economias ou organizações produtivas que existiam subordinadas e/ou com relativa autonomia frente à grande propriedade fundiária, como foram os casos dos camponeses e pescadores artesanais. No caso da economia das comunidades pesqueiras, essas ficaram ainda mais ocultas na abordagem desses autores.

Se, por um lado, os grupos campesinos passaram a ganhar espaço nos debates das Ciências Sociais do Brasil, com importantes trabalhos entre o final da década de 1950 em diante (CANDIDO, 2001; MARTINS, 1983; QUEIROZ, 1973; WANDERLEY, 2014), isso, por outro lado, não se deu da mesma forma com os/as pescadores/as e a busca por compreender as suas singularidades sociais, econômicas e culturais. Tal fato pode encontrar como uma das suas plausíveis explicações, a ideia de que, durante décadas, as Ciências Sociais abordaram os pescadores artesanais como subcategoria do campesinato devido à algumas semelhanças partilhadas por estes dois grupos. Além de,

[...] serem atribuídos como produtores primários (de alimentos), a sociabilidade desses grupos sociais se constituiriam pelo núcleo familiar e por laços de compadrio, que se somavam à situação que ambos possuíam enquanto sujeitos subordinados política e economicamente frente ao Estado e às classes sociais abastadas (RIBEIRO, 2020, p. 837-838).

Esses elementos serviram para interpretá-los enquanto camponeses, o que foi feito através de valiosos estudos no Brasil (MILLER, 1992) e no restante do mundo (FIRTH, 1946).

Neste sentido, a fim de compreenderem a pesca, tais estudos buscaram elementos teóricos pertencentes à análise organizacional campesina, no intuito de elucidarem as práticas

e simbologias pesqueiras que, por ventura, resultou em generalizações acerca da pesca⁵. Então, ao realizarem essas generalizações, as mesmas foram, de certa maneira, responsáveis por inibir e/ou deixar em segundo plano, as particularidades pertencentes a esse grupo social (os pescadores). Para além disso, cabe a nós destacar que a organização social das comunidades pesqueiras não seria pautada, como eixo central, pela busca do lucro, embora o comércio de sua produção tivesse relevância, mas sim por uma relação de pertencimento com a natureza, com a comunidade local e os seus territórios de morada e trabalho, de modo a refletir no reconhecimento de tais grupos como, praticamente, autossuficientes, detentores dos mínimos vitais para a sobrevivência (DIEGUES, 2004; FURTADO, 1993; RAMALHO, 2006).

Sendo assim, ainda que agricultores e pescadores artesanais partilhem de alguns pontos em comum, tais semelhanças não são suficientes para explicá-los como o mesmo sujeito, uma vez que os “pescadores” podem ser divididos, historicamente, em dois grupos. A saber, de acordo com Diegues (1983) e Maldonado (1986; 1993), existem duas formas históricas de grupos pesqueiros: o pescador-agricultor e o pescador artesanal.

No caso dos pescadores-agricultores, eles seriam portadores de características camponesas, pois as atividades pesqueiras ocupariam apenas um determinado período do ano, a depender do calendário agrícola e/ou da sazonalidade de determinada espécie de pescado. Dessa maneira, a pesca é utilizada apenas como um complemento de sua renda e/ou para o consumo familiar. Aqui o valor de uso é mais decisivo do que sua condição de valor de troca⁶. Ao passo que, no caso do pescador artesanal, a pesca é a sua principal fonte de renda, seu centro de existência econômica e simbólica, marca de seu modo de vida, projetando-se, nesse caso, uma cultura própria de trabalho com suas normas, divisões, saberes e fazeres, simbologias, uma ideologia singular (MOURÃO, 2003).

Sendo importante ressaltar que, no Brasil dos séculos XIX e XX, podemos identificar a presença de pescadores agricultores predominantemente nas regiões Sul e Sudeste, que em seu processo de saber-fazer pesqueiro registrou a existência de um trabalho terrestre e um trabalho

⁵ Um exemplo destas generalizações pode ser observado através dos escritos de João Pompeu de Souza Brasil (1973), que resgata essa proximidade entre agricultores e pescadores artesanais, sobretudo os litorâneos dos estados nordestinos. Para ele, estes dois grupos partilham de valores estruturais e econômicos, uma vez que as populações de pescadores também são dependentes de produtos industrializados, seja para consumo próprio, seja para auxílio em equipamentos de trabalho, de modo que tais dependências justificassem o fato de os pescadores litorâneos serem enquadrados na categoria dos camponeses, denominando-os de “camponeses do mar”.

⁶ Para Marx (2008), o “valor de uso” de uma mercadoria corresponde ao próprio objeto, a sua substância, a necessidades que podem ser satisfeitas pelas propriedades de um bem físico, que só se realiza no processo do consumo, de modo que não há dependência da apropriação. Ao passo que o “valor de troca” corresponde a quantidade, com uma relação econômica definida e inseparável de um mercado de trocas dos produtos, de modo que haja dependência da apropriação.

aquático, como foi (e é) o caso dos pescadores do Rio de Janeiro, que se reconhecem como “*caiçaras*”. No entanto, tais práticas não se reproduziram da mesma forma nas regiões Norte e Nordeste, que apresentaram (e apresentam até os dias atuais) uma predominância da pesca artesanal, com dedicação exclusiva a prática pesqueira. Isso não quer dizer que inexistam pescadores-agricultores nestas localidades, mas que eles não são uma categoria tão expressiva quando se compara ao Sul e Sudeste do país.

No caso do pescador artesanal, o recurso natural capturado não é apenas um valor de uso como, principalmente, é uma mercadoria, o que o faz passar mais tempo nas águas do que em terra. Dessa forma, o mesmo também seria resultado das transformações históricas vividas pela pesca e pelas regiões litorâneas em que estão situados. O que nos leva a compreensão de que, o artesanal seria, um desdobramento, em algumas localidades, do primeiro tipo pesqueiro mencionado, pois, devido à perda de terras, em decorrência da especulação imobiliária ou o avanço dos grandes empreendimentos agrícolas, as águas tornaram-se sua única possibilidade de trabalho e a agricultura algo inviabilizado.

Sendo assim, o afastamento do continente e o maior tempo de vida e de trabalho nas águas, no mar, resultou na construção de um *ethos* específico, com suas particularidades objetivas e subjetivas (sociabilidades no barco, conhecimentos náuticos e pesqueiros, representações, técnicas e tecnologias, formas de organização do trabalho, etc.), ofertando profundas singularidades socioculturais a esse sujeito social (o pescador artesanal). Este modo de vida, que se construiu por meio do afastamento frente à terra, produziu a existência de relações de cooperação e reciprocidade bastante peculiares, que se desenvolveram a partir do perigo representado pelo mar - diante sua magnitude, imprevisibilidade e força - e o tipo de trabalho e de conhecimento aí exigidos para se pescar em águas marinhas.

É dentro deste contexto que, além das representações sociais singulares, emerge a figura do mestre de pesca, ou seja, surge alguém que, historicamente, tornou-se portador de uma autoridade que se fundamenta num conhecimento rico e complexo sobre a natureza e sua cadeia de acontecimentos (orgânicos e inorgânicos). Ele é reconhecido pelos seus pares por suas habilidades de navegação que, inclusive, são capazes de garantir-lhes a vida em alto-mar. E ainda, enquanto fator determinante para a produção pesqueira acontecer e a cultura de trabalho da pesca artesanal fazer-se. O mestre era (e é) também um formador, um educador dos novos pescadores artesanais, a saber, não pode haver o trabalho da pesca artesanal, principalmente o marítimo, sem o mestre, assim como não pode existir este sem aquele, sobretudo nas pescarias exercidas em alto-mar.

Não à toa que para Simone Maldonado, “falar-se de mestre e da mestrança é falar de algo universal e indissociável à pesca [grifos da autora]” (1993, p. 134), pois ninguém melhor do que esse personagem para congrega todo um saber-fazer do ofício de ser pescador, um *ethos* pesqueiro em muitos lugares seculares. E como destaca Cristiano Ramalho:

O mestre é praticamente uma instituição, pois armazena em si um patrimônio societário. Ele é o responsável pela prévia-ideação da arte, o planejamento de todas as etapas, a organização do grupo de trabalho e o nascimento da obra. Elementos que devem ser sempre divididos com os demais trabalhadores de sua oficina marítima, em prejuízo de se não obter uma boa qualidade produtiva. Seu comando não é arbitrário e nem se apoia em dogmas transcendentais; ele se edifica pela experiência e capacidade reconhecida por todos no mundo prático do saber-fazer, e se articula a um diálogo ao mesmo tempo vertical [do responsável] e horizontal [do trabalho coletivo e voluntário] com os membros da unidade de produção, cujas relações de trabalho assentavam-se, na grande maioria das situações, em vínculos pessoais e diretos. Sem dúvida, na pesca artesanal, os laços de família e a prática da mestrança amparam, alimentam e se projetam umbilicalmente (RAMALHO, 2017, p. 191-192).

Isto significa dizer que, o *ethos* desenvolvido na pesca artesanal, se apresenta na relação desenvolvida com o mar (do respeito para com esse recurso natural) e com seus parceiros de trabalho. Deste modo, esse afeto – presente na maritimidade - relaciona-se com o saber-fazer, que atribui aos pescadores artesanais a sensação de liberdade por poder administrar seu tempo, diferente da concepção de uma cultura de trabalho vigente no modelo capitalista, que sugeriria aos pescadores uma subordinação a outrem, fato não só presente entre pescadores artesanais brasileiros (ACHESON, 1981; ANDERSEN, 1980; FURTADO, 1993). Todavia é valioso destacarmos que esse *ethos* encontra no mestre de pesca o seu principal guardião, pois é ele - e através dele - que passa a reprodução da pesca artesanal, seu *ethos*, ou seja, da própria cultura de trabalho pesqueiro artesanal, desde o século XVII em muitas comunidades pesqueiras (CASCUDO, 2002).

No diz respeito a esse universo pesqueiro, especialmente a sua organização do trabalho e da presença do mestre de pesca, aquele que é o portador e educador de um *ethos* específico (MALDONADO, 1993; MOURÃO, 2003) de uma cultura do trabalho singular e tradicional, ele passou a ser discutido, do ponto de vista burocrático a partir do final do século XIX e, sobretudo no século XX, diante dos interesses socioeconômicos que a Marinha de Guerra expressava sobre o mar, a pesca e, com isso, a categoria dos pescadores. Sendo assim, a pesca tornou-se um assunto de Estado. A exemplo disso, o fato das Forças Armadas passarem a atuar de forma mais veemente no período republicano fez com que, pouco tempo depois da implantação da República no Brasil (1889) o Governo Federal tenha determinado, através da

Lei 478, de 09 de dezembro de 1897, “imperiosamente a nacionalização da pesca em nosso país” (VILLAR, 1924, p. 05).

A justificativa empregada pela Marinha de Guerra para instituir tal nacionalização foi a de que o Brasil possuía uma fronteira marítima extensa, o que dificultava sua proteção e defesa, chamando atenção para isso da nossa história, a partir da presença de franceses (no Rio de Janeiro e Maranhão) e holandeses (na Bahia e Pernambuco) em nosso território, séculos antes, antes mesmo de nos consolidarmos enquanto nação. Desta forma, para exercer a construção de uma atividade naval brasileira eficaz, a Marinha acreditava ser de extrema importância a utilização daqueles que já possuíam conhecimentos náuticos acerca do território aquático (os pescadores), tendo como pretensão transformá-los em reserva militar, já que esta força armada enfrentava, constantemente, o problema ocasionado pela falta de recrutas (CALLOU, 1994; 2007). Para tal, adotaram, então, um discurso nacionalista, de defesa da costa, o que se intensificou ainda mais após a eclosão da I Guerra Mundial (1914-1918), cujos conflitos navais tiveram importância decisiva (VILLAR, 1924).

O discurso nacionalista promovido pelo Estado por sua vez fora ampliado a partir do projeto de nacionalização e industrialização da pesca brasileira, e justificado inicialmente como uma tentativa de atribuir maior visibilidade aos pescadores nacionais, tendo em vista que neste período havia, segundo Diegues (1983) uma forte presença de estrangeiros/as pescando em território nacional, a exemplo de espanhóis e portugueses no Rio de Janeiro, então capital da República. Estes, foram apontados pela Marinha como se estivessem “usurpando” de nossos pescados e retirando a possibilidade de crescimento por parte de nossos pescadores, devido ao fato de que o mar brasileiro era (e é) dotado de extrema riqueza, sendo capaz de suprir as necessidades econômicas da nação e de seu povo.

O que nos revela, de acordo com o contexto político da época, a intenção de garantir uma independência da pesca brasileira para com os outros países, assim como a intenção de utilizar-se – em um futuro próximo - da mão-de-obra desses pescadores para o empreendimento de um setor industrial pesqueiro, cuja meta estava no horizonte. Diante deste contexto, o Estado (por meio da ação da Marinha) passou a reavaliar as práticas e simbologias empregadas para o ofício pesqueiro, a fim de superar a sua lógica tradicional de trabalho, seja aprimorando a mesma, seja a deixando como obra do passado ao se instalar e propagar um modelo moderno-industrial. Até aquele momento não havia, necessariamente, uma regulamentação administrativa de como deveria se dar a prática pesqueira em território nacional.

A primeira intervenção concreta do Estado brasileiro foi a realização de uma expedição por todo seu litoral – do Oiapoque ao Chuí-, denominada “Missão do Cruzador José Bonifácio” (1919-1924) e delineada pelo Ministro da Marinha, o Almirante Gomes Pereira (CALLOU, 1994), que teve por função analisar as questões sociais, econômicas e ecológicas das comunidades pesqueiras, buscando assim delimitar os principais problemas da pesca. Isso resultou numa concepção de que a pesca brasileira era uma “atividade bastante rudimentar”, o que desencadeou, conseqüentemente, um processo de regulamentação dos serviços da pesca.

Para tal, Frederico Villar (1924), um dos nomes mais expoentes no processo de regulamentação nos serviços da pesca, defendia a ideia de que para o melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros seria necessário a criação de entrepostos, assim como a promoção de instrução aos pescadores, através da organização das Colônias de Pesca no Brasil, das cooperativas de pesca e ainda, da criação de Escolas de Profissionais de Pesca. Para ele, embora o Brasil fosse um país extremamente abundante e piscoso em seus mares e rios, não havia conhecimento suficiente por parte dos pescadores, capaz de garantir a conservação e transporte dos pescados para os principais centros de consumo (os centros urbanos do Brasil), isto é, assim como nos demais segmentos da nação, os pescadores careciam de instrução.

Neste sentido, para que houvesse uma organização comercial positiva, seria necessário, além de outras questões administrativas, garantir a qualificação da mão-de-obra empregada ao ofício pesqueiro. Não à toa que a primeira medida decorrente do projeto de nacionalização da pesca, realizada durante da Missão do Cruzador José Bonifácio consistiu na criação de 800 Colônias de Pesca em 1919, formada pelos agrupamentos de pescadores no litoral, onde acreditava-se ser possível tirar a “ignorância” desses trabalhadores e prepará-los para o Brasil industrial, moderno.

De certo, a ideologia de um Brasil moderno esteve aí presente, trazendo consigo uma visão ideológica nacionalista, na qual atribuía a Colônia como um ponto de apoio social, administrativo e militar do Governo (CALLOU, 1994). E ainda, justificando seu estabelecimento como uma forma de promover instrução e saneamento para as comunidades pesqueiras, isto porque, durante a missão constatou-se um grande índice de analfabetismo e baixo incentivo a higiene entre os pescadores do litoral brasileiro, como se apontava outros possíveis problemas necessários a serem combatidos.

Angelo Brás F. Callou (2007) analisa isso de modo detalhado, inclusive a implantação de escolas primárias:

O que pudemos reter dessa intervenção concreta da Marinha nas comunidades pesqueiras da costa brasileira é de que ela foi responsável, entre outros aspectos, pela criação de oitocentas colônias (aproximadamente cem mil pescadores foram matriculados); *criou mais de mil escolas primárias*, organizou grupos de escoteiros do mar, *fundou postos de saneamento*, *procurou desenvolver a instrução profissional*, *combater a verminose, a malária e o alcoolismo*; procurou fiscalizar a pesca predatória e *nacionalizar a atividade pesqueira do país*; e *procurou, sobretudo, incentivar os pescadores na defesa da costa, considerando-os reserva da Marinha de Guerra* (CALLOU, 2007, p. 85-86, grifos nossos).

De acordo com Villar (1924), a maior obra nacionalista que se poderia realizar no Brasil seria criar escolas no âmbito primário e profissional, a fim de garantir a base da futura grandeza de nossa Pátria. Esse debate do Brasil moderno, com o Estado forte e nacionalista foi, anos depois, marca do governo de Getúlio Vargas, principalmente o período do Estado Novo (e com uma forte retomada na gestão 1951-1954), cuja atenção voltava-se a promoção de um crescimento industrial e valorização do nacionalismo (CUNHA, 2000; DRAIBE, 1985; GOMES, 2014, 2019).

Tudo isso influenciou no universo da pesca, pois nesse cenário foram pensadas várias ações educacionais e a promoção de escolas profissionais de pesca, que teriam aí, a função de ser uma possibilidade de organização de um setor industrial pesqueiro. Pois, as escolas, de nível primário, já estavam operando por intermédio das Colônias de Pesca, criadas desde os anos de 1919 em várias localidades pesqueiras do Brasil. Tal como podemos evidenciar na matéria jornalista abaixo, publicada no Diário de Pernambuco durante o período de funcionamento da EPT:

O “Plano de Preparo do Pessoal da Pesca”, já elaborado, tem suas bases no eficiente funcionamento das colônias de pescadores, onde passará a ser ministrada a instrução primária até o nível de quarta serie, possibilitando com isso bons resultados nos concursos de admissão aos centros de instrução e treinamento. Esses centros, dos quais a atual Escola de Pesca de Tamandaré será um deles, desenvolverão os cursos de formação profissional nas três especialidades em que foi dividido o pessoal da pesca [...] cada um deles absorvendo o pessoal de determinados setores da costa, a atual Escola de Pesca de Tamandaré, depois de devidamente reestruturada, dentro das modernas normas da didática profissional, constituirá o centro de instrução e treinamento do Nordeste. Para ele, serão encaminhados todos os candidatos à profissão da pesca (CENTROS, 1963, p. 9).

Posto isto, é possível concebermos que a criação das Colônias de Pesca representou o marco inicial de uma longa jornada de organização da pesca artesanal no Brasil, que surgiu antes do governo de Getúlio Vargas e teve avanços significativos a partir dos anos de 1930, durante seu mandato. Isto porque, essa época trouxe consigo uma forte intervenção

socioeconômica no âmbito do trabalho e da vida social, como abordamos anteriormente, a qual se fundiu com a ideia de construção de uma identidade nacional, isto é, da formação de um “novo homem”⁷. Sob esse cenário se intensificaram medidas regulamentares impostas pela Marinha aos pescadores, através do Código de Caça e Pesca (decreto nº 23.672/34) que, dentre os seus artigos, os obrigava a associarem-se às Colônias de Pesca, sob a pena de serem proibidos de pescar. E ainda, contando com a criação da segunda lei que dizia respeito à pesca brasileira, denominada Código de Pesca (decreto-lei nº 794/38), cujas características assistencialistas, de preservação e militarização eram, também, evidentes na implementação da primeira Escola de Pesca Profissional do Brasil, a Escola de Pesca Darcy Vargas (EPDV), inaugurada em 1939 e posteriormente, na segunda e última dessa iniciativa, a Escola de Pesca de Tamandaré, que começara a funcionar em 1954.

A EPDV (1939-1945) recebeu esse nome em homenagem a esposa de Getúlio Vargas - que foi também uma das responsáveis por idealizar esta obra assistencial. Tal Escola foi inaugurada na ilha de Marambaia, no estado do Rio de Janeiro, e funcionava no formato de internato, atuando na instrução e no saneamento, uma vez que a Escola tinha por função criar:

Não apenas um educandário, onde fosse ensinada a pesca por meio de técnicas modernas, mas também uma vila onde a família do pescador pudesse viver com infraestrutura, em um ambiente higienizado e onde a venda do pescado pudesse ser realizada diretamente ao entreposto, propiciando uma remuneração honesta a esse trabalho (CAMINHA, 2019, p. 216).

À vista disso, a Escola de Pesca Darcy Vargas acolheu filhos de pescadores oriundos de outros Estados para forjar novos homens para nação, o que dentro do ideário veio para servir, e, conseqüentemente, fortalecer ainda mais a construção de uma identidade positiva do trabalhador brasileiro (KOWARICK, 1987), uma vez que esta Escola chegou até mesmo a ser considerada “a maior e melhor instituição de toda a América do Sul” (ALVES, 2012, p. 133). Neste sentido, a Escola de Pesca Darcy Vargas, representou um novo marco simbólico (após a criação das Colônias de Pesca) para concretização do serviço de nacionalização da pesca e industrialização pesqueira do Brasil, fato que já vinha sendo debatido, como já frisamos, desde o início dos anos de 1900.

⁷ A terminologia “novo homem” aqui empregada representa, durante o Governo Getúlio Vargas, a formação de um indivíduo que busque o desenvolvimento de sua nação, tanto no que diz respeito a organização do trabalho quanto em suas concepções morais, sendo percebido enquanto nacionalista.

Diante dos resultados positivos alcançados pela EPDV⁸, o Estado passou a discutir acerca da ampliação deste projeto para a Região Nordeste do Brasil, tendo em vista que de acordo com o projeto de lei da EPT (BRASIL, 1962) muitos filhos de pescadores saíam do Norte/Nordeste para o Sudeste com a finalidade de frequentar a Escola de Pesca localizada em Marambaia, RJ. Em decorrência dessa tentativa de aperfeiçoamento das práticas e simbologias da pesca artesanal, surgiu a segunda Escola de Pesca no Brasil (foco desta pesquisa), em pleno segundo Governo Vargas (em 1954) e que durou cerca de 21 anos (foi até 1975), estando localizada no distrito de Tamandaré, que, na época, pertencia ao município de Rio Formoso e se situa no litoral sul de Pernambuco.

Sendo importante ressaltarmos que, no caso desta segunda Escola de Pesca em particular, surgida 16 anos após a EPDV, sua criação não esteve diretamente pautada na instrução e saneamento como ocorrera com a primeira (ainda que tais ideais estivessem presentes em seu cotidiano). Isto porque, a justificativa empregada para sua implementação fora a de aumentar a produtividade pesqueira, tendo em vista que para o Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, o Sr. Armando de Queirós Monteiro Filho⁹, a industrialização da pesca era algo essencial.

Como descreveu no projeto de lei da criação da EPT (BRASIL, 1962) ao ressaltar que, além da pesca representar uma das quatro maiores fontes de proteína animal do país, a implementação desta Escola tornaria possível ampliar o padrão alimentar do consumo de proteínas de origem animal para toda população, o que poderia ser produzido a custo reduzido, se comparado a outros setores, como por exemplo, o bovino.

Com a finalidade de resolver, ou, pelo menos, melhorar a situação da pesca no território nacional, principalmente no setentrão brasileiro, o Govêrno, de longa data, pôs em execução várias medidas, entre as quais a de permitir a vinda de barcos estrangeiros para operarem na orla marítima brasileira. Em que pese a alta capacidade técnica das emprêsas alienígenas que atuam em nosso meio, aliada à sua organização eficiente nos diferentes setores da indústria de pesca no Brasil, é forçoso reconhecer que o sistema preconizado com as melhores intenções não tem dado os resultados positivos que os inspiraram, face a situações criadas tanto no campo da pesca, como da comercialização do pescado. Tratando-se, como ficou dito, de alimento protéico de elevada digestibilidade, necessário à subsistência das populações brasileiras, notadamente as que vivem na extensa orla litorânea, é chegado o

⁸ Dentre os resultados positivos, podemos destacar o desenvolvimento da pesca e sua industrialização na Região Sudeste, assim como a diminuição do preço do pescado e o serviço de assistência oferecido aos pescadores.

⁹ Pernambucano de origem, além ter sido de empresário do setor sucro-alcooleiro, Deputado Estadual (1951-1954) e Deputado Federal (1955-1960), foi Ministro da Agricultura de 8 de setembro de 1961 a 26 de junho de 1962, na fase em que o país teve como Primeiro-ministro Tancredo Neves. Nesse sentido, tanto a criação, como a questão do aumento de recursos para a EPT contaram com a presença de políticos de Pernambuco no Ministério.

momento de empregarmos maior soma de recursos a fim de dinamizar a indústria nacional de pesca com a finalidade fundamental de obter uma produção em bases econômicas com o concurso das técnicas universalmente consagradas; e fornecer produtos a preços competitivos com os demais alimentos protéicos de origem animal, de maneira a torna-los acessíveis aos consumidores menos favorecidos. Entre as medidas de profundidade que devem ser postas em prática para que a pesca no Brasil tenha efetivamente expressão significativa sobressaem [...] a aquisição e funcionamento de frota pesqueira especializada, integrada por unidades que alcancem rendimento econômico, proporcionado por equipamentos e instalações consagrados pelas conquistas da tecnologia moderna (BRASIL, 1962, p. 7).

Para tanto, essa busca por estabelecer o funcionamento de uma frota pesqueira especializada, onde fosse possível garantir o rendimento econômico mínimo para o País, cuja formação profissional do pescador, enquanto pessoa hábil, se daria através do ensino regular e intensivo via Escola de Pesca. O que seria responsável por fazer com que surgisse um novo sujeito pescador e ainda, uma nova pesca, essencial a consolidação de uma indústria pesqueira nacional.

Dessa maneira, essas especialidades, que almejavam o ideário de modernização educacional e profissional da pesca, retratavam de forma significativa o contexto ao qual o Brasil da segunda metade do século XX se encaminhava, uma vez que tal período marca o apogeu do Estado desenvolvimentista – considerando também o estabelecimento do Plano de Metas (1956-1960), durante o governo de Juscelino Kubitschek (FURTADO, 1974, 1986). Desta forma, a criação das Escolas de Pesca seria responsável por representar um futuro de grandeza para nossa Pátria, cujo investimento financeiro promovido pelo Governo reverteria-se em avanços significativos para a produção, conservação e exportação do pescado, de extrema importância para criação e consolidação de um setor industrial da pesca no Brasil (VILLAR, 1945).

Cabe aqui um destaque fundamental. A Marinha de Guerra continuou a comandar sozinha a vida social, política, cultural e econômica das comunidades pesqueiras, até o surgimento da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), em 1962. Depois disso, sua ação focalizou, mais diretamente, no controle político e fiscalizatório da categoria dos pescadores, o que durou oficialmente até a promulgação da Constituição do Brasil de 1988 (RAMALHO; SANTOS, 2020).

De fato, esse cenário de regulamentação e modernização da pesca, em detrimento do que deseja as comunidades pesqueiras, pode ser entendido enquanto uma parcela desse processo de nação e constituição institucional, tal como propõem Inkeles e Smith (1974, p. 3). A saber,

esses autores defendem a ideia de que um dos elementos centrais causadores do “insucesso” em promover a modernização seria a relação intrínseca que os indivíduos possuíam com o passado, como ocorria em países recém saídos do Sistema Colonial, como era o caso do Brasil.¹⁰ Desta forma, para que o setor industrial pesqueiro se consolidasse e a modernidade pudesse ser atingida, seria necessário que os indivíduos superassem esse pensamento tradicional e o ethos a ele incorporado, pois somente transcendendo a este modelo “retrogrado” poderiam se tornar personalidades modernas.

Para tal, Inkeles e Smith (1974) acreditavam que o processo de socialização voltado à modernidade se daria através do sistema educacional e da presença da fábrica, que funcionaria como a “escola da modernidade” - como defendera Frederico Villar ao buscar instituir Escola Profissionais de Pesca-, uma vez que o desenvolvimento da habilidade de estabelecer um controle sobre a natureza estaria atrelado a eficácia da modernização. É importante ressaltar que, no caso do universo desta pesquisa, a Escola de Pesca de Tamandaré revelou-se ser constituinte dessas duas dimensões, visto que, ao mesmo tempo em que a Instituição tinha por função oferecer um ensino profissional a seus alunos, buscou imergi-los na realidade da “fábrica”, de modo que a prática pesqueira fosse incorporada às suas formações, às suas socializações.

Do ponto de vista educacional, essa tentativa de instaurar um ensino profissionalizante e tecnicista¹¹ como a solução privilegiada para manutenção da ordem iniciou-se ainda nos ideais dos antigos intelectuais do Império (CUNHA, 2000), sendo um movimento recuperado pelos liberais através do relatório de 1892, escrito por Fernando Lobo – um dos fundadores da República dos Estados Unidos do Brasil -, que representou o último título do efêmero Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Para Fernando Lobo, a instrução popular não poderia ficar limitada ao reconhecimento da necessidade do ensino primário obrigatório, porque, apenas por esta via, não seria possível

¹⁰ Rosilene Alvim e José Sérgio Leite Lopes (2007) chamam atenção a presença dessa herança colonial e do tradicionalismo na modernização do trabalho brasileiro ao abordarem a transição do mundo rural para o mundo industrial, onde um dos critérios estabelecidos para a contratação do Senhor de Engenho que agora estava investindo na indústria era o de analisar as mãos das pessoas que chegavam até ele, a fim de identificar se este indivíduo era ou não apto ao trabalho. Ter calos nas mãos representavam, dentro desta lógica de contratação, que o indivíduo estava acostumado a trabalhar pesado e não fazer corpo mole, de modo que fosse se dedicar ao novo trabalho no qual estava sendo incorporado. E assim, as pessoas saíam do trabalho rural para o trabalho industrial, sem que fossem analisadas suas expertises acerca do novo trabalho a ser desempenhado.

¹¹ O ensino profissional refere-se ao empreendimento de uma escola de aprendizagem de profissão, sendo a profissão aqui atribuída enquanto uma aplicação da atividade física à produção do trabalho, tal como propõe Luiz Antonio Cunha (2000). Neste sentido, há uma redundância na concepção desse ensino como técnico e profissional, pois a escola “técnica” diz respeito a escola profissional que formava os artífices, tal como propôs a EPT com os pescadores artesanais.

fazer com que a maioria das pessoas da “massa popular” – que estavam à margem da sociedade, de vida itinerante e, em alguns casos, submetidas à mendicância no Brasil pós-colonial - abandonassem a vadiagem ou que adquirissem uma moral do trabalho burguesa e se transformassem, dessa maneira, em um elemento notável para a prosperidade nacional.

Segundo Kowarick, nos períodos antes e pós-abolição, essa massa de homens livres pode ser entendida da seguinte forma:

Marginalizado desde os tempos coloniais, o homem livre e liberto tende a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformado num itinerante que vagueia pelos campos e cidades, visto pelos senhores como a encarnação de uma corja inútil que prefere o ócio, a vagabundagem, o vício ou mesmo o crime à disciplina do trabalho nas fazendas (KOWARICK, 1987, p. 55).

Para enfrentar essa “fuga do trabalho”, integrantes das elites agrárias brasileiras e do Governo Imperial, desde da segunda metade do século XIX, viram na criação das escolas agrícolas pelo país, seja a de aprendizes ligadas ao primário, seja as de práticas agrícolas no âmbito do secundário:

[...] um componente das políticas que deveriam responder à questão social que os reformistas eufemisticamente intitulavam “transformação do trabalho”. Combinada a uma vigilância política de imigração que vedasse a entrada de raças degeneradas, os aprendizes e as escolas práticas de agricultura seriam concebidos como instituições públicas, privadas ou mistas, voltadas para a formação educacional e instrução profissional da nova mão-de-obra que deveria substituir o braço escravo. Seria preciso conferir aos libertos e aos demais pobres, nacionais e estrangeiros, não apenas as habilidades técnicas indispensáveis ao melhoramento dos cultivos, mas, principalmente, inculcar-lhes o dever e o amor ao trabalho, atributos morais indispensáveis e sem os quais permaneceriam alcunhados como subumanos (LOURENÇO, 2001, p. 164-165).

“Inculcar-lhes o dever e o amor ao trabalho” representava a construção de um novo homem, com seu ethos fundado em “atributos morais indispensáveis” ligados ao mundo laboral burguês, disciplinado e regido pelas dinâmicas do capital, cujo ensino cumpriria missão civilizatória, reformadora. Nesse caso, o amor ao trabalho significava estar inserido nas dinâmicas desejadas pelo capital, pelo capitalista, e o que fosse distinto disso era tratado, como ainda é, como um não trabalho ou um não gosto pelo trabalho. Por isso, outras formas de trabalho, que não se coadunavam aos desejos de mundo de nossa elite foram desconsideradas como úteis à nação, como ato laboral. Trabalho, para a ideologia presente na moral dos senhores de terra e da nascente burguesia era trabalhar para o capital, pois fora disso não se trabalha.

Assim, os pescadores artesanais, que historicamente possuíam uma cultura de trabalho baseada em técnicas e tecnologia tradicionais, (mecanismos e apetrechos simples), com seu tempo de trabalho vivido em simbiose com o ritmo da natureza (sem sofrer, portanto, uma regulação do tempo via relógio,) ou inexistindo uma separação entre saber e fazer, como ocorre nos moldes capitalistas (DIEGUES, 1995), foram percebidos pelo Estado e pela sociedade como pessoas indolentes, pouco afeitas ao gosto pelo trabalho, preguiçosas e que, em muitos casos, praticavam a vadiagem.

Manuel Correia de Andrade, destacou que:

O praieiro dedica-se quase sempre à pesca, embora por processos ainda bastante rotineiros, com jangadas, viveiros ou currais. Ele é considerado em toda região como preguiçoso, como homem que gosta de pouco trabalho, o que é em parte exagero, uma vez que é muito dura a faina do pescador. Na verdade, se o regime de trabalho não tem a continuidade do trabalho em outras áreas, é porque depende muito do tempo e porque, na praia, a alimentação é facilmente encontrada nos mangues que ficam por trás das restingas. Aí são encontrados, em grande medida, os caranguejos, crustáceos, que dão excelentes pratos (ANDRADE, 2005, p.139-140).

Essa cultura do trabalho pesqueiro artesanal deveria ser vencida, com base na ideia de que os pescadores precisavam ser “educados” e inclusos na tentativa de “prosperidade nacional”, direta ou indiretamente, e o exemplo prático disto foram as criações, como já frisamos, das Colônias de Pesca, e, décadas depois, das Escolas de Pesca no Brasil (CALLOU, 2007).

Como já aludimos, embora essa ideia – de reformar os setores populares e, conseqüentemente, a nação pela educação do trabalho através do ensino - tenha surgido ainda no Brasil Império, ela foi empregada, também, no início da República e, sobretudo, no período que de 1930 a 1964, onde existiu um predomínio de ideais liberais na educação, que tinham como foco oferecer um ensino profissional (CARVALHO & TOLLEDO, 2005). Concomitante e articulado a isso, o aparelho estatal brasileiro foi ampliado consideravelmente nesse momento histórico (IANNI, 2004).

No período da Segunda República (1930-1937) uma série de acontecimentos repercutiram no setor educacional, dentre eles, o direcionamento que Getúlio Vargas atribuíra a reforma do ensino secundário e superior, que alinhado aos interesses da Igreja Católica, direcionava o ensino para as elites. Em contraponto a esse direcionamento, o ensino primário e profissional (destinado as massas populares) teria sido omitido dessa iniciativa, devido à baixa procura, o que se revelaria um sério problema para nação, haja vista que a predominância do

setor agrário no Brasil ainda se utilizava de “formas anacrônicas de produção” (FILHO, 2005, p. 3). Além de que,

A intensificação do capitalismo industrial no Brasil, que a Revolução de 30 acabou por representar, determina conseqüentemente o aparecimento de novas exigências educacionais. Se antes, na estrutura oligárquica, as necessidades de instrução não eram sentidas, nem pela população nem pelos poderes constituídos (pelo menos em termos de propósitos reais), a nova situação implantada na década de 30 veio modificar profundamente o quadro das aspirações sociais, em matéria de educação, e, em função disso, a ação do próprio Estado (ROMANELLI, 1999, p. 59).

O que fez com que Vargas buscasse, a partir do modelo econômico nacional-desenvolvimentista, adotar medidas educacionais voltadas ao processo de industrialização do País.

Dentre as medidas educacionais, o Manifesto dos Pioneiros (1932) - que considerava a educação como um serviço essencialmente político, ao qual caberia ao Estado organizar – elaborou uma proposta de criação de um sistema nacional de educação, que contava com uma ação voltada diretamente para o desenvolvimento da escola técnica profissional, destinada, dentre outros grupos, ao mundo da pesca, quando concebeu:

Desenvolvimento da escola técnica profissional, de nível secundário e superior, como base da economia nacional, com a necessidade variedade de tipos e escolas: de agricultura, de minas e de pesca (extração de matérias-primas); Industriais e profissionais (elaboração de matérias-primas); De transportes e comércio (distribuição de produtos elaborados); e segundo métodos e diretrizes que possam formar técnicos e operários capazes em todos os graus da hierarquia industrial (FILHO, 2005, p. 7).

Aliado a isso, o período da Terceira República, também denominado de Estado Novo (1937-1945), retirou a obrigatoriedade de um plano nacional de educação, atribuindo ao poder público, de acordo com a Constituição Federal de 1937, apenas a demanda de ofertar o ensino para aqueles/as que não possuísem condições de arcar com um ensino privado. Tal medida fez com que o ensino profissional destinado às classes despossuídas ganhasse uma dimensão de ação pública articulada e central, ao envolver os sujeitos do capital e trabalho sob a condução do Estado, como podemos evidenciar abaixo:

À infância e à juventude, a que faltarem os recursos necessários à educação em instituições particulares, é dever da Nação, dos Estados e dos Municípios assegurar, pela fundação de instituições públicas de ensino em todos os seus graus, a possibilidade de receber uma educação adequada às suas faculdades, aptidões e tendências vocacionais (CAMPANHOLE & CAMPANHOLE, 1978, p. 452).

Assim,

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é em matéria de educação o primeiro dever do Estado [...] é dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes caberão ao Estado sobre essas escolas (BRASIL, 1937).

Ressaltamos que esse ensino profissional também poderia ser ofertado enquanto uma iniciativa direta do Estado, que, em muitas situações, se dava com o auxílio do Exército ou da Marinha (como ocorrera com a Escola de Pesca de Tamandaré). Dessa forma, é possível compreendermos que essas iniciativas educacionais operacionalizadas expressavam o projeto de nacionalização de diversos setores, dentre os quais, o da pesca. De modo geral, idealizou-se o ensino secundário e superior para as elites, ao passo que as classes populares voltariam-se para a instrução do ensino primário e profissional. Esse fato era almejado por Frederico Villar (1924), ao discorrer sobre a possibilidade de instituir as colônias de pesca (ensino primário) e as Escolas profissionais de pesca (ensino profissional) no Brasil.

Não à toa que quando voltamos no tempo, o próprio filósofo e economista britânico Adam Smith, ao tratar da educação, reconheceu-a como um artifício disciplinador da classe, o que serviria para justificar necessidade de “uma educação em função da divisão (parcelar), o trabalho: exercício de uma ocupação específica com operações bastante simples acaba imbecilizando os trabalhadores” (BUFFA, 1987, p. 31). Assim, a medida em que a Era Vargas buscava instruir a classe trabalhadora, esses/as estariam se qualificando enquanto mão-de-obra para a indústria, ao passo que a manutenção do poder continuaria destinado apenas a uma pequena parcela da população, a elite brasileira.

O que ficou ainda mais evidente em 1942 quando o Ministro da Educação Gustavo Capanema autorizou uma série de decretos-lei referentes à promoção do ensino industrial. O Decreto-lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, instituiu a criação o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e o Decreto-lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942 determinou a Lei Orgânica do Ensino Industrial, o que explicitou ainda mais a intenção do Governo Vargas em promover um ensino técnico profissional, haja vista que de acordo o novo cenário do mundo do trabalho, para industrializar o País seria necessário empregar mão-de-obra qualificada as camadas populares.

No que diz respeito às novas modificações, embora tenham ocorrido mudanças de regime e mesmo a elaboração de uma nova Constituição, promulgada em 1946, não houve transformações relevantes do ponto de vista da legislação educacional até 1961, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) passou a vigorar. Ocorre, também, nesse

entremeio, uma forte retomada da simbologia nacional e do patriotismo impulsionado pelos liberais, presentes, a partir ano de 1952, no âmbito da extensão rural e, conseqüentemente, da extensão pesqueira, que iniciou oficialmente em 1968.

De certo, tudo isto ficou nitidamente visível a partir do momento em que, esse ensino profissional se alinhou ao movimento de ruptura do ensino presente na extensão rural proposta no Governo de Juscelino Kubitschek, que defendeu o desenvolvimentismo brasileiro, atribuindo, como destaca Angelo Brás Fernandes Callou (2007), a extensão rural enquanto uma ideia de “ - ‘ajuda técnica e financeira’ como ‘ferramenta’ de educação”. Em que pese esse marco oficial, 1961, o próprio Callou (2007) considera que a extensão rural e pesqueira nasce, no Brasil, com a Missão do Cruzador José Bonifácio, com base nas experiências acumuladas por um personagem emblemático e que incorporou o imaginário de uma época, especialmente o das elites.

É desse cenário “civilizador”, modernizador e antitradicionalista que surge um personagem importante – que, demarcaria, ao meu ver, o início do que chamaremos, oficialmente, muitas décadas depois, de Extensão Rural e Pesqueira no Brasil: o capital-de-mar-e-guerra, Frederico Villar. Entre 1909 e 1910, Villar percorreu a Europa, o Japão e os Estados Unidos para estudar as indústrias de pesca dessas regiões. Dessa maneira, a industrialização da pesca representou uma estratégia importante para a Marinha, à medida que os pescadores seriam envolvidos no processo, tendo em vista as dificuldades dessa força armada em preencher seus quadros de praças. Por outro lado, a imensidão da costa e a considerada piscosidade de suas águas era outro argumento forte para o desenvolvimento das atividades pesqueiras no Brasil (CALLOU, 2007, p. 84-85).

Mas foi, em 1956, com a criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), que o significado da extensão rural, de ajuda técnica e financeira, passou, de fato, a integrar-se aos ideais da educação profissional, adquirindo, por sua vez, uma nova conotação (CALLOU, 2007). Conotação essa que almejou difundir inovações tecnológicas para o desenvolvimento, pautando-se nos termos da modernização; e esse processo tornou-se cada vez mais visíveis através dos investimentos em uma produção pesqueira especializada.

Essa busca por uma especialização, representou, do ponto de vista da EPT, um currículo oculto, que à primeira vista possibilitou uma remodelação das práticas e sociabilidades da pesca, abrangendo questões de constituição do pescador, isto é, o seu ethos pesqueiro. A definição de currículo oculto empreendida, refere-se, tal qual atribui Tomaz Silva, a um currículo que é:

[...] constituído por todos aqueles aspectos do ambiente escolar que, sem fazer parte do currículo oficial, explícito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes (SILVA, 1999, p. 78).

De modo que esse novo *ethos* desenvolvido na Escola foi incorporado e difundido não apenas por meio do manejo e das técnicas exercidas durante sua pescaria (a forma de conduzir a embarcação, como saber identificar o pesqueiro, como jogar a linha e afins), mas na sua forma de perceber o mundo, suas expectativas e seus anseios. Muito disso ganhou força devido à desconstrução oficial feita sobre a figura do pescador artesanal, bem como as condições de exploração e, por consequência, exclusão que muitos homens do mar estavam submetidos no país. Não à toa que, em todas as entrevistas realizadas por nós, identificamos, nos depoimentos dos ex-alunos, que houve um reconhecimento da possibilidade de ascensão via EPT, chegando até mesmo a equipará-la a uma universidade, como disse Seu Josélio, que estudou de 1967 a 1971 na instituição, ao falar da escola:

Como a Escola era um leque nessa vida marítima, ela abriu um leque, né, tipo uma faculdade abre uma visão, um leque pro mundo, a Escola de Pesca abriu um leque para visão marítima de um modo geral. Então muitos alunos nossos estavam preparados para fazer concurso para Marinha, pra escola de aprendiz de marinho, [...] então muitos faziam concurso pra Marinha, passavam e iam ser marinheiros, outros foram ser pescadores, alguns fizeram concurso aí pra SUDENE como eu te disse na época, o IDEP de pesca né, entravam por decreto daquelas pesquisas que haviam barco de pesquisa, de navio, na SUDENE, agora me falha a memória do nome dele, mas era um barco grande de 30, 40 metros mais ou menos (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Ao abordar a Escola de Pesca de Tamandaré como “um leque pro mundo”, Seu Josélio nos possibilita chamarmos atenção ao fato de que, para além da formação de pescadores profissionais, essa iniciativa governamental formava também esses indivíduos para o mar. Ou seja, se por um lado buscou construir um *ethos* específico, que profissionalizava o pescador para o setor industrial pesqueiro, por outro, possibilitou também a saída da pesca, através da formação recebida, preparando-o para o ingresso em outras atividades que envolvessem este mundo marítimo, a exemplo da Marinha e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). No caso da Sudene, cabe-nos mencionar que, desde seu surgimento em 1959, esta instituição possuiu um setor dedicado exclusivamente a pesca, que investiu no setor pesqueiro e realizou vários estudos voltados ao ofício e à economia pesqueira (SUDENE, 1994).

A ideia de reformar a nação espalhou-se para o universo da pesca, tornando-se uma missão importante que deveria ser conduzida e transmitida, também, pela Escola de Pesca. Para

reformular a pesca fazia-se necessário, antes de tudo, reformar os pescadores, seu trabalho e seu modo de vida, para que pudessem (pesca e pescador) servir melhor ao País.

Neste cenário, tomarmos conhecimento dos antecedentes desta Escola de Pesca é de extrema importância, pois nos permite compreender a forma como ela fora idealizada, o seu intuito de superar aquilo que era considerado como um problema, um entreve para a pesca e, devido a isso, para sua contribuição à nação brasileira. Além disso, o que essa iniciativa busca é, como discutiremos, representar um papel fundamental para o desenvolvimento do ser humano tanto física quanto intelectualmente, atingindo, inclusive, as pessoas que o cercavam, seus familiares e a comunidade.

Esperava-se que, a partir dessa iniciativa, viesse a surgir efetivamente um novo *ethos* pesqueiro, com uma nova cultura de trabalho, que diferisse em vários aspectos, daquela empregada pelos pescadores artesanais tradicionalmente, que carregava outra racionalidade pesqueira, cujos elos se concretizam através da transmissão de um conhecimento geracional. Por conta disso, os objetivos da Escola de acordo com o projeto de lei apresentado ao presidente da Câmara de Deputados, frisavam que:

No Nordeste, a EPT deve funcionar em sua plena capacidade (350 alunos), com um Centro Regional de Promoção Tecnológica e mão de obra especializada e semi-especializada transformando-se no instrumento fundamental das políticas de pesca que se pretende levar a efeito, fazendo com que as novas gerações litorâneas e os melhores elementos das antigas usufruam, realmente, a vocação pesqueira na região [...] O primeiro objetivo das pescarias do nordeste será incrementar a captura de espécies que, ocorrendo em abundância, ofereçam boas condições para a salga ou secagem, a fim de se atalhar da maneira mais rápida e econômica a crise de proteínas animais (BRASIL, 1962, p. 3).

Acima de tudo, esta iniciativa fora integrada ao projeto de modernização brasileira, que se desenvolveu ao longo de boa parte do século XX.

Cabe-nos realizar alguns questionamentos mais específicos a respeito de sua promoção, sendo eles: Por que instituir uma Escola Profissional de Pesca no Nordeste? E por que ela deveria ser sediada em Pernambuco, mais especificamente na praia de Tamandaré? É sobre esses questionamentos que nos propormos discutir adiante.

2.2 A ESCOLHA DO LOCAL

Como abordamos anteriormente, o Estado havia reconhecido a promoção da primeira Escola de Pesca (a Darcy Vargas, em Marambaia – RJ) enquanto uma iniciativa que rendera frutos bastante positivos a nação, instruindo os filhos de pescadores que lá puderem se qualificar para o mundo industrial (CAMINHA, 2019; ALVES, 2012). Além disso, destacamos também a presença de pessoas vindas de outros estados do Brasil, em sua maioria do Nordeste, a fim de incorporarem e se profissionalizarem nesta Instituição.

Diante desta saída da Região Nordeste para o Sudeste, o Estado vivenciou uma dualidade: por um lado, seria beneficiado com mais indivíduos aptos ao trabalho industrial, ao passo que, por outro lado, este movimento representaria uma escassez ao Nordeste, que por não possuir as mesmas condições de trabalho industrial, não usufruiria plenamente da força de trabalho desses indivíduos agora especializados. Isso dificultaria cada vez mais o empreendimento de um desenvolvimento industrial na Região Nordeste.

Em detrimento dessa dualidade, o Estado identificou a necessidade de investir e instruir esses filhos de pescadores também na Região Nordeste, assim, além deles terem a possibilidade de qualificar seu trabalho para atuar diretamente nessa localidade, estariam também desenvolvendo uma socioeconomia industrial nesta parte do País. Diante dessas conclusões, restava ao Estado, agora, determinar qual seria o melhor local para que esse empreendimento pudesse operar no Nordeste brasileiro. Esta decisão era complexa e fundamental, uma vez que havia uma predominância, em termos produtivos, da pesca artesanal no Brasil, cujo centro estava na Região Nordeste.

No caso de Pernambuco, como já frisamos, houve uma predominância da pesca artesanal historicamente, que pode ser justificada pelo fato de que nunca houve a distinção e/ou transição histórica de pescadores-agricultores para pescadores artesanais na localidade, uma vez que, desde o período colonial, existiam pessoas que se dedicavam exclusivamente à pesca, sendo elas predominantemente negras, escravas de ganho ou aluguel (SILVA, 2001). É importante pontuar que, além dessa presença negra escrava, ocorreu também a do trabalhador branco livre e pobre e de negros alforriados na pesca de jangada (os jangadeiros) em mar-alto, que buscavam as praias pernambucanas mais afastadas do Recife e de Olinda, dentre elas a de Tamandaré, como um local para exercer o seu ofício pesqueiro distante do trabalho compulsório.

Assim, como característica comum, havia a existência do pescador mestre, em Pernambuco, fato registrado por vários viajantes europeus, desde o final do século XVIII, que destacaram (impressionados) as particularidades do modo de vida desse “tipo de sociedade”,

desse ethos pesqueiro e do saber-fazer desses homens nas (e das) águas como uma espécie singular de corporação de ofício (RAMALHO, 2008). Todavia, vale registrar que outros estudos apontam a continuidade e a forte presença dos mestres na pesca, nas últimas décadas, não apenas em Pernambuco (RAMALHO, 2017; RIBEIRO, 2020), como em outras partes do país (CORDELL, 2001; DIAS NETO, 2015; DIEGUES, 1983; MALDONADO, 1993), mostrando que, em várias localidades do Brasil, os mestres da pesca artesanal apresentavam-se enquanto essenciais para a existência e reprodução do modo de vida desse grupo social, de suas singularidades marítimas.

Diante de tais singularidades sociais aos quais os pescadores artesanais estavam inseridos, que conta com a presença do mestre de pesca e, tendo em vista a predominância da pesca artesanal em Pernambuco, a escolha de construir uma Escola de Pesca Profissional em Pernambuco pode ter parecido, à primeira vista, uma escolha arriscada, que poderia gerar consequências negativas, como por exemplo, ser totalmente ignorada pela população e cair em desuso. Em contraponto a isto, a EPT poderia resultar numa ferramenta positiva para a incorporação de novas dinâmicas de sociabilidade e manejos pertencentes ao ofício pesqueiro, disseminando um novo ethos, constituinte de um profissional da pesca que se diferenciaria daquele desenvolvido a séculos na pesca artesanal, cuja cultura de trabalho possuiria novos arranjos e simbologias.

É possível que a escolha do Estado de Pernambuco para sediar essa Escola de Pesca tenha se dado justamente em detrimento desse predomínio da pesca artesanal na localidade, já que a proposta inerente a essa Instituição era inicialmente a de transformá-la em um Centro Regional de Promoção Tecnológica de mão de obra especializada e semi-especializada. Além é claro, da forte influência que os políticos pernambucanos envolvidos com essa Escola possuíam na tomada de decisões no país, dentre eles, João Cleofas¹², que esteve ligado diretamente ao estabelecimento da EPT e integrava a administração do Ministro da Agricultura, quando ocupou a pasta na condição de ministro de 1951 a 1954, durante o segundo governo de Getúlio Vargas.

Mas qual a praia pernambucana deveria ser designada para o recebimento desta iniciativa? E por quê? Lembramos que Pernambuco possui uma faixa costeira de 187km² e conta com 49 praias em seu litoral. Então, qual foi a razão da escolha por Tamandaré? Para que

¹²João Cleofas foi um dos idealizadores desta iniciativa, tendo sido o responsável pela criação da Comissão Nacional de Política Agrária, que dava ênfase a projetos de lei que contemplassem o incentivo a lavoura de subsistência. Além disso, exerceu o cargo de Deputado e Senador e ainda, chegou a disputar, inclusive, por três vezes o Governo de Pernambuco (1950, 1954 e 1962), sem obter o devido sucesso.

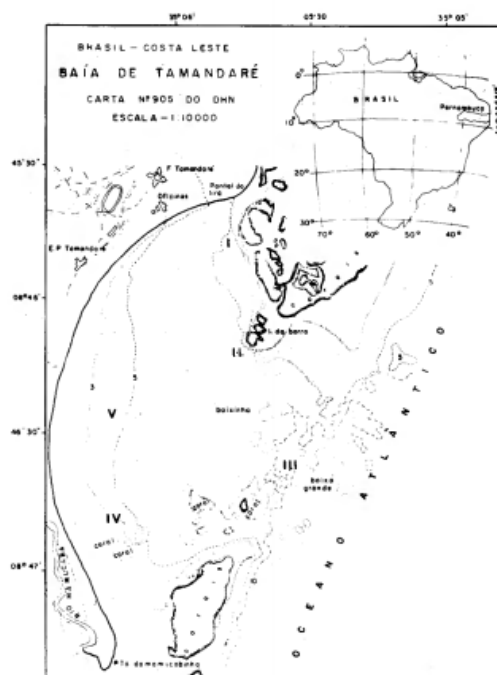
possamos compreender os motivos pelos quais Tamandaré foi o local escolhido para sediar a EPT, precisamos antes, compreender as singularidades pertencentes a esta localidade, onde seu espaço físico e simbólico não podem ser desconsiderados.

Tamandaré foi um lugar inicialmente em que viviam etnias indígenas e que sofrera constantes reformulações com a presença de portugueses em suas terras¹³. Tinha, nas primeiras décadas de colonização, forte influência dos engenhos e da pesca em seu desenvolvimento, devido ao seus aspectos geográficos serem propícios para realizações destas atividades, além dos interesses que elas representavam para Portugal, especialmente por se tratar de um local bem servido de recursos hídricos (Rios Una, Mamucabas e Ilhetas) e possuir uma baía (Figura 9) de aproximadamente 3km² de superfície, que conta com recifes orgânicos¹⁴ responsáveis por separá-la do mar aberto o que leva a ser um quebra-mar natural.

Figura 9: Baía de Tamandaré

¹³ Como por exemplo a tribo Tam que ocupou a área entorno do engenho Mamucabas e a tribo Ré, que habitava próximo ao mar, sendo ela, na realidade uma parte da primeira que havia se separado, mas que ainda estava subordinada a Tam. Acredita-se, de acordo com os antepassados, que após a invasão dos portugueses nas terras que hoje chamamos de Brasil, a tribo Ré teria sido a primeira a ser procurada, a fim de estabelecer trocas que a beneficiariam, caso os ajudassem. Mas, que tal procura não teria sido satisfatória, pois, a Tribo Ré teria informado que só Tam manda em Ré e assim, teria surgido o nome Tamandaré (FERRÃO, 2000).

¹⁴ Os recifes ou arrecifes orgânicos dizem respeito a uma estrutura rochosa submersa da superfície de águas, geralmente próxima à costa, construída por organismos sedentários ou sésseis e coloniais, como corais, briozoários e algas. Devido a incidência de luz solar, o crescimento desses organismos sedentários atrai peixes e outros animais marinhos. No caso da baía de Tamandaré, ela é quase totalmente fechada por recifes, recebendo influência do rio Mamubaca pela parte sul e, apresentando desníveis do fundo na parte leste, conhecida como barra, devido ao afloramento de "cabeças" de pedras e a bancos de areia. Desta forma, os recifes presentes na parte leste possuem uma ampla comunicação com o mar aberto (BARRETO, 1986).



Fonte: BARRETO, Maria Salete de Santana. p. 57, 1986.

Sem dúvida, tais condições possibilitaram (e possibilitam) a passagem de grandes embarcações. Aliado a isso, a produção agrícola na localidade que se desenvolvia através do sistema de *plantation* com base na cana-de-açúcar, utilizava-se do porto de Tamandaré para transportar a cana entre a metade do século XVI e início do século XX, sendo ele, considerado, na época, o melhor ancoradouro do litoral sul pernambucano e ainda, identificado como o melhor porto para navios de alta lotação na extensão que vai de Sergipe ao Maranhão (BARRETO, 1956).

Para além das boas condições costeiras, que foram de suma importância para que a Escola de Pesca viesse a ser implementada, Tamandaré contava ainda com a presença de um Forte, localizado a 500 metros do mar, criado ainda no século XVI e que fora responsável pela defesa da costa em períodos de guerra, como o foi na batalha contra os Holandeses (1630), na Guerra dos Mascates (1710-1711), na Revolução Pernambucana (1817) e na Cabanada (1832-1836). E, também, conta com um farol adquirido em 1896 pelo Lazareto (1904-1915), cuja função era garantir a segurança sanitária das embarcações que entravam na barra de acesso à baía de Tamandaré¹⁵.

¹⁵ Pelo que se sabe, o Forte teria sido utilizado durante o período de eclosão da ditadura civil-militar, quando os alunos da EPT teriam se utilizado dele para base da reserva naval. Ao passo que, o farol, foi importante para Escola de Pesca por facilitar a comunicação com as grandes embarcações (sobretudo da Marinha) que chegavam a praia de Tamandaré durante o período de funcionamento da instituição (FERRÃO, 2002).

O Lazareto (Figura 10), que funcionou como uma estação sanitária, foi fundado em 1904 e existiu até o ano de 1915, na Região próxima à baía de Tamandaré, tendo se edificado enquanto uma demanda das nações estrangeiras, que impuseram ao Brasil a sua criação. Tal imposição se justificou pelo fato de que, como abordamos anteriormente, no início do século XX, o Brasil estava assolado por uma série de doenças infecciosas, contagiosas e epidêmicas como a febre amarela, varíola e hanseníase. Sendo assim, acreditava-se ser necessário a realização uma triagem acerca de todas as pessoas embarcadas, a fim de identificar as portadoras de doença e isolá-las por 40 dias.

Figura 10: Lazareto



Fonte: Lazareto, Tamandaré, PE. Acervo da Fundação Joaquim Nabuco

A importância da criação do Lazareto era tanta que o general Sousa Aguiar¹⁶ chegou a até mesmo a criar duas comissões para verificar qual porto no litoral brasileiro teria as condições higiênicas necessárias para abrigá-lo. Para tal, chegou-se a cogitar a região de Fernando de Noronha como um possível local, mas logo foi constatado que somente Tamandaré seria capaz de prestar esses serviços com a mesma qualidade que fora oferecido aos venezianos durante o século XV, na Ilha de São Lázaro. Desta forma, o conjunto arquitetônico do Lazareto,

¹⁶ Engenheiro de formação, o general Sousa Aguiar atuou diretamente na defesa territorial da nação em diversos conflitos, inclusive no que demarcara as fronteiras brasileiras com o Uruguai, além de sua carreira no exército, foi um importante político brasileiro, que chegou até mesmo a ser prefeito do Distrito Federal (Rio de Janeiro) nos anos de 1906 a 1909. Enquanto nacionalista, seus ideais se alinhavam aos da época, cujo problema da falta de saneamento representava uma forte medida a ser combatida no país, a fim de que ele se desenvolvesse.

que possuía uma administração em estilo gótico, contou com sete prédios, três caixas d'água e um extenso barracão de madeira (FERRÃO, 2000).

Com o encerramento de suas atividades, o local em que o Lazareto havia sido instalado ficou inoperante até o início dos anos de 1920, quando em 1923 foi solicitado a Marinha que cedesse seu espaço ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, que buscava instituir o Patronato Agrícola João Coimbra (1924-1950). Essa instituição, que começou a operar em 1924, fez parte de um projeto nacional contra a vadiagem e mendicância, o qual esteve presente em várias localidades do Brasil voltadas à correção educativa de crianças e adolescentes.

O Patronato (Figura 11) - que recebeu esse nome em homenagem ao pai de Estácio Coimbra, político no qual lutou para que esse educandário fosse construído -, funcionou enquanto uma escola, que promovia o ensino desde a alfabetização até a admissão (conhecida como 5ª série ou 6º ano), atendendo crianças e adolescentes numa faixa etária de sete a 12 anos (ICMBIO, 2021). Além disso, promoveu, como forma de complemento, atividades de alfaiataria, carpintaria, sapataria, com destaque para ensinamento sobre agricultura, a exemplo do plantio de coqueiros (que até hoje podem ser encontrados no local em que essa instituição funcionou), entre outros cursos semelhantes.

Figura 11: Patronato Agrícola João Coimbra



Fonte: Patronato Agrícola João Coimbra - Acervo do CEPENE/MMA

O Patronato Agrícola João Coimbra, que recebia crianças do Agreste, Zona da Mata e outros locais vizinhos, chegou até mesmo a receber um maior destaque do Estado de Pernambuco quando, em 1933, um outro Patronato (o Barão de Lucena) que funcionava em Jaboatão dos Guararapes fechou, incorporando seus alunos aos de Tamandaré. Suas atividades foram encerradas em Tamandaré no ano de 1950, quando transferiu-se para a cidade de Barreiros, dando origem, posteriormente, ao atual Instituto Federal de Educação de Pernambuco (IFPE).

Isso tudo nos revelou que, embora tenham havido discussões a respeito de qual localidade deveria sediar a Escola de Pesca que atenderia ao Nordeste, chegando ao impasse entre Itapissuma (situada no litoral norte de Pernambuco) ou Tamandaré, a segunda já oferecia condições econômicas e de infraestrutura melhores para seu estabelecimento (LUIS, 1951). Como abordado acima, a baía e o porto de Tamandaré apresentavam condições singulares a esta localidade para o exercício pesqueiro, sobretudo por demonstrar ser mais acessível às grandes embarcações e possuir ligação direta com o oceano. O que foi também relatado pelo jornalista Cyneiro Carvalho, numa reportagem publicada no Jornal Pequeno, em que disserta sobre a visita do Dr. Duque Estrada, Superintendente da Caixa de Crédito da Pesca, responsável pela execução do plano estabelecido pelo Ministério da Agricultura sobre o desenvolvimento da pesca, a Tamandaré, em 1951:

[...] Depois de três horas de viagem, chegamos á Tamandaré! Fomos colhidos de surpresa e tivemos a impressão de termos chegado a uma cidade abandonada quando atingimos aquele conjunto de edifícios construídos no tempo em que grassava a febre amarela [o lazareto], os quais serviam de hospedagem aos passageiros que procediam do estrangeiro, cujos navios eram obrigados a permanecer por 40 dias naquele ponto.

É um recanto sombrio e tranquilo. Os coqueirais se alinham em estensas fileiras formando imensas avenidas. Em cima, o movediço entrelaçamento das folhas e, em baixo, o ensombrado da areia muito branca. Aquela costa forma a miniatura de uma baía e a nossa vista se espraia no horizonte longínquo, onde o céu parece baixar as alturas para beijar a magestosa frente do mar. Tamandaré é uma maravilha!!

Foi justamente êsse local que o dr. Paes de Melo escolheu para construção do moderno edifício onde funcionará a Escola de Pesca. Alguns daqueles edifícios abandonados estão sendo destruídos e outros reconstruídos para servirem á referida Escola.

O dr. Paes de Melo, homem sensato, de largo tirocínio técnico-administrativos e visão de claresa meridiana, tudo previu, e, dentro em breve, os pescadores terão a sua escola técnica, e seus filhos riquezas do mar, de trazer para as criaturas o precioso alimento que a natureza nos oferece. A Escola de Pesca está excelentemente localizada em Tamandaré. A sua realização é o coroamento da grandiosa obra que procura resolver o problema da pesca em nosso Estado, para grandeza da nossa economia, para a melhora de vida dos pescadores e para o bem estar do povo (CARVALHO, 1951, p. 3-4).

Para além desses benefícios naturais, o fato de já se possuir, em suas terras, uma estrutura que poderia vir a ser reutilizada, pareceu economicamente mais interessante aos seus idealizadores. Como destacou o jornalista Manoel Luis numa entrevista publicada no Diário de Pernambuco:

É digno de nota o aproveitamento das instalações do antigo Patronato Agrícola “João Coimbra”, localizado em Tamandaré, para uma base e Escola de Pesca no litoral sul do Estado, pois tal idéia vem a reafirmar os meus pontos de vista já emitidos a respeito, uma vez que aproveitam-se aquelas ótimas instalações já existentes, além de se tratar da segunda baía do nosso Estado, com barra boa e produtiva, farol, agencia telegrafia, colônia de pescadores, fácil balisagem, zonas altamente piscosas, tanto ao sul como ao norte da barra (São José ao sul e Guadalupe ao norte), regular numero de pescadores nas praias de Campas e Campina, etc. (LUIS, 1951, p. 21).

E ainda, o próprio Secretário da Agricultura do Estado de Pernambuco Eudes de Sousa Leão Pinto numa entrevista cedida ao Diário de Pernambuco após sua visita ao local das instalações em que a Escola seria edificada junto ao Ministro da Agricultura João Cleofas:

Eis Tamandaré, um pouco depois de Cabo, um pouco antes de Rio Formoso. Um velho prédio, agora inteiramente destelhado, acolheu, outrora, ao tempo da febre amarela e da bubônica, passageiros de navios que vinham para aqui, de portos mal amafamados. Quem viesse de Dakar, de Centra ou mesmo de Lisboa, ficava por ali de “quarentena”. O predio por sinal, tem um ar mourisco. E o curioso é que o assoalhado é todo de pinho que veio de Riga, a lituana Riga, ai por volta de 1890. Durante a ultima guerra, serviu de alojamento a uma unidade militar ali destacada para vigiar a costa. Foi tambem sede do Patronato Agrícola, depois transferido para Barreiros. Esta (agora) decadente vila de pescadores bisonhos pode ser que ressurja com a inauguração da primeira Escola de Pesca já criada em todo o país (PINTO, 1954, p.1).

De acordo com essas implicações torna-se compreensível os motivos pelos quais Tamandaré foi o local escolhido para sediar a Escola de Pesca. Assim, iniciou-se em 1951 os reparos e a construção de novas estruturas, as quais foram necessárias (como a criação do entreposto de pesca e frigorífico) para acomodação da Escola, que reutilizou o que restara do Lazareto e do Patronato Agrícola. No entanto, ainda que nos fosse suficientemente bem explicado a escolha do local, nos restaria salientar outra questão: como difundir o novo ethos profissional, que contaria com uma nova cultura de trabalho, a qual a EPT pretendia promover? E mais, o que de fato é esse ethos? Pois, como abordamos anteriormente, havia uma forte presença da pesca artesanal em Pernambuco, com seu ethos particular e secular, que era bastante comum nas praias do nosso País, sobretudo nas das Regiões Norte e Nordeste.

E é sobre esse ethos que passaremos a discutir em seguida.

3 O CONCEITO DE ETHOS E A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ

O conceito de ethos elaborado por Max Weber (2004) é importante para esta dissertação, como destacamos em nossa Introdução. *Ethos* refere-se a um modo de vida específico, uma máxima orientadora de vida, isto é, uma conduta que baseia em normas éticas e que tem por predicado valorizar não apenas o trabalho enquanto um domínio acerca dos recursos naturais e da natureza, mas, antes de tudo, o domínio do trabalho como domínio de si, “na conduta de vida racional fundada na idéia de profissão como vocação” (p. 164), “que penetrava todas as esferas da vida doméstica e pública” (p. 30) e que emergiu a partir do calvinismo e sua racionalização da vida tão decisiva para que o capitalismo moderno pudesse existir e difundir-se.

Aqui o trabalho metódico, como vocação e no ato de servir a Deus, será crucial, ou seja, “não o trabalho em si, mas o trabalho profissional racional, é isso exatamente que Deus exige” (p. 147). Desta forma, Weber (2004) atesta que a ênfase da ideia puritana de profissão vai recair, sempre, nesse caráter metódico inerente à ascese vocacional. Ademais, este seria um dos elementos que integram o espírito capitalista moderno, e não só este, mas própria cultura moderna, como destaca ao dizer que a “conduta de vida racional fundada na idéia de profissão como vocação nasceu – como queria demonstrar essa exposição – do espírito da ascese cristã” (p. 164).

Assim, distintamente da posição de capitalismo “aventureiro”, de orientação política ou orientação especulativa ao qual o judaísmo estava inserido, a proposição do *ethos*, para Weber (2004) seria, em resumo, “do capitalismo-pária – ao passo que o puritanismo portava em si o ethos da empresa racional burguesa e da organização racional do trabalho” (p. 151).

Então,

Quanto mais posses, tanto mais cresce – se a disposição ascética resistir a essa prova – o peso do sentimento da responsabilidade não só de conservá-la na íntegra, mas ainda de multiplicá-la para a glória de Deus através do trabalho sem descanso. Mesmo a gênese desse estilo de vida remonta em algumas de suas raízes à Idade Média como aliás tantos outros elementos do espírito do capitalismo [moderno], mas foi só na ética do protestantismo ascético que ele encontrou um fundamento ético consequente. Sua significação para o desenvolvimento do capitalismo é palpável contra o gozo descontraído das posses; estrangulou o consumo, especialmente o consumo de luxo. Em compensação, teve o efeito [psicológico] de liberar o enriquecimento dos entraves da ética tradicionalista, rompeu as cadeias que cerceavam a ambição de lucro, não só ao legaliza-lo, mas também ao encará-lo (no sentido descrito) como diretamente querido por Deus (WEBER, 2004, p. 155).

Para tanto, esse *ethos* moderno teve que suplantar outras máximas orientadoras de vida anteriores ao capitalismo racional para poder existir e estabelecer-se como marco de uma época:

Para que essas modalidades de conduta de vida e concepção de profissão adaptados à peculiaridade do capitalismo pudessem ter sido “selecionadas”, isto é, tenham podido sobrepujar outras modalidades, primeiro elas tiveram que emergir, evidentemente, e não apenas em indivíduos singulares isolados, mas sim como um modo de ver portado por *grupos* de pessoas (WEBER, 2004, p. 40, grifo da autora).

De certo modo, quando incorporamos essa discussão ao mundo da pesca artesanal, esse conceito de *ethos* mostra-se valioso, no que concerne à sua ideia de conduta de vida, de prática existencial. Isto porque, como alertou o próprio Weber, desde que se tornou hegemônico, o capitalismo e seu espírito existem sem necessitar mais do apoio da ética protestante como seu esteio central, do *ethos* essencial de racionalização do trabalho, da vida. Seu espírito hoje ganhou autonomia.

No que a ascense se pôs a transformar o mundo e a produzir no mundo os seus efeitos, os bens exteriores deste mundo ganharam poder crescente e por fim irresistível sobre os seres humanos como nunca antes na história. Hoje seu espírito – quem sabe definitivamente? – safou-se dessa crosta. O capitalismo vitorioso, em todo caso, desde quando se apóia em bases mecânicas, não precisava mais desse arrimo. Também a rósea galhardia de sua risonha herdeira, a ilustração parece definitivamente fadada a um empalidecer, e a idéia do “dever profissional” ronda nossa vida como um fantasma das crenças religiosas de outrora (WEBER, 2004, p. 165).

No caso da realidade pesqueira, esse *ethos* moderno, racional, pode ser encontrado nos desejos do Governo Federal e das nossas elites (empresariais e intelectuais) em transformar a pesca artesanal e sua cultura de trabalho secular. O que se fez evidente por intermédio da instrução ofertada na Escola de Pesca de Tamandaré.

Desta forma, buscaremos, neste capítulo, discutir como a proposta modernizadora e industrial apresentada por esta Escola Profissional de Pesca almejou difundir um novo *ethos* pesqueiro, em contraposição à conduta de vida tradicional dos pescadores expressa em sua cultura do trabalho, no seu saber-fazer, em suas técnicas e tecnologias, nos processos de socialização, isto é, em seu *ethos* pesqueiro. Como aludimos no capítulo anterior, esse *ethos* contido na EPT esteve em consonância com os ideários mais amplos de um Brasil moderno e industrial, que pretendia abolir o passado e, com ele, seus entraves para a efetivação de seu projeto civilizatório.

Para tal, algumas questões nortearão essa discussão: O que é esse *ethos* pesqueiro artesanal? Como ele foi concebido e incorporado a EPT? Essa Escola fez com que surgisse, de

fato, um novo ethos pescador? Como ela desejou efetivar isso? Começaremos compreendendo as singularidades inerentes ao ethos pesqueiro artesanal e, posteriormente, o que era e quais foram as implicações do ethos profissional proposto pela Escola de Pesca de Tamandaré.

3.1 O ETHOS PESQUEIRO ARTESANAL

Simone Maldonado (1993), uma das principais referências na temática da pesca, abordou em seus escritos elementos sobre a forma organizacional dos pescadores artesanais. Partindo de seu pressuposto central, a vida no mar, esses homens embarcados produziram um conhecimento marítimo que possibilitou viver das (e nas) águas marítimas, bem como foram capazes de transformar o oceano em territórios de seu pertencimento societário, com um modo de vida particular. Assim, a pesca artesanal, segundo a referida autora, é caracterizada por um domínio complexo de seu saber-fazer, que se traduz em um refinado e complexo conhecimento de elementos climáticos, meteorológicos e biológicos (como por exemplo os ciclos da maré, os ciclos da lua e sazonalidade do pescado) e de habilidades técnicas e tecnológicas onde o barco acaba sendo o espaço de desenvolvimento e confirmação desses talentos náuticos e pesqueiros e de sociabilidades vivenciadas por dias em alto-mar, o que informa e conforma a sua cultura de trabalho. Aqui o mestre da pesca artesanal cumpre papel decisivo.

Segundo Maldonado:

O mestre é como um arquétipo que se visse à proa dos barcos, o olhar penetrante, atento, tendo nas mãos por atribuição da sua sociedade e do seu bote, feixes de relações, de práticas e de sentimentos [...] sobre a sua égide, se reorientam instrumentos, rotas, territoriais, se processam perigos e tensões e se refazem grupos e relações sociais [...] falando-se sobretudo dos dois meios que decorre a vida dos pescadores e onde sua sociedade se organiza em botes para pescar, emergiram cruzamentos como o igualitarismo em estreita articulação com a hierarquia e o holismo, numa ação produtiva em que a cooperação se apóia no cumprimento individual de tarefas [...] tal configuração serve de panorama social para a expressão da prática da mestrança [...] na pesca, a pessoa do mestre ou do capitão da pesca desempenha essa mediação pela representação que dele faz a sociedade, assim como pela autoridade prática tanto ao nível das tomadas de decisão quanto no e que diz respeito às formas e à dinâmica que assume a distribuição da informação e do conhecimento (MALDONADO, 1993, p. 134 -135).

De acordo com Diegues (2001), a figura do mestre agrupa uma série de características que tornam sua presença importante, dentre elas, a do conhecimento das técnicas de pesca e navegação a ele agregada, isto é, o saber de cuidar da embarcação, de saber marcar o caminho de ida e volta nas águas, entre outras questões semelhantes. Para além disso, há ainda a

necessidade de utilizar-se de sua experiência nas decisões acerca da pescaria, pois, “além da experiência tem que ter um certo carisma, certa intuição de onde ir pescar naquele dia, de quais pedras visitar e, finalmente, descobrir as suas pedras” (p. 395). Sem dúvida, Diegues reconhece a mestrança como

Um conjunto de qualidades, conhecimentos e práticas que marcam a figura do pescador que tem autoridade no bote, que decide onde e quando pescar e que mantém a solidariedade na tripulação (DIEGUES, 2001, p. 395).

Por ser uma atividade artesanal, as características desse domínio complexo são ainda mais exigidas, devido, inclusive, à simplicidade da tecnologia utilizada na pesca artesanal (alguns equipamentos de tradição secular e de feitura artesanal). Desse modo, a imprevisibilidade do pescado e da própria natureza marinha, das águas de modo geral, também colocam um peso importante para que os pescadores – em sua sociabilidade embarcada – tenham desenvolvido um ethos particular, com o subsídio de uma cultura de trabalho pesqueira singular enquanto prática social (DIEGUES, 1983; CORDELL, 2001). Não à toa que autores como Fernando Mourão (2003), concebem que essa racionalidade pesqueira, esse ethos pesqueiro, traduz-se numa ideologia da pesca, que é entendida por ele como uma visão de mundo que se apresenta em suas práticas produtivas.

Podemos dizer que o ethos pesqueiro artesanal teria se desenvolvido na vida embarcada, cuja marca de referência e centro existencial é o mar, as águas, pois devido a sua separação frente ao continente, esse ambiente possibilitou a construção de sociabilidades, representações e organização do trabalho bastantes específicas. A saber, esse ethos deve ser reconhecido como uma das formas sociais em que não só a percepção específica do meio físico é de grande relevância, mas a vida no trabalho é fundamental, tanto em termos técnicos como em termos simbólicos, em suas normas e costumes. Aqui, o barco é elemento-chave para que isso aconteça, especialmente pela condução e capacidade que os mestres de pesca têm em garantir a sobrevivência de sua tripulação (os outros pescadores) no oceano e a possibilidade de realização de boas pescarias.

O mar, neste sentido, apresenta uma condição de patrimônio comum, com a ausência de apropriação formal do seu meio, diferentemente do trabalho em terra. Isto significa dizer que, o trabalho executado na terra possibilita uma constante busca pela ocupação de seu espaço geográfico, a fim de torná-la uma posse individual (propriedade privada); ao passo que essa construção de domínio individual não se reproduz na realidade marítima, visto que não há

possibilidade real de manter um controle absoluto acerca de como o mar se desenvolve e reproduz, ocasionando uma indivisibilidade do território marítimo¹⁷.

Os pescadores compreendem a natureza em dois grandes mundos: o do mar e o do seco [a terra], sendo que o primeiro é tido como um espaço muito especial, digno de muita reflexão e admiração. Este mundo, construído em torno do mar, engloba também céu, nuvens, chuvas e ventos que possam vir a compor o cenário do homem embarcado. O mundo seco constitui-se de uma natureza dócil, previsível, passível de ser controlada no que diz respeito a certas leis e ciclos e, na medida em que a sociedade é vista como uma dimensão deste mundo, as regras sociais também reforçam esta expectativa de previsibilidade. O mundo do mar, detentor da alteridade caracterizada por um padrão orgânico diferente e por leis próprias, relacionadas sobretudo às marés e aos ventos, é visto como uma expressão da natureza que superpõe imprevisibilidades e regras, risco de vida e fatura. (SILVA, 2000, p. 28).

O mestre de pesca, sujeito e portador de um saber-fazer ancestral que se faz ao longo do tempo de vivência nas águas, encarna então a complexidade dos domínios das naturezas (náuticas e pesqueiras), dos conhecimentos e práticas e das hierarquias no barco, que ele mesmo teve que passar, socializando-se para chegar a mestrança (DUARTE, 1999; MALDONADO, 1993). De aprendiz ao posto de proeiro e, ao mostrar competências como a marcação e habilidade para desvelar pesqueiros, daí para mestrança, que se tem um período de décadas de socialização em um ofício em pleno mar, em pleno barco, cuja oficina é o barco (RAMALHO, 2017).

Aqui o tempo assume outros ritmos, outras conotações, o da natureza, embora as influências do mercado não possam ser descartadas. De acordo com Lúcia Helena Cunha (2000), que toma como referência o debate feito por Edward Thompson, o tempo é uma criação cultural, cujo significado varia não somente entre as diversas sociedades históricas, mas no interior de cada uma delas, fluindo de modo não homogêneo na vida e representação dos diversos grupos, classes e segmentos sociais. Assim, no caso das comunidades pesqueiras

[...] aí se conforma ainda um ritmo peculiar, marcado pelo tempo natural dissonante do ritmo urbano-industrial, da disciplina da fábrica, da produtividade do capital. Se o tempo do relógio se presencia nesse povoado pesqueiro – seja pelo ritmo da vida da cidade que a ele, por vezes, se contrapõe, seja pela própria organização da produção inscrita no capital comercial e industrial, ou pela ocupação desordenada de elementos de fora que nele passaram a habitar, temporária ou permanentemente –, elo com o tempo natural para persistir, regulando, ainda de modo relativo, as atividades

¹⁷ Embora haja uma tendência de a pesca empresarial tentar limitar determinados espaços de uso comum como individuais, em prol de promover seu benefício próprio. Um exemplo disso pode ser evidenciado no registro audiovisual “Vento Forte”, realizado pelo Conselho Pastoral de Pescadores (CPP), com direção de Patrícia Antunes. Neste documentário, que aborda as mais diferentes ameaças sofridas pelas comunidades pesqueiras do Brasil, há o registro de uma cerca colocada embaixo d’água que serve para determinar o espaço em que os/as pescadores/as artesanais não podem ultrapassar, sugerindo assim, uma ideia de posse também pelo mar (2017).

do pescador artesanal. Basta ver a organização do cotidiano do trabalho de pesca, não marcado por horários definidos, e o modo como intercala sua atividade num ritmo que lhe permite certo controle do tempo (CUNHA, 2000, p. 104).

A ideia e o sentimento de autonomia tão comuns nas populações de pescadores passam por aí, sem dúvida, especialmente quando elas comparam a relação entre vida e tempo de trabalho frente a outros trabalhadores de ofícios distintos em suas regiões (CUNHA, 1987; DIEGUES, 2004; RAMALHO, 2020). Mais uma vez, Lúcia Helena Cunha (2000, p. 20) destaca que “quando compara os serviços de terra com os serviços do mar, assim diz exaltando a liberdade de viver da pesca, de viver nas águas do mar”. E esse tempo também tem relação direta com a mestrança, pois é o mesmo que entende, que lê os ritmos da natureza como nenhum outro profissional da pesca, sabendo quando o tempo convida e desconvida os pescadores (DIEGUES, 2001; RAMALHO, 2000).

Além disso, a condição do saber-fazer da mestrança exige uma (re)construção constante, por conta das mudanças ambientais, sociais e econômicas, fato que se intensificou ainda mais nas últimas décadas devido às mudanças sentidas nas regiões costeiras do País, através dos diversos impactos negativos, inclusive, impostos pelo desenvolvimento industrial, a urbanização, especulação imobiliária e a instalação de grandes empreendimentos – portos, por exemplo (RAMALHO, 2017).

Essa concepção acerca do trabalho pesqueiro artesanal e sua relação para com a natureza nos remete a discussão proposta por Karl Marx (2013) ao dissertar sobre o trabalho. Marx atribui que o trabalho representa a essência do ser humano, sua condição ontológica, que é capaz de diferenciá-lo de outras formas de vida no planeta. Neste sentido, para a perspectiva marxiana, a consciência humana – que se apresenta por meio do trabalho - é condicionada pela relação dialética entre o sujeito e o objeto, transformando o mundo em que vive e por ele sendo transformado, especialmente na sua relação direta com a natureza (orgânica e inorgânica), tal como ocorre com o mestre de pesca.

Sendo assim, o trabalho aparece como um processo de autocriação do indivíduo, seu salto ontológico, pois, uma vez que este é produto de seu meio e da sua condição criadora, logo, ele é também produto do trabalho. O trabalho, suas formas de organização e os processos de sociabilidades nele presentes, também expressam períodos históricos vividos pelas sociedades, tanto em termos individuais quanto em termos coletivos (MARX, 2013; LESSA, 2002) bem como atesta a pesca artesanal vigente desde o Período Colonial na localidade pesquisada, que expomos anteriormente.

E é esse trabalho que, para a abordagem weberiana (2004), ganha conformação por meio da relação desenvolvida pelo pescador diante da dualidade presente na *ética de convicção*, que atesta as normas, os valores, as práticas e as experiências por ele adquiridos na esfera de sua vida pessoal e, na *ética de responsabilidade*, cujo conjunto de normas e valores faz com que a pesca não se reduza apenas a uma questão apenas material, produtiva.

Em outras palavras, isto significa dizer que a *ética de convicção* inerente ao indivíduo, diz respeito a sua formação pessoal, ao passo que, a *ética de responsabilidade* corresponde a *a-presentation* que esse indivíduo atribui para o estabelecimento de suas atividades em sociedade, a forma como ele se expressa. É importante destacar que a palavra *a-presentation*¹⁸ aqui, refere-se, tal como atribui Erving Goffman (2002), a forma como o indivíduo se mostra perante uma faceta da sociedade, mostrando-lhes aquilo que lhe é conivente com a demanda que a sociedade o impõe. Como podemos evidenciar abaixo:

Presume-se que a vida apresenta coisas reais e, às vezes, bem ensaiadas. Mais importante, talvez, é o fato que no palco o ator se apresenta sob a máscara de um personagem para personagens projetados por outros atores. A platéia constitui um terceiro elemento da correlação, elemento que é essencial, e que entretanto, e a representação fosse real, não estaria lá. Na vida real, os três elementos ficam reduzidos a dois: o papel que um indivíduo desempenha é talhado de acordo com os papéis desempenhados pelos outros presentes e, ainda, esses outros também constituem a plateia. [...] a informação a respeito do indivíduo serve para definir a situação tornando os outros capaz de conhecer antecipadamente o que ele esperará deles e o que dele podem esperar. Assim informados, saberão qual a melhor maneira de agir para dele obter uma resposta desejada (GOFFMAN, 2002, p. 9-10).

Desta forma, podemos conceber que o pescador artesanal produz uma cultura produtiva específica, isto é, um ethos singular com costumes e práticas sociais estabelecidas historicamente e que são anteriores a expansão capitalista por exemplo (DIEGUES, 1983), as quais diferem do trabalho desenvolvido em moldes capitalistas. Como destaca Maldonado ao atribuir que

No âmbito da pesca, o tempo e o espaço são noções fundamentais a lógica e à estrutura da produção, elementos essenciais ao desempenho do trabalho, constituintes universais do que se tem chamado a “cultura marítima” (MALDONADO, 1993, p. 41).

Em suma, é possível apontarmos que, no caso ofício pesqueiro artesanal, isso se revela, dentre outras coisas, através da presença e do papel ocupado pelo mestre de pesca por ser ele

¹⁸ Cabe destacar que embora a tradução brasileira do livro “The Presentation of Self in Everyday Life” utilize a palavra “*representação*”, a real intenção de Goffman, tal qual podemos evidenciar em seu relato refere-se a uma “*a-presentation*”, a forma como o indivíduo se mostra perante uma demanda da sociedade.

educador e formador dos nossos profissionais na pesca; também no seu respeito para com o mar, que é percebido enquanto uma entidade viva; e, mais ainda, nas regras de trabalho, suas normas, costumes, condutas e experiências, das quais ele é uma espécie de guardião e transmissor da (re)produção do ethos pesqueiro artesanal.

Ademais, acreditamos que o conceito de ethos (WEBER, 2004), permiti-nos, na presente pesquisa, romper com a dimensão apenas material de análise do trabalho, visto que considera e valoriza a experiência vivida pelos trabalhadores, seus costumes e práticas. Isso nos possibilita investigar os homens que exercem seu ofício pesqueiro, em seus aspectos também valorativos, constituindo o saber-fazer artesanal, um indivíduo próprio e típico do mundo da pesca artesanal.

Além de podermos associar também o ethos pesqueiro artesanal à noção de afeto, que aqui se dá no ato de ser afetado pelos meios empregados para o desenvolvimento da experiência, que ultrapassa os termos simbólicos usualmente associados a noção de afeto (entendida apenas enquanto emoção). A antropóloga francesa Favret-Saada (2005), ao discorrer sobre o papel do/a antropólogo/a concebe tal dimensão como algo para além do verbal, de modo que deixar-se afetar significa deixar-se tocar pelos valores aos quais os outros partilham.

No caso dos pescadores artesanais e o seu ethos, isso se apresenta na relação desenvolvida com a biodiversidade que o cerca, presente no sentir das correntes marítimas, da percepção de qual vento está a conduzir a embarcação, além de outros elementos pertinentes a execução da pescaria como o respeito para com o mar e seus parceiros de trabalho, nas regras para chegar-se a mestre, no saber-fazer do trabalho, entre outros. O ato de ser afetado – presente em sua relação com a ética de convicção e de responsabilidade - relaciona-se com o saber-fazer e com a sensação de liberdade por poder administrar seu tempo, diferente da concepção de emprego, que sugere aos pescadores uma subordinação a outrem, fato não só presente entre pescadores artesanais brasileiros (ACHESON, 1981; ANDERSEN, 1980; FURTADO, 1993).

Ademais, esse ethos pesqueiro, apresenta ainda similitudes à uma desnecessidade do trabalho, como evidencia Cristiano Ramalho (2015), ao encontrar semelhança no modo de vida caipira. Antonio Candido (2001), em *Parceiros do Rio Bonito*, categorizou a lógica própria do caipira de lidar com o trabalho enquanto uma “desnecessidade de trabalho” (p. 114), ou seja,

[...] devemos também apontar as determinantes econômicas e culturais de um fenômeno que não deve ser considerado vadiagem, mas desnecessidade de trabalhar, que é outra coisa e, no caso, mais importante para caracterizar a situação (CANDIDO, 2001, p. 111-112).

Neste sentido, a desnecessidade do trabalho que se apresenta no mundo dos pescadores artesanais pode ser entendida da seguinte maneira:

O descanso e o lazer só são vistos como desabonadores quando negam o trabalho da pesca e passam a ser um ato de irresponsabilidade, que leva a família à fome. Tornar-se irresponsável é romper com a ética do descanso, jogando o pescador na seara do que, de fato, para eles, é a preguiça, ao transformar a ação de quem a pratica em sinônimo de imoralidade, de falta de vergonha e de desrespeito (RAMALHO, 2017, p. 143).

Por fim, podemos, então, compreender que a esfera do trabalho incorporada ao pescador se constitui de forma independente na pesca artesanal, no qual os pescadores detêm os meios de produção e sua força de trabalho; ao passo que, em outras formas de organização pesqueira, como por exemplo, no caso da pesca industrial-capitalista - evidenciada na Escola de Pesca de Tamandaré – a esfera do trabalho suscita o estabelecimento de um trabalho dependente. Em virtude disso, buscaremos agora analisar essa distinção entre o trabalho independente x o trabalho dependente na realidade pesqueira e a forma como a “dependência” se insere na Escola de Pesca de Tamandaré, cujo ethos pesqueiro apresentado na instituição é essencial para isso.

3.2 O TRABALHO INDEPENDENTE E DEPENDENTE: A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ E ETHOS A ELA INCORPORADO

Como sabemos, além dos aspectos de ordem simbólica, a forma de regulamentação do tempo e a organização do ciclo de trabalho entre os pescadores artesanais, isto é, a sua cultura do trabalho (assumida nas jornadas de trabalho), é influenciada por elementos naturais como o sol, a chuva, a lua, o vento e o mar, o que faz com que o tempo apresente uma dimensão cultural, própria – a hora de levantar, de tomar café, pescar, divertir-se, reparar os apetrechos de pesca, etc. Para Edward Thompson (1998), a ausência de tempo regrado com auxílio de instrumento – como é o caso do relógio – faz com que a noção de tempo possa ser interpretada, sem que haja uma separação entre o “trabalho” e a “vida” (é como se a ética de convicção e a ética de responsabilidade convergissem na pesca artesanal). Assim,

A notação do tempo que surge nesses contextos tem sido descrita como orientação pelas tarefas [...] é possível propor três questões sobre a orientação pelas tarefas. Primeiro, há a interpretação de que é mais humanamente compreensível do que o trabalho de horário marcado, o camponês ou trabalhador parece cuidar do que é uma necessidade. Segundo, na comunidade em que a orientação pelas tarefas é comum para haver pouca separação entre “o trabalho” e “a vida”. As relações sociais e o trabalho são misturados – o dia de trabalho se prolonga ou se contra segunda a tarefa – e não há grande senso de conflito entre o trabalho e o “passar do dia”. Terceiro, aos homens

acostumados com o trabalho marcado pelo relógio, essa atitude com o trabalho parece perdulária e carente de urgência (THOMPSON, 1998, p. 271-272).

Tal fato deve-se, ao ciclo e à jornada de trabalho, que são experienciados de acordo com as necessidades das sociedades e/ou das condições de organização de cada grupo. Então, a partir das partes singulares gradualmente extraídas da realidade histórica, podemos vir a compor “uma totalidade conceitual do ponto de vista de sua significação cultural” (WEBER, 2004, p. 51).

No caso dos pescadores artesanais, eles partilham de um modelo pautado no *tempo natural* sem que haja regulação instrumentalizada do tempo, de modo que a dinâmica produtiva seja aplicada aos grupos de pessoas que trabalham de forma “independente”, dentro de regras comunitárias (família, amigos, compadres) e que dependem das dinâmicas ambientais para construir seus ritmos produtivos, como discorre Lúcia Helena Cunha, ao abordar a significação simbólica que os espaços tradicionais (de trabalho e de vida) possuem:

[...] o desejo pela terra, pelo mar, pela floresta, pelos rios abriga não só a necessidade de assegurar as condições ecológicas necessárias à produção material, como também o sentido sagrado de moradia, de beleza, de lazer, de formas próprias de convivibilidade com a natureza e com outros seres — iguais ou diversos — que esses espaços físicos, econômicos, sociais e culturais conferem à existência (CUNHA, 2002, p. 124).

E ainda, Simone Maldonado ao dizer que:

No mar, tempo e espaço se entrecruzam com tal vivacidade, que nem sempre se pode identificar com clareza a medida em que cada noção orienta o comportamento tecnológico e a organização social dos pescadores. Entre eles, o tempo humano se articula em grande medida com a temporalidade natural imposta à pesca pela mobilidade dos cardumes do mar (MALDONADO, 1993, p. 41).

Aqui tempo sociais e naturais combinam-se. Todavia, com base no momento em que a dinâmica de trabalho apresenta distinções entre o tempo social e o tempo natural, o trabalho se opera de forma dependente via um capitalismo com seu processo produtivo (seja fordista, taylorista ou toyotista de produção ou ainda a combinação desses modelos) e relações de classe. Isto é, a partir do momento em que se compra e emprega força de trabalho assalariada e se especializa as funções, como propusera a EPT por meio da regulação das atividades executadas, torna-se necessária a regulação do tempo de trabalho (ANTUNES, 2018).

Neste segundo caso, que conta com a utilização de mão-de-obra dependente, o tempo pode ser regulado de diferentes formas, dentre elas, uma das mais comuns é através do “dia de trabalho” que antecede até mesmo a criação do relógio, isto é, com o surgimento de uma nova cultura do trabalho, de um novo ethos. Este modelo garantia um acordo entre o/a contratante e

o/a contratado/a no valor de uma jornada de trabalho, a fim de garantir o cumprimento diário das atividades estabelecidas. No entanto, a ausência de uma medição direta do tempo estabelecido para a realização de tais atividade envolve uma gama de variáveis possíveis de serem tomadas, mas que no geral apresentam inconsistências a/ao contratante do trabalho (THOMPSON, 1998). Isto porque, devido ao fato de não haver diretamente uma divisão entre o tempo de trabalho próprio e o tempo de trabalho empregado ao/a trabalhador/a, este/a último/a pode acabar sem cumprir por completo aquilo que lhe foi acordado.

Por isso, do século XVIII em diante, as formas de organização do trabalho, sob o capitalismo, impuseram um modo de organização mais uniforme do tempo de trabalho, para possibilitar maior controle dos/das trabalhadores/as e permitir uma expansão produtiva do mundo do capital, de sua racionalidade. Para tanto, buscou-se deslocar o controle do saber-fazer dos antigos artífices, dos mestres e das suas corporações de ofício (SILVA, 2003) para o mundo da gerência empresarial e seus ditames, inclusive, levando ao parcelamento das atividades produtivas (ANTUNES, 2018), isto é, da soma dos meios empregados para composição técnica das atividades produtivas (WEBER, 2004). É importante pontuarmos que essa proposição de uma modernização dos ofícios, traria consigo implicações identitária ao mundo pesqueiro, uma vez que o tempo marcado pelo relógio, dissociaria a vida pessoal da vida profissional deste indivíduo, construindo novos elos em sua formação.

No caso da Escola de Pesca de Tamandaré, especificamente, isso viria a representar a formação de um novo sujeito social, tal como propõe Foucault (2009) ao aludir que o ser humano deixa de ser um indivíduo para se tornar um sujeito a partir do momento em que ele se deixa (ou lhe é imposto) uma docialização de seu corpo, através de um disciplinamento específico. Sendo assim, as convicções morais acerca do mundo não interfeririam diretamente na expropriação de sua força de trabalho, atuando diretamente em sua produção pesqueira. Em termos durkheimiano (2008), isto significa dizer que ele acabaria se tornando dependente de outros sujeitos, tal como propõe a modernidade.

Cabe a nós destacar que apesar da composição desse novo sujeito social, possuidor de um ethos profissional que diverge da prática milenar exercida pela pesca artesanal e os ideais dessa Instituição indicarem uma separação entre as éticas de convicção e de responsabilidade, o próprio ideário da nação almejava o estabelecimento de um “novo homem”. O que significa dizer que, buscavam não apenas modificar o empreendimento de sua força de trabalho, mas, ademais, também sua forma de perceber e incorporar-se na sociedade.

Dessa maneira, o problema residiria, então, no complexo de como converter esse pescador artesanal, que partilhava da ideia de um *tempo natural* para um *tempo mercantil capitalista*, cuja ordenação do tempo se converteria apenas na busca pela obtenção do lucro, por uma racionalidade moderna, com base no que define Weber (2006). Pois, embora pudessem oferecer mecanismos modernizados e até mesmo uma instrução profissional, a atividade pesqueira se desenvolve de forma eminentemente irregular, quando o parâmetro são os marcos racionais instrumentais, havendo uma dependência direta com a natureza e suas leis básicas, suas dinâmicas e funcionamento, o que faria com que esse “tempo” no qual estamos discutindo não fosse 100% pré-determinado mesmo após sua instrumentalização. Haja vista que

Mesmo com essas diferenças superficiais resultantes todas de diferenças na tecnologia (que não deixam de refletir também condições sócio-econômicas), à pesca de modo geral se impõe a temporalidade determinada também pela articulação dos movimentos das espécies (o “tempo” de cada peixe) com os interesses do mercado onde será vendido o pescado (MALDONADO, 1993, p. 42).

Para tal, buscou-se, então, assegurar o que acreditavam ser benefícios diretos a esses homens: a instrução e o saneamento, atraindo-os através dos ideais de melhorias de condições de vida no período em que a Escola funcionara, a fim de incorporá-los cada vez mais ao trabalho industrial pesqueiro. Mesmo que o relógio não circunscreva a produção como medida de tempo estrita na pesca, sua presença ou desejo de sua presença se traduz na lógica capitalista de um “homem moderno”, que se deseja controlar a natureza, ter exatidão sobre a circulação dos pescados, por meio de equipamentos tecnológicos, principalmente das espécies mais comerciais e, com isso, permitir um grande potencial produtivo. Como destacou Seu Martins ao falar da EPT:

Então esse é o estudo da Escola de Pesca de Tamandaré, formar pessoas [...] que não tinha profissão para ter uma profissão para tocar a vida né, e trocar a vida. Então nós aprendemos a fazer os aviamentos de pesca, linha de pesca, encastoamento de anzóis, como pescar... (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Ter “profissão” significa, como o entrevistado pôde indicar também em outros diálogos, representar atuar numa atividade reconhecida e apoiada pelo Estado. Além disso, o cálculo, ou melhor, a racionalidade no que diz respeito ao espaço, no mar, cujo conhecimento geográfico, do território, está vinculado à capacidade cognitiva oriunda de um aprendizado sociocultural herdado de casa, da família, do mundo embarcado (GEISTDOERFER, 1989) não é sinônimo do modelo organizacional que a EPT planejou instituir, apresentando, assim, rupturas nos elos

que fundamentam a construção do saber-fazer pesqueiro ancestral, especialmente o papel que o mestre ocupa.

Surge, agora, a figura de um novo indivíduo, racional, detentor do conhecimento científico, o qual deveria ser repassado para os alunos dessa Instituição: o perito (WEBER, 2004). É através do perito, de um professor e técnico com o reconhecimento legal, portador de um diploma, que podemos evidenciar essas rupturas com os elos inerentes à pesca artesanal. Enquanto o mestre da pesca artesanal não possui um local e momento fixo para o aprendizado do conhecimento ofertado, como é o espaço da Escola com seus horários pré-determinados, além de esta prática se dar, em suma, pela oralidade, no ato de ver e fazer, o perito vem a oferecer um ensino técnico-científico, com regras e normas formais, que se inserem para além do currículo oculto da Escola de Pesca de Tamandaré, estando diretamente ligado ao currículo oficial dessa Instituição.

Como destaca Weber ao falar do perito:

Não é, como já dissemos, coisa do funcionário entrar na luta política defendendo suas próprias convicções e, neste sentido, "fazer política", que sempre é uma luta. Ao contrário, seu orgulho consiste em poder manter a imparcialidade e, portanto, superar suas próprias inclinações e opiniões, para executar exata e adequadamente o que exige dele o regulamento geral ou uma instrução especial, mesmo que não corresponda a suas próprias concepções políticas, e precisamente neste caso [...] Além de empregar na administração a técnica da divisão do trabalho, a posição de poder de todos os funcionários fundamenta-se em conhecimento, em dois sentidos. Primeiro, o *conhecimento especializado*, adquirido na preparação específica - um saber "técnico" no sentido mais amplo da palavra [...] Mas o conhecimento especializado não é o único fundamento do poder dos funcionários. A este se acrescenta o conhecimento, somente acessível aos funcionários pelos meios do aparato oficial, dos fatos concretos_ que determinam suas ações: o saber oficial. Somente quem pode chegar a este conhecimento dos fatos, independentemente da boa vontade dos funcionários, consegue controlar eficazmente, no caso concreto, a administração (WEBER, 2004, p. 564-565).

Logo, o investimento em uma educação formal e técnica, que se utiliza de uma figura diplomada e reconhecida enquanto uma pessoa imparcial e especialista, via perito, considerado apto a promoção de uma instrução alinhada aos interesses governamentais (WEBER, 2004), ocupa o lugar do mestre no que concerne a instrução oferecida aos pescadores artesanais na Escola Profissional de Pesca, tendo a função de qualificá-los para o trabalho industrial. O perito passa a ser o responsável pela instrumentalização dos sistemas técnicos racionais, baseando-se nas regras e normas impostas pelos líderes políticos envolvidos nesta iniciativa, que buscaram incorporar a pesca no setor industrial. Como destaca Weber ao dizer que:

Em todos os tempos e especialmente hoje, o fato principal para o desenvolvimento técnico é o condicionamento econômico; sem o cálculo racional como base da economia, isto é, sem as condições histórico-econômicas de natureza extremamente concreta, não teria nascido a técnica racional (WEBER, 2004, p. 29-30).

Assim, para a realização de uma determinada função, é necessário que o perito, detenha uma expertise requerida ao cargo, como atesta:

A administração do cargo ajusta-se a normas gerais, mais ou menos estáveis, mais ou menos precisas e que podem ser aprendidas. O conhecimento destas normas é um saber técnico particular que o funcionário possui (Weber, s/d, p. 12).

De modo que:

O conhecimento técnico do perito foi obtido cada vez mais a base da situação de poder do funcionário. Por conseguinte, o governante viu-se obrigado a descobrir uma forma de utilizar o conhecimento especializado dos peritos sem perder, por esse motivo, a sua posição dominante (WEBER, s/d, p. 73).

Posto isto, é possível atribuímos o perito como um agente formador, pois sua racionalidade técnica, que se utiliza da aplicação e incorporação de saberes científicos corresponde a racionalidade legítima vigente na modernidade (WEBER, 2004). De modo que, na Escola de Pesca, a figura desse indivíduo seja percebida como detentor de uma autoridade máxima, legal, capaz de desenvolver uma dinâmica própria acerca dos conhecimentos que devem ser ensinados para os alunos da Escola - o que remonta o desejo pelo controle da natureza e a possibilidade de ter uma exatidão sobre a circulação dos pescados e do mundo da profissão da pesca, entre outros aspectos modernizadores que a medição do tempo viria a conceber o “homem moderno”. Como atesta Carlos Eduardo Sell ao abordar o desenvolvimento da racionalidade técnica de Weber:

A técnica desenvolve uma dinâmica interna e própria quando se orienta pela racionalidade (em especial a racionalidade científica). Portanto, ela não responde apenas as demandas situadas exteriormente. Mesmo subordinada a fins, a técnica possui um critério interior de validade, ou sua “legalidade própria” (*Eigengesetzlichkeit*), empregando aqui a terminologia de Weber (SELL, 2011, p. 571-572).

É diante dessa série de atribuições que seria forjada, portanto, uma dependência do pescador artesanal para com a Escola de Pesca de Tamandaré, uma vez que esses homens, percebidos historicamente como “vadios”, indolentes, atrasados e excluídos das prioridades do Estado passariam agora a receber não apenas atenção, mas também incentivo para qualificarem, com base em preceitos modernizantes, do reino dos peritos e, por isso, do Estado, voltados à

constituir uma nova força de trabalho, como destacara a matéria do Jornal Diário de Pernambuco, publicada em 1950:

A situação de abandono em que se encontrava a laboriosa classe dos pescadores deste Estado, desprovida dos mais mezinhos elementos para exercer sua árdua missão, sem credito, sem educação técnica, sem assistência de qualquer natureza, quase abandonados pelos poderes publicos despertou no atual inspetor da Caça e Pesca neste Estado, o sr. Paes de Melo, o mais vivo interesse [...] Compreendendo esse alto funcionário federal que não era possivel a continuidade desse estado de abandono, tomou a iniciativa de estudar esses varios problemas, principalmente os que dizem respeito à assistência técnica, social, medica e financeira, diretamente ligados ao bem estar do pescador (INICIATIVAS, 1950, p. 7).

Neste sentido, acreditava-se que a EPT poderia vir a oferecer ainda, melhorias em suas condições de vida, com possibilidades de ascensão socioeconômica, através desse “leque” de opções que a Escola abria, como destacou Seu Josélio anteriormente, quando discutíamos sobre o aspecto educacional desta instituição.

Para além disso, cabe a nós destacarmos que essa dependência, tal qual a promoção desta Escola Profissional de Pesca desencadeou na classe dos trabalhadores do mar e fez parte de um projeto de modernidade que se consolidara no Brasil. Buscava-se “a ordem” e o “progresso” da nação, instrumentalizava-se e segmentava-se os ofícios nela contidos. Desse modo, a especialização proposta pela divisão do trabalho carecia de uma cooperação entre os indivíduos, hábeis em suas tarefas especificas (como por exemplo, o pescador profissional), que ao partilharem do dispêndio de sua força de trabalho, manteriam o todo (o Estado) em pleno funcionamento (DURKHEIM, 2008), especialmente quando observamos os valores positivistas que guiavam a Marinha Brasileira.

Em outras palavras, isso significa dizer que, a busca pelo “homem ideal ao trabalho”, possuidor de um ethos profissional, faria com que o Estado pudesse se desenvolver e se renovar na sua busca e alcance ao mundo do progresso. O que nos leva a compreensão de que, diante de algumas reformulações da dinâmica de trabalho, esse ethos pesqueiro comum ao feitio da pesca artesanal foi - como se propunha o projeto de nacionalização e industrialização da pesca -, reorganizado, reformulado e, por fim, superado. Para tal utilizou-se, inclusive, de mecanismos que buscaram deslocar o sistema de organização social do trabalho e de vida desse grupo de trabalhadores, como elencara uma matéria do Diário de Pernambuco ao destacar que

A Escola de Tamandaré aproveitará nossa gente e fixará aqui mesmo os filhos dos pescadores, dando-lhes também novos meios de pesca, sem o empirismo e a simples poesia das frageis jangadas (UMA, 1951, p. 4).

Em Pernambuco, a Escola de Pesca de Tamandaré foi responsável por pretender marcar essa ruptura na organização social do trabalho pesqueiro artesanal, onde a mudança seria promovida a partir da saída de um ensino tradicional (realizada no convívio com seus companheiros de barco, familiares e, fundamentalmente, com o mestre) para um ensino oficial, profissional e tecnicista, que conta com a presença do perito, reverberando novas práticas e sociabilidades pertencentes não apenas a esfera do trabalho como também da vida pessoal e coletiva desses indivíduos.

Para tal, a longo prazo, essa iniciativa governamental imposta pelo Estado brasileiro, deveria, de acordo com seus ideais, garantir a ampliação do setor industrial pesqueiro. Uma vez que, se o saber-fazer pesqueiro fosse instrumentalizado, este ofício seria responsável por inserir o consumo do pescado nas grandes metrópoles, através de sua comercialização interna nos grandes centros urbanos, assim como também promoveria a exportação desses pescados para outros países, como, por exemplo, destacou a reportagem do jornalista Gilberto Osório de Andrade, publicada em 1951, no Jornal Pequeno:

Se a produção de carne no Nordeste é notoriamente escassa, temos mares costeiros relativamente piscosos, com espécies redondas de boas qualidade [...] essa a evidência que salta aos olhos de todos, mas que ao Ministro João Cleofas, coube formular com precisão, apontando um caminho que nos pode servir de grande alívio: o desenvolvimento da pesca em nossos litorais. Superando-se os modos rústicos, primitivos, fortúitos, da espera do pescado, das armadilhas passivas. E promovendo os meios técnicos e financeiros necessários a uma atividade industrial proveitosa e intensiva. Daí a anunciada instalação da Escola de Pesca de Tamandaré, para a formação profissional do pescador, a aquisição de frigoríficos para o armazenamento do pescado e o aparelhamento de barcos com a equipagem adequada (ANDRADE, 1951, p. 7).

E ainda uma reportagem do Diário de Pernambuco, publicada no mesmo ano, que relatou:

O desenvolvimento da indústria da pesca é outro meio de melhorar o abastecimento da zona litorânea, pelo que o governo se acha disposto a auxiliar todas as iniciativas particulares na matéria. Agora mesmo, estamos colaborando com o Ministério da Agricultura na criação de uma escola de pesca, de que há de resultar, certamente, grande benefício, para o Estado. A industrialização da lagosta merecerá todo o nosso incitamento e apoio, no que de certo o Poder Executivo contará com a compreensão do Legislativo estadual. Visando a nossa melhoria econômica ou, diretamente, o abastecimento da população, estas e outras atividades novas ou renovadas não podem fugir aos nossos planos de governo (O GOVERNADOR, 1951, p.3).

A fim de cumprir com suas metas, os idealizadores desse projeto modernizador da pesca, defendiam que o saber-fazer pesqueiro não fosse mais transmitido, como vinha sendo, ancestralmente, através dos mestres da pesca artesanal, no seio familiar e da comunidade, mas, de agora em diante, através de um local ao qual não lhes pertencia, onde os filhos dos pescadores e mesmo os pescadores já formados de maneira artesanal que precisariam ter que se adequar as regras e normas da EPT. É importante ressaltar que, aliado a esses idealizadores, a imprensa também apresentava indícios favoráveis a essa concepção, como podemos observar na matéria publicada no Diário de Pernambuco em 1951,

O ministro da Agricultura não poderia ter comemorado melhor o Dia do Pescador, do que anunciando estar empenhado no início das obras e instalações da Escola de Pesca de Tamandaré, no ano corrente. Esse será de fato um grande serviço prestado a Pernambuco e a toda a região nordestina. Estamos cansados de ouvir dizer que não ha litoral tão piscoso quanto o nosso. É uma velha historia [...] A dura realidade é que em parte nenhuma é tão caro o peixe. Estando á beira de dois rios e do oceano, deveria o recifense alimentar-se de preferencia de peixe, crustaceos e de todos os produtos do mar. Porque é de supor que haja peixes no mar e nos rios.

Que esperança! Os rios não passam de cloacas fedorentas, aonde são carreados os residuos das fabricas. A Distalaria do Cabo, entidade oficial, comanda o desrespeito. Resultado: os peixes e os camarões apodrecem nos rios e o mau cheiro das caldas afugenta os peixes a varias milhas de distancia no próprio oceano. Eis uma das razões da carestia do peixe no Recife e da ausência da pesca não dá a essa entidade nenhum rendimento econômico e apreciavel.

Saem os pescadores pelo mar afora, tal e qual saiam os caetés ha mais de 400 anos; e os que trazem – quando trazem – quase que não paga a pena. Ha uma porção de atravessadores e interessados no comercio do peixe, do que resulta essa verdade patente: no Recife não ha peixe. Importam-se então bacalhau, sardinhas, tainhas do Rio Grande, afora o imenso volume de charque que absorve um volume consideravel de dinheiro e desequilibra por completo a nossa balança de negócios.

Sempre clamamos solução desse problema essencial. Por isso se o sr. João Cleofas, no ministerio da Agricultura, fundar, nos edificios abandonados e imprestáveis do antigo lazareto de Tamandaré, uma Escola modelo, destinada aos filhos dos pescadores nordestinos, terá prestado a este povo um serviço consideravel.

Não adianta que os nossos pescadores enviem seus filhos para aperfeiçoar-se em pesca no Rio ou em São Paulo, porque ficam por lá mesmo. Não interessa ao Nordeste mandar gente para o sul, afim de ali exercitar o oficio que aprenderam. O que interessa é criar aqui mesmo a Escola e aqui mesmo adextrar o nosso povo. Assim formamos habéis pescadores, ao mesmo tempo que podemos oferecer-lhes possibilidade de industrializar a pesca noutro plano. Tudo o que está anunciado – barcos de pesca modernos e industrialização da lagosta – é essencial para a nossa vida e para nossa economia e ajuda a combater a miseria. (ESCOLA, 1951, p. 3).

Neste sentido, é certo que esse novo ethos profissional, nascente com o espírito do progresso, traria consigo uma outra divisão do trabalho, com novos modos de aprendizagem do

ofício e de autoridade relativa ao conhecimento, que agora caberia e estava contida nos docentes da EPT, nessa Instituição; uma outra noção de tempo de trabalho e de organização do trabalho também eram legitimadas.

Um exemplo disso é o fato de que os pescadores profissionais que estavam sendo formados por esta Escola de Pesca dificilmente possuíam contato direto com os pescadores artesanais, como destacou Seu Josélio ao ser questionado quanto a interação com os pescadores artesanais da localidade e arredores:

Entrevistadora: Vocês acabavam tendo relação com outros pescadores que pescavam por lá, por Tamandaré ou mesmo em outros lugares do Nordeste, que não participavam da Escola de Pesca. Vocês acabavam tendo esse contato?

Seu Josélio: Era difícil, né [...] contato com outros pescadores. Quando acontecia da gente sair de Tamandaré, um dos pontos que a gente pescava era Fernando de Noronha, a Ilha de Fernando de Noronha, e a gente tinha que passar em Recife, aí mesmo em Brasília. Geralmente ia a Brasília pra pegar gelo, então pegava o gelo ali, que tinha os curral de gelo, e aí a gente tinha contato com alguns pescadores, mas era um contato raso, a gente passava ali no máximo dois dias e dali a gente sumava lá pra Fernando de Noronha (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

A ideia era, de fato, abandonar as referências do mundo tradicional da pesca artesanal. Posto isto, foi possível identificarmos que, com esta tentativa de industrialização e modernização da pesca, novas formas de organização da sociedade estavam sendo instauradas e que o passado e suas referências precisavam ser sepultados em definitivo.

Deste modo, é possível concebermos que a dependência ocasionada pela vigência de um modelo capitalista na pesca faria com que o controle do tempo, necessário ao exercício da jornada de trabalho, passasse a desempenhar outra função reguladora que não apenas a de fazer do trabalho mais uma atividade em sua vida, como ocorria predominantemente na pesca artesanal, mas de transformá-lo em uma profissão. Para tanto, o empreendimento da EPT se utilizaria do perito como agente socializador e disciplinador do novo ethos ao qual acreditava que deveria ser incorporado a pesca e aos alunos ligados à Escola, o que nos revela o surgimento de um novo sujeito social, com sua visão de vida e de trabalho distinta da que outrora tenha sido empregada e que passava pelo mestre da pesca artesanal.

Sob esse contexto a ética de convicção e de responsabilidade inerentes ao pescador voltariam a fundir-se, de maneira distinta da pesca artesanal, apresentando novas especificidades societárias. Elas não mais seriam empregadas através da relação direta com a natureza, mas por intermédio desse ideário nacional progressista ao qual o Estado buscava

instituir junto a promoção da Escola de Pesca de Tamandaré, sendo essa instituição uma das facetas utilizadas para o estabelecimento dessa nova “ordem” e “progresso” que os Poderes Públicos almejavam para o Brasil.

A fim de elencarmos acerca de como essa fusão entre a ética de convicção e ética de responsabilidade teriam ocorrido, buscaremos discutir, a seguir, a forma como esse ethos profissional foi inserido na Escola de Pesca de Tamandaré, focalizando nas práticas diárias estabelecidas durante o funcionamento desta iniciativa governamental.

4 UMA INICIATIVA GOVERNAMENTAL: A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ (1954-1975)

Uma das grandes soluções para o problema do abastecimento da capital reside, sem duvida na pesca, no seu *aproveitamento racional e técnico, como indústria e comércio*. De há muito deveria a pesca ter impressionado os nossos governantes, mas isso nunca se deu e vimos tendo o pescado como *alimento graças tão somente à coragem e ao empirismo dos nossos jangadeiros*. Isto não quer dizer que de nenhum modo não tenha sido tentado o estabelecimento da indústria da pesca no nosso meio. Não. Mais de uma empresa aqui se organizou... e fracassou devido principalmente, êsse fracasso, *ao habitual desemparo dos poderes públicos inclinados à tradição*, crentes apenas na terra e no açúcar, e talvez devido também a falhas na organização e aplicação dessas audaciosas organizações.

Surge agora – e disso temos conhecimento através de declarações do sr. João Cleofas e do secretário Eudes Souza Leão – não uma nova indústria de pesca em Pernambuco, mas uma escola para pescadores, *o que poderia ser, em realidade e simultaneamente, uma só e única coisa, escola que abrangesse o treinamento e preparo de pescadores em bases modernas, técnicas e científicas, e que também nos desse, como resultado dos cursos práticos que decerto ministrará, o abastecimento de pescado, alimento útil e necessário tão reclamado pelo recifense condenado a comer o peixe dos viveiros no gelo durante meses e anos* (SOUZA, 1954, p. 3, grifos nossos).

O texto do jornalista Ivonildo Souza, publicado no Jornal Pequeno, em 1954, traz consigo as aspirações responsáveis por promover e justificar a criação e institucionalização do ensino profissionalizante pesqueiro por meio da Escola de Pesca de Tamandaré. Como abordamos, embora a pesca artesanal possuísse uma grande relevância para produção de pescados em Pernambuco, ela não era vista como capaz de suprir as demandas exigidas por um crescente mercado consumidor, principalmente dos centros urbanos, especialmente o do Recife, pois cumpria, na maioria das vezes, a função de abastecimento de alguns poucos municípios litorâneos. Com isso, a falta de aparelhamento e mão-de-obra qualificada faria com que este ofício estivesse fadado ao fracasso, sem possibilidade real de expansão e de obtenção de maiores lucros. Para enfrentar isso acreditava-se ser possível elaborar uma reestruturação da atividade, a partir da Escola de Pesca.

Assim como destacou o jornalista ao relatar que ter uma “[...] escola que abrangesse o treinamento e preparo de pescadores em bases modernas, técnicas e científicas” e que além disso, nos proporcionasse “o abastecimento de pescado, alimento útil e necessário”, seria imprescindível para superar, dessa maneira, o acesso a esse “alimento graças tão somente à coragem e ao empirismo dos nossos jangadeiros”. A crença no progresso era tanta que alguns até mesmo falavam que as jangadas ficariam reduzidas apenas como um registro histórico, reminiscência de um “heroísmo” dos jangadeiros, que bravamente teriam enfrentado o mar

aberto com aquelas embarcações precárias (AGUIAR, 1966). É importante pontuar que, essa “coragem”, “empirismo” e até mesmo “heroísmo”, muitas vezes, é associada ao tradicionalismo da pesca em termos de reprodução dos saberes e no uso dos equipamentos técnicos, algo instintivo e não racional, portanto.

De fato, a busca por uma “solução” para a pesca artesanal faz com que possamos identificar a forma como ela era vista na época da instalação e existência da EPT, isto é, como um problema. Foi o Estado quem investiu economicamente nesse setor, sendo responsável não apenas por promover um melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros, como também instruir profissionalmente os pescadores na forma em que se propunha a lógica do trabalho dependente, que embalava o ideário nacional a investir na industrialização de diferentes setores, dentre eles, a pesca, através do parcelamento de suas atividades produtivas (pescador profissional, motorista de barco, entre outros cursos ofertados na Instituição).

O trecho da matéria jornalista abaixo, publicada no Diário de Pernambuco em 1951, é elucidativa sobre a visão que se tinha sobre a EPT:

Sendo o Recife uma cidade marítima e fluvial, com a pesca á porta, tem de orientar para o pescado a base de sua alimentação. Se não o poudes fazer até hoje é que no Recife um quilo de peixe de primeira custa de 30 a 40 cruzeiros, quando na pequenina [...] Por que isso acontece? Porque no Recife não ha pesca organizada. Nem no Recife, nem no Nordeste. A situação do Estado das Alagoas é igual á nossa. Ha peixe em abundancia, mas a pesca não mudou muito nesses 450 anos. *Deus nos livre que nos tirem as jangadas de nossas lindas praias. Mas elas deveriam ali ficar apenas como uma reliquia do passado, como uma nota de poesia e de pitoresco, á semelhança do carro de boi e do engenho banguê.*

Nossa maneira de pescar deveria ser outra. Presentemente, o ministro Cleofas está se empenhando em alterar substancialmente esse panorama, dando aos nossos pescadores barcos, redes traineiras, instrução técnica e saúde. É um programa que exige imediata execução, para podermos tirar da pesca o seu maior rendimento. (PROBLEMA, 1951, p. 4, grifos nossos).

Foi sob essa ótica que este novo empreendimento pesqueiro passou a ser construído, em 1951, contando com uma verba orçamentária de mais de 5 milhões de cruzeiros, onde a nova Escola representaria “uma alavanca para o progresso do país e notadamente da zona nordestina” (MELHORAMENTOS, 1950, p. 7).

Essa modernização viria a compor um “novo pescador” (com um novo ethos, uma nova cultura de trabalho, diferente da que já era praticada na pesca artesanal), com as condições e as habilidades necessárias para a realização deste ofício, através da instrução profissionalizante. Foi com esse intuito que em 07 de agosto de 1954 inaugurou-se a Escola de Pesca de Tamandaré (Figuras 12 e 13), que, como havíamos discutido anteriormente, iniciou suas atividades em pleno segundo Governo Vargas (em 1954) e que atuou por cerca de 21 anos (foi até 1975).

Figura 12: Visão aérea da Escola de Pesca de Tamandaré



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 13: Prédio central da Escola de Pesca de Tamandaré



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Tal Escola possuía, de acordo com o plano de trabalho apresentado por João Cleofas a Getúlio Vargas um ano antes de sua inauguração, a capacidade de receber 340 alunos (ULTIMAS, 1953), os quais deveriam ser, obrigatoriamente, maiores de 14 anos e menores de 28 anos e provar serem capazes de ler e executar as quatro operações básicas (correspondente a instrução primária). Além deles serem submetidos a exames psicológicos e físicos que assegurassem a possibilidade de serem aptos ao ofício pesqueiro.

Funcionando, inicialmente, como um Centro Regional de Promoção Tecnológica de mão de obra especializada e semi-especializada, abrigando o curso para pescador profissional e, posteriormente, o de patrão de pesca regional. Ademais, os cursos de patrão de pesca costeira, motorista de pesca, carpintaria naval, condutor maquinista, auxiliar de pesquisas biológicas e oceanográficas e auxiliar tecnologista do pescado também foram inseridos nessa Escola de Pesca (BRASIL, 1962).

Tais cursos dividiram-se em diferentes tipos: (1) formação do pescador profissional; e (2) formação de pessoal especializado para as atividades pesqueiras no mar e em terra (ilustrado no Quadro 3). Ademais, houve ainda a presença de cursos para pequenos industriais operários de empresas de pesca e funcionários, tendo como um dos focos deixar para trás a herança e a marca artesanal do setor.

Quadro 3: Cursos presentes na Escola de Pesca de Tamandaré, durante seu funcionamento

Tipo	Curso	Atribuições	Duração
1	Pescador Profissional	Carreira básica de todo o sistema de manejo da pesca	Mínimo de um ano
2	Patrão de Pesca (regional e costeira)	Elementos que dizem respeito ao comando da pescaria	Curso complementar de um ano
2	Condutor Maquinista	Elementos que dizem respeito a condução da embarcação	Curso complementar de um ano
2	Auxiliar de Pesquisas biológicas e oceanográficas	Elementos que dizem respeito a melhorias na pescaria	Curso complementar de seis meses
2	Auxiliar Tecnologista do pescado	Elementos que dizem respeito à salga, secagem e aplicação do frio industrial.	Curso complementar de seis meses

Fonte: BRASIL. República dos Estados Unidos do Brasil. Projeto de Lei nº 4.262, de 22 de maio de 1962.

Sendo importante pontuar que em seu primeiro ano de funcionamento a EPT incorporou quase 100 alunos na instituição, o que fez com que, em seu pouco tempo de funcionamento, ela

pudesse ser pensada como uma das estratégias possíveis para solucionar os empecilhos relacionado ao fomento do setor industrial pesqueiro no Estado de Pernambuco. Por exemplo, técnicos estrangeiros que visitaram Tamandaré em 1955 – a fim de desenvolver este setor industrial - dentre eles, o Sr. Antonio Duarte Silva, chefe da comissão portuguesa de pesca ao Brasil, identificaram que o problema da pesca apresentava três facetas, sendo elas: a falta de embarcações e instrumentos modernos, o desconhecimento de pesqueiros e a pouca presença de mão-de-obra qualificada para realização deste ofício. Desse modo, a Escola de Pesca de Tamandaré poderia vir a representar uma das ferramentas diretas a ser empregada diante deste dilema, sobretudo no que diz respeito a qualificação de pescadores profissionais (CAVALCANTI, 1955).

Posto isto, o saber-fazer promovido pela Escola passaria por um processo de instrumentalização, no qual é possível evidenciarmos uma série de elementos que divergem da forma como ele se desenvolve na pesca artesanal. Na EPT, havia uma regulamentação prévia de como os ensinamentos teóricos e práticos deveriam ser operados, de modo que ao adentrar na Instituição já se saberia o tempo estimado para que o jovem pudesse adquirir o título de profissional da pesca, havendo ainda, a possibilidade deste sujeito se especializar em determinados segmentos da pesca, com um pequeno adicional de tempo (com duração de, no mínimo, seis meses).

Diferentemente do que ocorre na pesca artesanal, onde o conhecimento pesqueiro produzido (e reproduzido) se consolida através da narrativa oral, no ato de ver, fazer e refazer que é vivenciado ao longo de vários anos de vida até chegar, quando o pescador possui talentos para isso, à mestrança (DUARTE, 1999). Um exemplo disto é que os mais jovens iniciam sua jornada na pesca observando seus familiares, quando ainda criança, de modo que a socialização se desenvolve totalmente integrada a vivência da pesca no decorrer de uma vida, passando por diversas fases (aprendiz, proeiro, proeiro de ponta e mestre) sem ter tempo determinado para cada uma delas, com exceção feita a de aprendiz que vai até os 15 ou 16 anos do indivíduo (DIEGUES, 2004; RAMALHO, 2017).

Mas o que nos leva a discutir acerca da instrumentalização do saber-fazer pesqueiro ofertado nessa instituição?

Inicialmente, vale lembrar que a EPT teve forte influência positivista da Marinha, aliás, algo comum nas Forças Armadas da época. Então, esse processo de instrumentalização baseou-se, acima de tudo, em moldes militarizados, que teria a capacidade de promover uma formação

profissional do pescador, sendo ela, também, uma formação cívica deste sujeito, onde ambas comporiam um novo ethos pesqueiro.

Acreditamos ser de extrema importância destacarmos aqui a forma como a Marinha foi incorporada nesta instituição, sem deixarmos de nos atentar ao fato de que a iniciativa de instituir Escolas Profissionais de Pesca surgira a partir do projeto de nacionalização e industrialização da pesca vinculados aos interesses que essa Força Armada possuía para com o mar e os pescadores.

4.1 O PAPEL DA MARINHA NA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ

Sem dúvida, buscou-se, a partir da implantação e desenvolvimento dessa iniciativa, tornar a pesca brasileira - considerada primitiva e insegura - um ofício mais tecnicista e modernizado. Assim como deu início ao que viríamos chamar, posteriormente, de uma Marinha Mercante, tendo em vista que, uma vez que os interesses para com a regulamentação da pesca se modificavam, os interesses da Marinha também os acompanhavam, readequando-se as modificações do cenário no qual estavam sendo inseridos.

Um exemplo disto é o fato de que, como citado anteriormente, a Marinha de Guerra buscou transformar os pescadores em reserva naval, ao passo que a Marinha Mercante - que começou a ser delineada a partir do advento da industrialização do Brasil - trouxe consigo uma visão mais mercadológica da pesca, na busca por promover uma pesca mais ágil e tecnicista, indo de encontro com o ethos incorporado na cultura do trabalho pesqueiro artesanal em vigência (BRASIL, [entre 1962 e 1975]).

Sendo importante pontuar que, embora essa visão mercadológica advinda da Marinha Mercante fosse mais evidente na EPT os ideais da Marinha de Guerra ainda estavam a ela atrelados, como retrata o Capitão do Mar e Guerra, Armando Pina, no telegrama que enviara ao diretor do Diário de Pernambuco:

Rio, 28 [1951]– Não sei de campanha mais patriótica do que a instalação da escola de pesca de Tamandaré e a criação da fábrica de conserva de lagosta num Estado de tão importante riqueza piscícola. Esses empreendimentos favorecerão aos valorosos prairos nordestinos tão dignamente nos “raids” dos jangadeiros, constituindo ótima reserva naval de nossa pátria. AS: Comandante Armando Pina. (PINA, 1951, p. 9).

O que nos leva a compreensão de que, tanto a dimensão mercantil quanto a de proteção da costa inerentes a Marinha brasileira, atuavam diretamente na Escola de Pesca de Tamandaré.

Em partes pelos interesses de ampliar a consolidação desse setor industrial pesqueiro no Nordeste e ainda, devido ao controle que essa organização estatal buscou obter, historicamente, sobre a classe dos trabalhadores do mar. Até mesmo porque, como destacara seu Josélio, um de nossos entrevistados e ex-aluno da Escola, a Marinha Mercante atuava como um segmento da Marinha de Guerra:

[...] A Marinha Mercantil, tem uma... um convênio bem interessante, né. A mercantil é regida pelo regulamento da Marinha de Guerra, então a Marinha mercantil é uma, vamos dizer assim, uma reserva da Marinha de Guerra, de um modo geral.

Não obstante, a maior parte do corpo docente e administrativo dessa Escola, que funcionara em formato de internato e tinha como alicerce a disciplina, pertencia à Marinha.

Essa presença da Marinha é identificada, também, em uma matéria do Diário de Pernambuco, publicada em 9 de agosto do mesmo ano, que aborda, em seu conteúdo, um convenio entre o Ministério da Agricultura (responsável pela EPT), com o Ministério da Marinha:

Em solenidad realizada no comando do 3º Distrito Naval, foi assinado, ontem, um convenio estabelecido entre o Ministério da Agricultura e o Ministério da Marinha, visando uma completa assistencia técnica e educacional aos alunos da Escola de Pesca [...] através do convenio assinado, a Marinha enviará instrutores, material e técnicos, para ministrar maiores conhecimentos náuticos aos alunos da escola, os quais assim terão de agora em diante, mais completa assistencia naquele ramo de suas atividades profissionais (MAIOR, 1960, p. 3).

O que levou até mesmo ao Comandante do 3º Distrito Naval, o Almirante Dias Fernandes a celebrar essa parceria entre os ministérios, com base em um telegrama enviado para o Governador de Pernambuco Cid Sampaio, publicado em 10 de agosto de 1960, no Diário de Pernambuco:

Ao realizar com a Escola de Pesca de Tamandaré um Convênio de Assistência Técnica Profissional, tenho o prazer de congratular-me com Vossa Excelencia pela cooperação que a Marinha de Guerra presta aos pescadores dêste Estado e do Nordeste do Brasil (FERNANDES, 1960, p. 5).

Para além das notícias midiáticas, os ex-alunos entrevistados também relataram a presença da Marinha no regime estabelecido na instituição:

Num determinado período, a Marinha passou a tomar conta do colégio, da Escola, aí veio Sargento de marinha, muita gente de Marinha pra ser professor da Escola e cuidar da gente, cuidar da Escola, dar treinamento (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Além de que,

A disciplina era 100% militar. Os nossos professores eram todo oriundos da Marinha, todos eles eram oriundos da Marinha, todos. Exceto, numa área só, por exemplo essa área de biologia marinha que era um professor que não era da Marinha, técnica de redes e anzóis e tals, era um outro professor que não era oriundo da Marinha.

Mas de todas as outras áreas, das outras disciplinas, nós tínhamos 14 disciplinas, pelo menos 10 eram dadas, eram oferecidas, por pessoas oriundas de Marinha, da reserva, da reserva remunerada. Geralmente como de nível de tenente, capitão suboficial, mais ou menos assim. Então todos eles, ah inclusive nós tínhamos nossa educação física, que era feita por um fuzileiro nativo, sargento fuzileiro, que foi designado para fazer a educação física da nossa escola (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Sendo importante ressaltarmos que, no que diz respeito ao regime de internato da EPT, de acordo com seu primeiro edital de matrícula, publicado no Jornal Pequeno em 1954 (MINISTERIO, 1954), a Escola funcionaria como internato apenas para os menores de 18 anos e externato para os que possuíssem idade superior ao estabelecido. Ao passo que, em seu segundo edital, publicado em 1955 no Diário de Pernambuco, identificamos que a Escola funcionaria como regime de internato para todo o corpo discente que a integrasse, não havendo distinção de faixa etária para tal modelo, o que se manteve nos editais posteriores (MINISTERIO, 1955). Esse regime educacional, de internato, ajudaria a construir, pelo que se imaginava, um novo homem para servir à pátria, servindo à pesca a partir do nascimento de um novo profissional da pesca, dos mares.

Para além disso, tal instituição possuiu a existência de regulamento e fardamento específicos, semelhantes aos empregados pela Marinha, que deveriam ser utilizados, obrigatoriamente, nas instalações da EPT:

Olha, era 100% regime militar. Primeiro, nossas disciplinas, nós tínhamos regulamento disciplinar, que era um regulamento da escola que era um regulamento regido com voz no RTU, regulamento disciplinar da Marinha que era parecido. [...] O fardamento era um fardamento assim intermediário, entre a escola e a marinha, então era um fardamento que parecia com o da a marinha, então a nossa cobertura era o chapéu caxangá da marinha, o caxangá (Figura 14) do marinheiro (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Figura 14: Alunos da Escola de Pesca de Tamandaré utilizando o fardamento empregado pela instituição enquanto exercem suas atividades diárias



Fonte: Acervo interno do CEPENE

O disciplinamento e seu rigor expressavam-se em outro item, a saber, nos horários regrados para execução de cada atividade a ser realizada, como destacou Seu Martins ao dizer que:

De manhã, umas 6 horas da manhã, todo mundo você acordava, que tocava se aquela da clarineta, aquela clarineta do escoteiro, né, feito com escoteiros de Marinha, eles tocavam aquela ali de manhã cedo às 6 horas, todo mundo era obrigado acordar e levantar, corria pro banheiro, tomava-se um banho rápido e ia para o exercício do campo futebol. E lá a gente fazia um exercício feito... feito militar, ia correndo e voltava correndo todo mundo, aí, quando voltava... banheiro de novo e aí ficava tudo na fila pra tomar café da manhã, depois do café, ia todo mundo pra a escola e cada lá, tinha várias classes, então quando saía um professor, entrava outro, saía um, entrava outro (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

O que nos leva a reflexão de que essa Escola se apresentou enquanto uma instituição total, regulando os processos sociais de construção da subjetividade e objetivação inerentes à formação pessoal de cada sujeito que nela passara.

4.2 A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ ENQUANTO INSTITUIÇÃO TOTAL

A concepção da EPT enquanto instituição total tem relação com a forma como Erving Goffman (1974) vem a atribuir o funcionamento dessas instituições, partindo do pressuposto de que elas se operam como produtoras de uma certa subjetividade, as quais podem ser evidenciadas, também, para nós, na iniciativa das Escolas Profissionais de Pesca. Do ponto de

vista institucional, essa Escola promoveu um disciplinamento formativo em suas práticas pedagógicas, cívicas e morais. Goffman define uma instituição total como:

Um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada (GOFFMAN, 1974, p. 11).

Nesse sentido, o regime de internato presente na Escola fez com que o processo de modelagem dessa subjetividade dos alunos pudesse ser utilizado como uma importante ferramenta de ordenamento. Assim, as práticas exercidas nessa instituição foram reguladas pela solidez institucional que o vínculo cotidiano operara e que a educação militarizada exigia. Em outras palavras, isso significa dizer que através do currículo formal, a EPT, enquanto aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1987), foi capaz de reproduzir uma hierarquização social dos saberes direcionados explicitamente pela Marinha, fato esse destacado em seu Projeto de Lei:

É evidente que para as lides a serem desenvolvidas nos vários campos de atividades [...] precisamos contar com pessoal habilitado, cuja formação não se improvisa, visto que, além do pescador profissional, temos a necessidade de preparar auxiliares e operários especializados que atuem, por força de atribuições específicas, no adestramento em pesca, bem como nas práticas de manutenção de motores e outras instalações de bordo [...] o centro naturalmente indicado para atender a este requisito fundamental – formação do homem especializado – é a escola de pesca, convenientemente aparelhada para que, através de ensino regular e intensivo, possa preparar especialistas e manter cursos práticos (BRASIL, 1962, p. 9).

Ao passo que, no que tange ao currículo oculto dessa instituição, esse conjunto de atitudes, valores e comportamentos nos quais não integram explicitamente o currículo formal da aprendizagem proposta, se apresentaram através dos ensinamentos adquiridos nas relações sociais, nos rituais e nas práticas estabelecidas na Escola.

Do ponto de vista psicológico, isto é, da relação do indivíduo para com sociedade, em que o indivíduo introjeta e assimila padrões, comportamentos, valores, etc., esse processo de socialização presente na Escola, foi de extrema importância para a constituição do ethos industrial e moderno que ela buscava difundir, no qual o trabalho possuiria, de certo, uma concepção próxima a empregada por Max Weber (2004) ao concebê-lo enquanto *vocação*, preparando o pescador profissional para o trabalho industrial promovido pelo ideário nacionalista da época.

Para Weber, o trabalho enquanto *vocação* surge junto à modernidade, no momento em que a relação do trabalho com fim absoluto de si mesmo, desprende-se daquele capitalismo aventureiro que não se utilizava de uma concepção racional do tempo (capital) dispendido para

realização das atividades econômicas e que, por consequência, apoiava-se no tradicionalismo. Como atribui ao dizer que:

O trabalho deve, contrariamente, ser desempenhando como se fosse um fim absoluto de si mesmo, uma vocação. Mas tal atitude de nenhum modo é produto da natureza. Ele não pode ser invocado por baixos salários ou mesmo por altos, mas pode ser apenas o produto de um longo e árduo processo de educação (WEBER, 2004, p. 64).

Em virtude disso, esse processo de racionalização do tempo, buscou superar o tradicionalismo presente no trabalho pré-capitalista, através desse “longo e árduo processo de educação”, que se utiliza da ética social desenvolvida pelo indivíduo nesse novo cenário capitalista moderno. Aqui, a ética convicção, inerente aos anseios pessoais do indivíduo, precisa estar alinhada a ética de responsabilidade, isto é, com a forma na qual ele se porta para execução das atividades econômicas, forjando, a partir dessa relação, um sentimento peculiar da carreira profissional enquanto uma obrigação. Elemento que destaca da seguinte forma:

A habilidade de concentração mental, assim como o sentimento absolutamente essencial de obrigação para com o trabalho, estão aqui frequentemente combinados com uma economia estrita que calcula a possibilidade de maiores rendimentos, e a um frio autocontrole e frugalidade que elevam enormemente o desempenho. Isso prove a fundação mais favorável para a concepção do trabalho como um fim em si mesmo, como uma vocação, o que é necessário para o capitalismo: as chances de superar o tradicionalismo são maiores como consequências da educação religiosa (WEBER, 2004, p. 65).

Combinado esse novo sentimento profissional e a habilidade voltada para ação, em virtude de suas novas qualidades éticas, muito bem definidas e desenvolvidas para o espírito capitalista moderno, a possibilidade de superar o tradicionalismo se converte na base de sucesso para os negócios. É através de toda cultura moderna, pautada na conduta racional baseada na vocação que o indivíduo se adapta e mantém em funcionamento o aparelhamento do Estado, o qual requer dessa devoção para manter seu sistema renovado.

Assim, o processo global de preparação do aluno da EPT para o desempenho de um determinado papel social o qual atribuímos aqui como a instrumentalização do saber-fazer pesqueiro, faz com que possamos considerar a Escola de Pesca de Tamandaré enquanto uma agência de socialização, que buscou incorporar um novo ethos. Deste modo, esse processo de aprendizado e treinamento necessário a formação do pescador profissional realiza-se por intermédio da socialização presente e alimentada por esta Instituição, objetivando a inserção dos filhos de pescadores no setor industrial, num processo civilizatório moderno.

O que torna possível a concepção de que esse tempo em que os alunos da EPT foram submetidos ao regime de internato resultou em marcas profundas na construção de suas subjetividades pois, enquanto agência produtora de subjetividade, a Escola de Pesca promoveu relações peculiares entre seus dirigentes (oriundos, em sua maioria, da Marinha) e dos internados no conjunto das práticas institucionais (FOUCAULT, 2003, 2009).

Aliado a isso, o ensino ofertado por esta instituição, que já se utilizava de uma dinâmica específica de regulamentação do tempo empregado para realização das atividades executadas em suas instalações - que difere da presenciada na pesca artesanal -, passou incorporar um sistema de rodízio entre o tempo empregado para as atividades em terra (teoria = saber) e o tempo empregado para as atividades no mar (prática = fazer). Tal divisão deu-se a partir da necessidade de incluir a dimensão prática do trabalho pesqueiro, como evidenciara o Diretor da Caça e Pesca da Produção Animal do Ministério da Agricultura, o Sr. Ascanio de Farias, em 1955, ao fim do primeiro ano de funcionamento da EPT, em reportagem publicada no Diário de Pernambuco:

O Sr. Ascanio de farias informou-nos que, por ocasião da sua excursão à Escola de Tamandaré, escolherá o local onde será instalada uma **salga modelo** e edificada a fábrica de sub-produtos de pescado (farinha, cola, óleo industrial, adubos, etc) nos terrenos daquele estabelecimento. Informou ainda que na oportunidade localizará a ponte de atração para as diversas embarcações de pesca que será dotada aquela Escola. Destacou o diretor da Divisão de Caça e Pesca que a Escola de Tamandaré necessita incrementar a aprendizagem prática dos seus alunos. Para isso, necessário se torna a construção de barcos destinados à pesca da albacora, aproveitando-se o plano de trabalhos já realizado pela Escola, com a colaboração do técnico da F.A.O, Sr. Lee (NUCLEO, 1955, p. 16).

Desta forma, tal como relatara Seu Josélio ao ser questionado acerca do ensino ofertado na EPT, a divisão entre o ensino teórico e prático que foi instituído na Escola, funcionava da seguinte maneira: as turmas eram divididas em dois grupos, que alternavam as atividades desenvolvidas. Enquanto o grupo um passava o mês todo tendo aulas teóricas, o grupo dois dedicava o mês à pesca (Figuras 15, 16 e 17). Ao fim de cada mês, essa dinâmica invertia-se, e assim, ambos os grupos poderiam ampliar os conhecimentos necessários à sua formação individual e coletiva, com o auxílio dos conteúdos previstos na educação escolar da época, ao mesmo tempo em que se especializariam profissionalmente no ofício desenvolvido pela Instituição.

Figura 15: Alunos da Escola de Pesca de Tamandaré durante as aulas teóricas



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 16: Alunos da Escola de Pesca de Tamandaré embarcando para as aulas práticas, em que passariam um mês em alto mar



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 17: Pescadores carregando Albacoras-de-laje (Atum) após a pescaria exercida em aulas práticas



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Como complementou Seu Martins,

Em alto mar, pescando em alto mar, mas com os professores... professores de cada matéria nos ensinando na prática. Então aí, o camarada não só aprendeu a pescar na teoria, mas aprende também a pescar na prática, como encastoar um anzol, né, como preparar a linha de pesca. Então, quando a gente ia pescar o atum, essa era pescaria do atum, ia aprender a pescar aprender pescar o atum, albacora-de-laje, o long Line... long Line é uma linha de grande, extensão 3 km de comprimento... 3 km de linha de pesca, e essa linha de pesca, era uma linha só, uma linha mestra com vários anzóis pendurado e aí gente com 3 horas da madrugada começar a lançar no mar e quando era 10 horas começava a recolher, aí recolheu os peixes pra dentro, lá o aviamento de pesca com os peixes, mas era trazido em forma de guincho, porque tinha peixe até de 800 kg.

É, tinha peixe agulhão de vela gigante, que nem quase não cabia no barco de tão gigante. O atum não era em quantidade, albacora-de-laje até duzentos e tantos quilos um albacora.... Albacora-de-laje gigante todo. É, agulhão de vela muito grande, tínhamos cada agulhão de vela gigante, às vezes peixe Espadarte, pegava cada um espadarte que tinha quase três metros de bico, eu tinha história pra contar visse, era... é que naquela época não tinha celular, não. Quando chegava um peixe assim estranho, gigantesco, tirava logo uma foto dele e servia de documentário né, a documentação, mas, naquela época não tinha nada disso, e a gente tava lá... tava lá. Então era uma turma que ia pescar, quando voltava, aí era outra turma que ia, era uma espécie de rotatividade (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Sendo importante chamarmos atenção ao fato de que esta dinâmica de divisão do tempo em terra e tempo no mar foi instaurada em decorrência da quantidade de alunos matriculados

na EPT ser excedente ao que suas condições físicas dispunham, pois, de acordo com Seu Josélio, seu corpo discente era composto por aproximadamente 200 alunos, não havendo espaço físico (em terra ou no mar) para a execução simultânea de todas as atividades necessárias para formação do pescador profissional. O que apresenta uma ruptura para com o Plano de Trabalho apresentado e sonhado por João Cleofas a Getúlio Vargas antes mesmo do início do funcionamento desta instituição, em 1953, quando atribuíra que a Escola de Pesca de Tamandaré possuiria capacidade de receber 340 alunos, ou seja, 140 alunos a mais.

Em resumo, é possível concebermos que essa série de complexos elementos pertencentes a EPT revela-nos não apenas a tentativa de instaurar um processo de instrumentalização do saber-fazer pesqueiro, como também uma “esterilização moral” das práticas diárias consideradas negativas diante dos ideais propostos pela sociedade da época. O que resultaria, por conseguinte, no estabelecimento de um novo ethos profissional. Para tal, esta Instituição buscou promover um controle e disciplinamento em detrimento de seus alunos, “adestrando-os”.

Sendo importante destacarmos que a nomenclatura aqui empregada, adestrar, que de acordo com o dicionário significa “fazer com que fique hábil para realizar determinada ação, trabalho etc.”, faz alusão as inúmeras reportagens presente nos jornais da época (Jornal Pequeno e Diário de Pernambuco). Essas reportagens abordam, em seus escritos, as falas e intenções dos idealizadores e dirigentes desta instituição, os quais acreditavam ser necessário “adestrar os filhos de pescadores”, a fim de pudessem receber a instrução considerada necessário para o desenvolvimento do trabalho industrial. A exemplo da reportagem abaixo publicada no Diário de Pernambuco:

Tenho sustentado sempre que a Escola de Pesca de Tamandaré foi uma das melhores iniciativas do ex-ministro João Cleofas; e espero que adextre cada mais vez mais o material humano, sem desdenhar os instrumentos necessários à pesca e tudo o que é indispensável a uma boa indústria (FERNANDES, 1960, p.4).

E da foto abaixo (Figura 18) também publicada no Diário de Pernambuco, que na legenda destaca os alunos “adestrados” na captura do atum:

Figura 18: Foto publicada no Diário de Pernambuco



Fonte: Diário de Pernambuco, 1960.

O que nos leva a necessidade de explorar mais a fundo a forma como esse controle acerca do disciplinamento proposto pela Escola de Pesca de Tamandaré constituiu-se.

4.3 O DISCIPLINAMENTO NA ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ

Do ponto de vista teórico, isso remonta a concepção proposta por Foucault (2009), que realizou uma análise minuciosa acerca da disciplina e da função reguladora da escola. Para ele os métodos empregados pela disciplina possibilitam um controle minucioso das operações do corpo, de modo que seja imposto uma relação de “docilidade-utilidade” por parte da pessoa que está sendo submetida a essas condições. Assim como ocorre na Escola de Pesca de Tamandaré, com a imposição do regulamento interno, do fardamento e de horários pré-definidos para realização de cada uma das atividades a serem desempenhadas, e como atribuiu Seu Josélio, ao associá-la a um regime militar.

Por conseguinte, a escola releva-se, então, enquanto uma instituição disciplinar, um aparelho que tem por função intensificar a organização e regulação do tempo e, ainda, vigiar individualmente cada sujeito, intervindo em sua formação identitária (ALVES, 2010), uma vez que as atividades desenvolvidas seguem sempre um determinado ordenamento de execução. Desse modo, ela busca, assim como a EPT buscou, dinamizar o processo de aprendizagem na

sociedade industrial, transformando os corpos de seus alunos numa força produtiva, que possuísse, dentre as suas primazias, o não desperdício do tempo - que é extremamente bem quisto pelas sociedades industriais, um combate ao tempo poroso e a ociosidade.

No entanto, esse disciplinamento só é possível, de acordo com Foucault (2003), através de um “sequestro sistemático”, no qual os indivíduos são aprisionados, indicando as funções específicas para esse modelo panóptico de controlar o tempo, os corpos e transformá-los:

A primeira função do sequestro era de extrair o tempo, fazendo com que o tempo dos homens, o tempo de sua vida, se transformasse em tempo de trabalho. Sua segunda função consiste em fazer com que o corpo dos homens se torne força de trabalho. A função de transformação do corpo em força de trabalho responde à função de transformação do tempo em tempo de trabalho. A terceira função destas instituições de sequestro consiste na criação de um novo curioso tipo de poder. Qual a forma de poder que se exerce nestas instituições? Um poder polimorfo, polivalente (FOUCAULT, 2003, p.119-120).

No que diz respeito à extração (ou combate) do tempo de vida e de trabalho, confluente na pesca artesanal, o regime de internato presente na EPT vem colaborar para tal “sequestro”, assim como a divisão de aulas teóricas e práticas fazem com que o corpo desses homens se consolide enquanto força de trabalho de um mundo desejado em termos de modernidade.

Dessa maneira, a terceira função, a do “poder” estabelecido, pode ser evidenciada tanto na instrução proposta pela Escola de Pesca, quanto pela presença direta da Marinha em atividades cívicas e morais que, do ponto de vista ontológico da Escola, isto é, do seu papel formador de um pescador profissional, transformou também em atributos necessários o hasteamento diário da bandeira, desfiles em datas comemorativas (Figuras 19 e 20) e até mesmo a capinagem nas instalações internas da instituição. Tudo isso é revelado no depoimento de Seu Martins, um de nossos entrevistados:

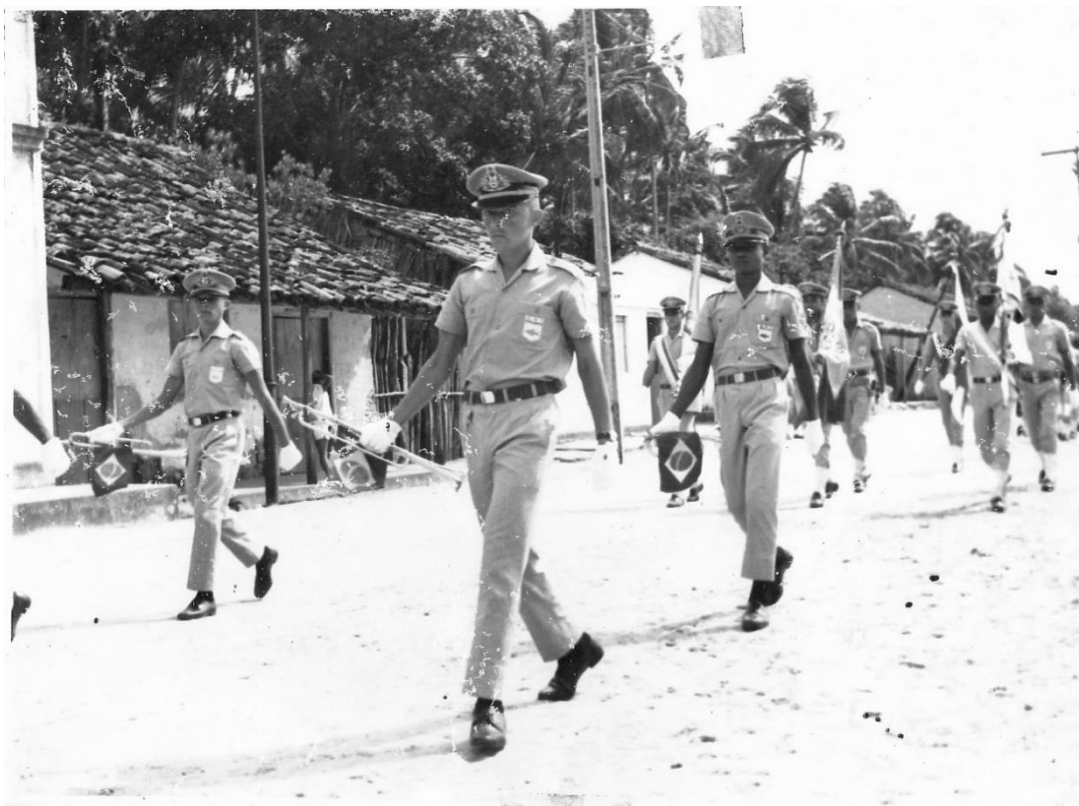
Quando queria juntar aquelas folhas de coqueiro, pra limpar os terrenos lá, ele (o diretor) organizava a Escola, então uma turma... era mutirão sabe, que fazia o serviço da escola, tudo nas horas de folga... fazia um servicinho pra escola na base da mutirão (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Figura 19: Aluno da EPT enfileirados durante a proclamação do hino nacional e hasteamento diário da bandeira



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Figura 20: Alunos da Escola de Pesca de Tamandaré o desfile de alguma data comemorativa



Fonte: Acervo interno do CEPENE

Entretanto, cabe-nos reconhecer que a concepção dessas atividades cívicas e morais inseridas na EPT constituem-se não pela primazia de tornar o pescador apto ao trabalho industrial, mas devido aos ideais sob os quais ela fora promovida. Nesse sentido, isso significa dizer que esse conjunto de funções, que se apresentam por meio do “sequestro sistemático” ao qual Foucault chamara atenção, e que para nós estava presente Escola de Pesca de Tamandaré, faz com que os seus alunos venham a desenvolver um novo *ethos*, docilizado e integrativo ao modelo de sociedade moderna, industrial e nacionalista, cujos ideais positivistas de ordem e progresso e de uma nova moral do trabalho eram marcantes, como nos ressaltou um ex-aluno da Escola ao dizer que:

Assim como tem nos quartéis do exército “aqui se aprende a defender a pátria”, na escola era como se fosse “aqui se aprende... aqui se aprende a ter uma profissão pra se manter”, pelo menos ter uma profissão pra fazer dela uso, como uma profissão pra trabalhar e se manter. Porque tinha até um ditado “se um homem faminto te pedir um peixe, não o dê. Bote ele a bordo, leve-o pra alto mar, ensine-o a pescar, que ele terá alimento para vida inteira”. Esse era os dados... os dados da escola, era método, se alguém te pedir um peixe você não dá o peixe, leve ele para o alto mar e ensine a pescar, e nunca mais ele terá... passará fome, porque quem aprende a pescar tem sempre alimentos nas mãos (Josélino, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Sendo assim, o poder que se opera dentro dessa instituição total configura-se enquanto polivalente, uma vez que do ponto de vista macro, a EPT atuava enquanto uma agência modeladora e disciplinadora, que vem a exercer um poder produtivo (relacionado à produção do sujeito pesqueiro profissional) ao passo que, de acordo com uma análise acerca da microfísica do poder, podemos identificar também a presença de um poder coercitivo (FOUCAULT, 2001), a partir do momento em que há um desvio do disciplinamento instituído pela Escola.

Esse desvio e a presença de uma autoridade coercitiva se configura na Escola de Pesca a partir da cafua, que de acordo com o dicionário da língua portuguesa corresponde ao “aposento que, nos colégios, servia de prisão aos alunos”. O relato de Seu Martins, que estudou na EPT de 1955 a 1960, é emblemático, quando ao aborda a existência da cafua:

Aqui na Escola tem uma espécie de uma sala: era uma sala, uma cadeira pro cara sentar, uma caminha pequena de solteiro, pro cara botar a cabeça pra deitar se ele quisesse e... era uma espécie de prisão, alguma prisão, sabe como é. Como se fosse o último andar de um prédio. Então, a pessoa ficava... qualquer coisa errada que fizesse então ficava lá na quarentena sozinha. Tinha direito a água, a comida, isso aí tinha direito, que todo prisioneiro tem direito a comer e beber. Então, comida e dormida, comida e bebida não faltava pra ele não, mas ficaria lá, passava lá uns dias lá, na quarentena, pra ele sentir que se fizesse de novo ficava preso de novo.

A Escola não gostaria de botar pra fora da escola aluno, expulsar, porque eu acho que visava a situação do aluno que só veio pra aquela escola pra arranjar uma profissão, que de onde veio não tinha condições de fazer uma profissão, entendeu. Então o camarada ficava ali e pá, é um ato disciplinar, era um ato disciplinar pra que o aluno não fizesse de novo os erro e obedecesse as regra da escola e... como é que se diz, respeitasse os seus colegas. (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Sendo importante ressaltar que a cafua funcionava como algo que mesclava entre o currículo formal e currículo oculto da Escola, pois havia a determinação explícita de que o roubo era proibido, ao mesmo tempo em que tal palavra também não poderia ser empregada nas dependências da instituição, por contrariar a integridade disciplinadora da Escola de Pesca de Tamandaré, como nos frisou os entrevistados. Assim, tanto quem cometesse a infração quanto a pessoa que chamasse o colega de ladrão, seriam punidos, fato descrito pelos ex-alunos, surgindo, a partir daí uma nova palavra para designar tal infração, “afanar”.

Era essa a vida da Escola, quem chamar o colega de ladrão, também tinha sua punição, não podia, “aqui na escola não existe ladrão, tem afanadores”, cai por cima, dá um jeito, mas palavra ladrão não existe... era sim (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Consequentemente, a cafua, na EPT, seria responsável por reforçar a construção de vínculos pessoais para com seus alunos (através do poder produtivo), com base em princípios moralizantes, ao mesmo tempo em que reforçaria também a importância de que o disciplinamento fosse obedecido (através do poder coercitivo) visto que, por um lado, a cafua não era encarada como algo tão negativo quanto uma prisão comum, ao passo que sua dinâmica de funcionamento se assemelhava a esse tipo de instituição. Sendo assim, evitava-se expulsar o aluno, porque, de certa maneira, isso representaria um certo fracasso da Instituição na tentativa de fazer surgir um novo homem, como se isso relevasse a fragilidade da Escola, que estaria devolvendo à sociedade alguém que ela não conseguiu forjar dentro dos “bons princípios”. E, para além disso, o ato de não expulsar um aluno faria com que o prestígio e a seriedade da Escola de Pesca não fossem comprometidos com o público externo que não partilhava de seu dialeto interno.

Em virtude disto, a Escola de Pesca de Tamandaré seria uma instituição repressiva e dócil ao mesmo tempo, que diferentemente de como se configura a repressão evidenciada nas prisões e manicômios, traria consigo discursos integrativos aos seus alunos, com uma abordagem mais “branda”, educativa, formadora profissional e de superação de limites materiais por amparar-se nos desejos da pátria, de uma vida moderna, de um novo mundo do

trabalho, como destacara Seu Martins, ao falar do diretor da EPT durante sua estadia na instituição:

[...] foi ele quem orientou os alunos da Escola. Era ele quem conversava pra empresas de pesca em Recife, pra dar lugar pros meninos estagiar, de Tamandaré [...] um cidadão muito educado, tratava todo mundo bem e ele sabia traquejar [...] Quando tava do meio pro fim, que ele terminou o tempo dele, pra ser diretor da Escola, aí ficou sobre a intervenção da Marinha. A Marinha passou a tomar conta do colégio, da Escola, aí veio Sargento de Marinha, muita gente de marinha pra ser professor da Escola e cuidar da gente, cuidar da Escola, dar treinamento. Então nós tínhamos treinamento, estudo, uma educação boa, de base, de maneiras que a Escola não parou, ela foi até o fim e eu me recordo que realmente que essa Escola foi necessária ser criada para esse fim (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Ressaltando que essa modificação de direção descrita por Seu Martins, em que a Marinha passa a atuar ainda mais diretamente no manejo das práticas e sociabilidades exercidas na Escola de Pesca, com ideais formadores que almejavam a promoção de um novo “sujeito” nacionalista, é condizente com as tensões políticas da época, as quais viriam a desencadear, posteriormente, no regime instaurado pela Ditadura Civil Militar de 1964. Desta forma, seria possível compor um novo ethos e ainda, buscar promover a incorporação do pescador profissional em um sistema de trabalho que se utiliza da relação do tempo como algo dependente, inclusive da racionalidade e moralidade capitalista, gestando uma nova visão de mundo, novas práticas sociais e delas com o mar. Utilizou-se, para isso, um forte controle e disciplinamento das práticas rigorosamente modelados pela Instituição, no intuito de promover uma socialização de seus alunos.

De certo, essa Escola de Pesca, que se concretizou enquanto uma instituição total, disciplinadora, buscou reformular as práticas sociais, simbólicas e econômicas (voltadas ao ordenamento do trabalho em sua primazia) de seus alunos, com o subsídio do regime de internato e com uma forte administração reguladora, de modo que todo o conjunto estrutural ligado ao seu aluno e, conseqüentemente, à sociedade que o cercava, fosse alterado. Sendo importante pontuarmos que essa alteração (individual e coletiva) não era vista como algo negativo, uma vez que desde que a EPT foi idealizada, a proposta era especializar os filhos de pescadores de Pernambuco e do Nordeste como um todo, visando a ampliação do consumo do pescado nos centros urbanos e fornecimento de uma mão-de-obra qualificada, desencadeando uma valorização dessa parte do litoral, que até então acreditava não estar sendo bem aproveitada. Ademais, busca-se modernizar toda a nação para que esse novo homem pescador estivesse em consonância com essa nova sociedade que emergia e na qual ele precisava integrar-se e servir, inclusive no Nordeste do Brasil.

Tal motivação tinha como argumento (já abordado ao longo dos capítulos) o fato de que anteriormente ao funcionamento desta Escola, havia uma forte tendência de os filhos de pescadores irem para Marambaia, no Rio de Janeiro, a fim de participarem da Escola de Pesca Darcy Vargas. Isto foi compreendido como um problema, pois, uma vez que se especializavam nessa Escola, dificilmente voltavam às suas origens nordestinas, por a pesca ser considerada, aqui, primitiva, como destacou o engenheiro Domingo Ferreira¹⁹ numa entrevista concedida ao Diário de Pernambuco, ao dizer que eles

Vão mas não voltam [...] Depois de ensinados e adextrados, não vão voltar, para andar em cima de jangadas, como os índios faziam há 400 anos. É preciso – acentuou Domingos Ferreira – que o filho do pescador pernambucano ou nordestino fique na sua terra. Aprenda e exercite aqui o seu ofício (VAI, 1951, p. 3).

Dessa maneira, através do empreendimento da EPT, esses filhos de pescadores, agora especializados, poderiam, não só exercerem um ofício em bases modernas como, também, estabelecer um comércio ativo oriundo do pescado, que passaria a ser consumido em larga escala. Além disso, a Escola possibilitaria, por conseguinte, a modernização dessa atividade pesqueira, que seria inserida na produção do trabalho industrial e de um comércio mais estruturado, que era tão desejado pelas elites políticas. Em síntese, essa Escola de Pesca revelou-se uma iniciativa extremamente patriótica, que proporcionaria a figura do pescador profissional melhorias em suas condições de vida, assim como promoveria o melhor aproveitamento dos recursos pesqueiros, considerados abundantes e que não estavam sendo bem aproveitados pelos pescadores artesanais, por conta de seu tradicionalismo produtivo e técnicas que entendiam como “primitivas”, de modo que a formação profissional deste sujeito ofereceria serviços valiosos para a nação.

No que diz respeito as discussões propostas por Erving Goffman (1974) e por Michel Foucault (2003) empregadas ao longo do capítulo, cabe a nós ressaltar que elas não se diferenciam da discussão weberiana acerca do *ethos* que buscou ser incorporado a essa Instituição, que contou com o auxílio da ética social moderna para forjar esse novo sujeito profissional. Na verdade, a concepção da EPT enquanto instituição total, socializadora e o seu caráter de disciplinar foram essenciais a construção do novo *ethos* profissional, alinhado aos interesses do poder público.

¹⁹ Nascido em Pesqueira, Domingo Ferreira foi um importante engenheiro urbanista, tendo atuado diretamente em obras ligadas a remodelação do bairro de Santo Antonio e do Parque 13 de maio. Para além disso, o pernambucano atuou diretamente como Diretor de Obras do Ministério da Agricultura, tendo relação direta para com os reparos e melhorias realizados na Escola de Pesca de Tamandaré.

Desta forma, tal panorama serviu, até o presente momento, para que pudéssemos compreender as relações nas quais a Escola de Pesca de Tamandaré foram idealizadas, identificando a maneira como esta iniciativa se desenvolveu e quais modificações ela buscou instaurar, resultando na busca por um novo ethos profissional, com uma cultura de trabalho distinta da pré-existente, que se combinava a formação de um novo homem.

A fim de elencarmos a modificação ocorrida através das práticas e sociabilidades presentes no cotidiano da Escola, discutiremos, agora, a forma como esse novo ethos pesqueiro contribuiu diretamente e indiretamente para a vida dos interlocutores dessa pesquisa.

4.4 O ETHOS PROFISSIONAL APÓS A ESCOLA DE PESCA DE TAMANDARÉ

Inicialmente, é importante chamarmos atenção ao fato de que a Escola, em sua primazia, buscou inserir filhos de pescadores de cada Estado do Nordeste, tal qual indicou o projeto de lei da EPT, que pontuou, dentre os seus objetivos o de “promover a formação técnico-profissional das novas gerações de pescadores nordestinos” (BRASIL, 1962, p. 22). O que pôde ser também evidenciado em matérias de Jornais da época e no relato dos ex-alunos entrevistados:

Eles faziam um apanhado com o Nordeste, uma seleção no Nordeste, em todo Nordeste. Geralmente eram dez alunos de cada região, de região não, de cada Estado. Aqui, de Fortaleza, do Ceará, foram 10 pessoas, inclusive não só de Fortaleza, mas de outras cidades como Xiadaia e outros locais e nós fomos por conta dessa época, em 1967 (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Embora a Escola também tenha integrado adolescentes advindos de outros segmentos que não exclusivamente a pesca, como identificamos a partir das entrevistas realizadas.

Só sei que aquela escola foi um berço para erguer, levantar, muita gente do interior que trabalhava no eixo, cana-de-açúcar, que trabalhava como empregado... que não tinha emprego, vivia na casa dos pais, o rapazinho sem emprego, sem profissão, sem nada, entendeu. Ia pra lá pra aquela Escola, ficava interno, ali... saía de lá com o diploma de pescador profissional, às vezes patrão de pesca regional, às vezes motorista de pesca... e chegava em Recife arranja logo um emprego, ia cuidar da vida. Outros morava em Maceió, arranjava um emprego em Maceió, outros morava em Paraíba, arranjava emprego em Paraíba, outros Rio Grande do Norte, arranjava emprego em Rio Grande do Norte e assim foi... sei que lá em Rio Grande do Sul ainda tem aluno da escola de pesca, lá pro Rio Grande do Sul, que é comandante de barco de pesca (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

O que não reduz a possibilidade dessa instituição ter possuído, em sua maioria, filhos de pescadores, mas que nos leva a inferir que eles não foram os únicos a integrarem a EPT. Um exemplo disso é o problema da adaptação ao mar, registrado nos jornais da época, que trouxe à tona outro problema no processo de profissionalização do pescador, o enjoo.

Algumas matérias do Diário de Pernambuco chegaram até mesmo a revelar essa dificuldade de aprendizagem do aluno para com as técnicas de alto-mar, através dos problemas evidenciados pela SUDENE, como podemos observar abaixo:

Sabe-se, extra-oficialmente, que o relatório do especialista francês enviado pela “Cooperação Técnica” – que é o organismo de assistência, na política exterior francesa – recomenda medidas de amparo ao pescador e indica reformas no sistema de ensino e treinamento atualmente empregado na Escola de Pesca de Tamandaré.

Uma das preocupações do técnico francês, reveladas durante sua permanência no Recife, é a falta de aprendizagem do aluno da Escola, com as técnicas de pesca em alto mar e a tendência a reduzir o ensino, em Tamandaré, a um processo quase “bacharelesco” de pesca. A maioria desses estudantes, filhos de pescadores, fica restrita às aulas teóricas e às práticas de terra, apresentando até “sintomas de enjôo” quando realizam, em etapa posterior, o adestramento em alto mar (SUDENE, 1960, p. 2020).

Concebeu-se a existência desse problema em decorrência da incorporação de outras pessoas que não aquelas que se dedicavam à pesca de jangada, isto é, que não possuíam histórico de pescador anteriormente ao ingresso na Instituição:

Agora, vem a talho de foice o relatório de um técnico francês, que depois de visitar as colônias de pesca do Nordeste, os principais centros de exploração pesqueira no litoral e a própria Escola de Pesca, de Tamandaré, *chega à conclusão de que em Pernambuco não se formam pescadores (a não ser os que desde meninos se lançam à pesca de jangada, é claro); mas <<bacharéis de pesca >>*. Ouvem os alunos as aulas teóricas; aprendem o que está nos livros; mas se por acaso vão um dia ao alto mar, acabam enjoando. Por isso é que, certa vez, conversando comigo o almirante Dias Fernandes, me disse estar empenhando em fazer dos alunos da Escola de Pesca de Tamandaré, em primeiro lugar, <<marinheiros>>. Um pescador – disse-me o almirante – deve ser sobretudo e antes de tudo um marujo (FERNANDES, 1960, p. 4, grifos nossos).

Desse modo, durante o processo de socialização na Escola de Pesca, os anseios disciplinadores e militarizados, foram de extrema relevância também na formação desse “homem marinho”, independentemente se ele era pescador ou não.

Apesar dessas questões adaptativas do organismo da instituição, a Escola de Pesca teve por função oferecer um ensino profissional aos seus alunos, instruindo-os para o Brasil industrial, o que, do ponto de vista weberiano, nos permite refletir acerca da intenção dessa

ação governamental. Para Weber (2002), a ação social diz respeito a “ação cuja intenção fomentada pelos indivíduos envolvidos se refere à conduta de outros, orientando-se de acordo com ela” (p. 11), de modo que haja um sentido específico para sua realização, tal qual a promoção dessa Escola Profissional de Pesca, haja vista que:

O sentido último de uma ação concreta, considerado dentro de um complexo de ações pode ser de natureza “técnica”, isto é, constituir um meio em relação àquele complexo; mas, em relação à ação concreta, essa função técnica (técnica do ponto de vista daquele complexo de ações) constitui o “sentido”, e os meios que aplica são sua “técnica” (WEBER, 1994, p. 38).

No intuito de identificar o sentido da ação, Weber revela a existência de quatro tipos de ação social, sendo elas:

(1) de modo racional referente a fins: por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como “condições” ou “meios” para alcançar fins próprios, ponderados e perseguidos racionalmente, com sucesso; (2) de modo racional referente a valores: pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; (3) de modo afetivo, especialmente emocional: por afetos ou estados emocionais atuais; (4) de modo tradicional: por costume arraigado (WEBER, 1994, p. 15).

Assim, é possível considerarmos que, o sentido subjetivo da ação tradicional compreende os meios nos quais a ação se constitui, ao passo que na ação afetiva os meios e os fins são os elementos norteadores. O que faz com que possamos desconsiderar como o tipo de ação empregada na EPT, que buscou sempre um determinado fim, um agir social e técnico em que a ação social estivesse imbuída de instrumentalidade. Logo, a dimensão incorporada a EPT se fez, por completo, através da ação racional com relação a fins, por ela levar em consideração os meios, os fins, os valores e as consequências da ação, diferentemente das outras ações.

Esse agir técnico, presente na ação racional com relações a fins, constitui, para Weber, um tipo ideal, isto é, uma atitude individual cujo cálculo e eficiência na relação para com o mundo social possibilitaria a transferência da lógica técnica para o comportamento social. O que pôde ser evidenciado na EPT a partir da instrumentalização do saber-fazer pesqueiro, que buscou constituir um novo sujeito, com novas aspirações de trabalho e de vida, forjado a partir da ética social moderna. De certo, o deslocamento para Escola, por meio do regime de internato, assim como a presença de fardamento e regulamento específicos, foram elementos centrais a essa busca racional de consolidação de uma indústria da pesca na Região Nordeste do Brasil. Inclusive, preparando-os enquanto marinheiros, bem como destacou o Almirante Dias Fernandes ao jornalista Anibal Fernandes, ao tratar do problema do enjoio.

Assim, os alunos, ao terem seus corpos socializados por esta instituição, moldados de acordo com os interesses governamentais da época, seriam homens hábeis a execução do trabalho industrial, com um novo ethos profissional. Devendo, portanto, seguirem a vida marítima em seus respectivos Estados de origem, a fim de não apenas consolidar a indústria pesqueira em Pernambuco, como também em todos os outros Estados do Nordeste, como foi o caso de Seu Josélio, que estudou na EPT entre os anos de 1967 a 1971. Curiosamente, o filho de pescador, soubera da EPT após um dia ruim de aula, quando se deparou com um cartaz colado no poste:

Olha, por incrível que pareça, no meu caso... eu não vou dizer que todos foi igual, mas o meu foi inédito porque eu não sabia da Escola de Pesca. Eu estava no ginásio quando eu... naquela época, você vai tomar conhecimento disso, nós tínhamos, na minha época até os anos 70 quando ensino foi modificado, nós tínhamos o antigo fundamental que é o primário, que ia do abc até o quarto ano, quando terminava o quarto ano... isso aí ia quase sete anos de trabalho, aí terminava o quarto ano entrava o que quinto ano que chamava-se admissão ao ginásio, aí tinha aquele velho preparatório, o ano inteiro se preparando pra entrar no ano ginasial, que hoje em dia ginásio e o científico do passado é o que a gente chama hoje de ensino médio, né.

Então, muito bem. Aí eu me saí muito bem e por merecer no ginásio em Fortaleza, no que era um dos melhores colégios do Estado, o que era o Liceu. Mas eu tinha dificuldade por ser filho de pobre, meus pai eram dez filhos e dificuldade... a gente naquela época... o governo não bancava farda, não bancava livro, não bancava nada, era uma época em que a gente tinha que dar um jeito né, diferente de hoje. Então, naquela época na melhor das hipóteses sempre você ia procurar biblioteca pública pra fazer algum trabalho e com aquela dificuldade toda eu tive assim uma espécie de bullying, eu vou encurtar.

Um bullying com a professora de português, da língua portuguesa, ela adotou um livro por conta desse bullying que eu conheço e lembro desse livro até hoje, era... o nome do autor era Domingos Pascoal Segala, era o autor desse livro. Eu fui o último que cheguei com esse livro e ela me fez vergonha na sala de aula umas duas ou três vezes e eu fiquei muito chateado porque, realmente, ela não perguntou qual era nossa possibilidade, se eu tinha condições e tal. No meio pra casa, quando eu estava muito chateado aí um panfleto no poste, colado no poste. E esse panfleto tava lá dizendo "seja aluno do Governo e tal, aluno federal", aí tinha um convênio SUDEPE e Marinha, a SUDEPE era a antiga Superintendência da Pesca e Marinha, era um convênio que havia. E ali mostravam onde era a inscrição, mas tava lá escrito, pela data, que as inscrições já haviam passado e já até... aí eu olhei aquilo e pensei "cara, perdi essa oportunidade e tal" aí eu, imediatamente, naquele mesmo dia eu fui pra Capitania dos Portos... Fui na capitania dos portos que já tinha convênio com a Marinha e pedi uma audiência com o comandante, me deram essa audiência.

Eu expliquei a minha situação ao comandante, conversei com ele sobre minha dificuldade e tal e... muito bem, ele foi um cara muito humanitário, entendeu minha situação, pegou o telefone e ligou pra lá e perguntou, disseram pra ele que já havia inclusive fechado inscrições e já havia tido o concurso, ele perguntou se podia mandar um candidato pra fazer o mesmo concurso, não

era pra admitir o candidato, se podia... aí disseram, pode mandar. Aí eu fui, cheguei lá e fiz minha inscrição completa, me disseram tal dia pra eu fazer a prova aí eu fui, e dentre eles eu fui aprovado e fui pra Escola de Pesca. Essa foi a história, eu conheci isso da Escola de Pesca através desse panfleto que eu encontrei lá no poste colado. (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Daí em diante, aos 16 anos, iniciou sua jornada na EPT, onde se formou nos cursos de pescador profissional e de patrão de pesca. E que, ao ser questionado sobre o que fez após sair da Escola, relatou:

Eu concluí o curso lá, aí fui pra Fortaleza. Fui pra Fortaleza, muitos ficavam em Recife, arranjavam um emprego logo em Recife, nas empresas.. tinha muitas empresas de pesca no Recife, inclusive empresas japonesas era em maior quantidade. E eu fui pra Fortaleza, e em Fortaleza tinha uma carência grande de patrões de pesca porque naquela época não tinha patrão de pesca ainda formado, com esse conhecimento, nessa técnica completa, não havia.

Então o nosso do grupo, era um grupo de dez alunos, né, e o comandante, o capitão dos portos então determinou para aquelas empresas de pesca que só ia ceder, só ia dar a autorização para pesca, para os mestres de pesca antigo lá, autorizações de pesca, porque a designação de patrões de pesca, como comandante daquelas embarcações. E a Marinha dava, aquilo tudo a Marinha dava habilitação diante exame que o pessoal fazia, e a Marinha dava. Então ele disse que só daria exame e novas administrações quando aqueles dez alunos da escola que estavam lá no porto tivessem sido aproveitados pelas empresas. E foi assim, aí aqueles armadores de pesca lá do barco de pesca, eles então tiveram que acatar as ordens da capitania dos portos e empregou todos nós (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Tal medida faria com que os pescados, de cada parte do litoral nordestino pudessem ser amplamente consumidos no mercado interno, assim como possibilitaria ao Brasil exportá-los para o consumo externo, haja vista que cada parte do litoral possuía a predominância de tipos específicos de pescado a serem explorados, como destacou o filho de ex-aluno da EPT, de acordo com as histórias que seu pai o relatou em vida:

Aquela pesca do atum era uma característica bem de Pernambuco, de Recife, então a principal atividade pesqueira comercial de Recife, industrial, vou dizer assim industrial, era a pesca do atum. Não tinha nem a segunda, a do camarão não havia. A do camarão e piratuba era Belém, Belém tinha essas duas atividades principais industrial, a primeira era pirabutá e a segunda camarão. Em Fortaleza a primeira era lagosta e a segunda pesca do pargo (Fábio, filho de ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 56 anos).

Assim, ao retornar para Fortaleza, que, na época tinha a captura da lagosta e a pesca do pargo como principais atividades pesqueiras comerciais, Seu Josélio relatou ter participado das duas:

Olha, eu trabalhei nos dois. Eu trabalhei, acho que uns cinco/seis meses, cinco meses na pesca da lagosta e depois da pesca da lagosta eu fui pra pesca do

pargo. Quando eu encerrei minhas atividades de pesca em Fortaleza eu tava na pesca do pargo, porque eu resolvi ir pra baina [Marinha] de guerra (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Um fato interessante é que, para ele, a EPT, de fato, abriu um leque marítimo, embora não tenha reduzido o ethos adquirido na Escola para execução da pesca industrial, haja vista que ao “resolver ir pra baina [Marinha] de guerra”, retornou a Pernambuco, quando ficou quase um ano no campo de munição da Marinha, localizada em Jiquiá, próximo a Mangueira. Além de, posteriormente, ter seguido sua vida na Marinha Mercantil, como frisou:

Eu vim pra Marinha Mercantil, quando em 1981 eu entrei pra Petrobrás, que era pra conduzir navios da Petrobrás, pra comandar navio soneiros, petroleiro do Sonar. Eu fui trabalhar na frota nacional de petroleiros em 1981 e eu fiquei 19 anos trabalhando na Sonar que é um cruzeiro que tem feito pela Petrobrás (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Assim como ele, o filho de pescador e ex-aluno José Bezerra, que iniciou seus estudos na EPT aos 16 anos, entre os anos de 1961 e 1963, ao se formar nos cursos de pescador profissional e patrão de pesca, passou a viver no mar, da vida na pesca, como argumentou seu filho:

Com 16 anos de idade optou por estudar na Escola de Pesca, sendo assim *aprendeu a profissão de ser marítimo e começou sua carreira de marinho* em 1963, indo a Paraíba e começando sua carreira em uma empresa chamada [COPESBRA] que tinha sig de companhia de pesca norte do Brasil. Daí meu pai se aliou com uma turma de japonês que eram os donos da COPESBRA e viram que ele era um homem simples e inteligente, capaz de cursar o curso de patrão de pesca costeiro. Depois evoluiu para patrão de pesca alto mar, onde começou na Paraíba sua linda carreira participando da pesca da baleia entre 1963 a 1965.

Aí quando um dos donos da COPESBRA chamado de Masuda, que o mesmo era japonês o trouxe ao Estado do Pará, já como comandante de um dos seus navios camaroeiro...em 1970, outros dois japoneses chamado Momgui e Igaracha lhe levaram para os Estados Unidos, para então ir buscar alguns barcos chamado SHINU-MARU, que hoje aqui no Estado do Pará trocaram a uns 10 anos atrás para o nome de AMAZA [Figura 21].

Depois dessa época, parece que 1969, veio a proibição da pesca da baleia, já foi começado a ser proibido a pesca da baleia. Aí depois de 1969, quando vieram a proibir a pesca da baleia, aí foi quando papai foi sendo classificado né, como viram a capacidade dele, que ele tinha condição de já de comandar um navio, ele foi fazendo curso pela Marinha Mercantil, pela CIABA²⁰ né (Fábio, filho de ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 56 anos, grifos nossos).

Figura 21: Amaza 82, barco no qual José Bezerra foi buscar nos Estados Unidos para auxiliar na pesca do camarão rosa, no Pará

²⁰ A CIABA, na qual Fábio relatara que seu pai estudara anos após a EPT, corresponde ao Centro de Instrução Almirante Brás de Aguiar, uma organização militar da Marinha do Brasil que busca preparar profissionalmente o pessoal da Marinha Mercante, localizado no Estado do Pará.



Fonte: Fábio Bezerra

Cabe destacarmos um elemento particular descrito por Fábio em seu relato, o fato de seu pai ter escolhido ir para Escola de Pesca, onde aprendeu a ser marítimo e começou a carreira de marinheiro, o que, para nós, alinhou-se aos ideais da Escola e mais do que isso, as intenções públicas do Almirante Dias Fernandes, que dizia ser necessário, antes de tudo, formar marinheiros.

Para além disso, Fábio aborda também que seu pai começara as atividades na pesca no estado da Paraíba, o que à primeira vista pode parecer estranho, já que de acordo com a operação da EPT, ao especializar os filhos de pescadores, esses seriam empregados em seus locais de origem, que no caso de Seu José Bezerra, deveria ter sido em Pernambuco. No entanto, a fala de outro ex-aluno, parece nos dar indícios dos motivos pelos quais Seu José Bezerra foi inicialmente trabalhar na Paraíba:

Os alunos da Escola de Pesca Tamandaré, quando ficava desempregado, muitas vezes corria pra outro Estado em busca de emprego e terminaram conseguindo emprego em outro lugar, em outro Estado (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Foi assim que Seu José Bezerra viveu da formação de pescador profissional adquirida na EPT, mesmo após a proibição da pesca da baleia, quando passou a assumir outro barco camaroeiro e daí em diante seguiu, até quando veio a se aposentar entre 2004/2005 e a falecer, em 2016.

Seu Martins, que fez parte da EPT entre os anos de 1955 e 1960, residia e trabalhava em um engenho próximo a Escola, cortando cana-de-açúcar, quando soube da existência da Escola, como relatara:

Eu era cortador de cana, eu era criança de menor, mas cortava cana no engenho... aí vizinho o engenho era vizinho a Escola de Pesca de Tamandaré então eu sabia que existia uma Escola de Pesca, porque era vizinho... o engenho era vizinho à praia e a Escola de Pesca na praia, então eu morava no Engenho Brejo. Eu estava cortando cana quando chegou um caminhão cheio de garoto jovem pra ir buscar olho de cana pro gado comer, eu perguntei “de onde vem esse caminhão” “da Escola de Pesca de Tamandaré” “e vocês” “ah, nós somos alunos da Escola de Pesca” aí então eu fiquei entusiasmado e assim eu pedi pra minha mãe pra fazer a minha inscrição lá nessa Escola e foi aí que eu consegui passar nos testes e entrei na Escola de Pesca pra estudar lá quatro anos e oito meses (Martins, 83 anos, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré).

Comparando sempre a vida na Escola com a vivida no engenho:

De fato a Escola de Pesca foi.. na época do João Cleofas, quando a Escola de Pesca foi um grande... foi uma grande ação naquela comunidade, viu... que desenvolveu bastante. Veio tudo quanto era de gente, veio de Maceió e Recife, de tudo, pra ser aluno da Escola de Pesca e aquele povo que era turma jovem, que trabalha lá usinas, nos engenhos de cana-de-açúcar, que precisa precisava estudar, vencer em alguma coisa, parou de trabalhar na roça e entraram na Escola de Pesca. Então aquela Escola foi um grande exemplo para muita gente, foi muito bom para todos nós (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Assim como seu José Bezerra, quando se formou nos cursos de pescador profissional, patrão de pesca Regional e patrão de pesca Costeira e técnico em biologia marinha, também trabalhou na pesca da baleia, em um navio japonês, logo após sair da EPT, aspecto que ele nos disse:

Quando eu já tinha me formado, tava estagiando na pesca de baleia, né. Fui estagiar na pesca de baleia. Eu dizia pra ele, pro japonês “não mata a baleia não, a baleia tem filhote” puxa eu... ele dizia “cala a boca menino, nada a fala, é” e eu dizia, “ tá legal, é o jeito” entendesse? Era assim, são coisas que acontecia lá no navio japonês, mas eu consegui me especializar na pesca da baleia sim, mas eu não quis fazer o uso da profissão lá, não. Eu fui pescar tubarão, pra tirar couro de tubarão pra fazer cinto, fazer bolsa... o coró do tubarão dá pra fazer cinto, fazer bolsa, um bocado de coisa, é um couro... é um couro resistente o coró de tubarão, principalmente o lixa. É... ele vai... quando você tira o couro do tubarão e manda curtir, fica um couro normal e é forte o couro, entendeu.

Que situação, né? (risos) Mas ninguém tirava o couro e deixava o tubarão sem couro não, a carne de tubarão era vendida que é pra poder fazer o uso, senão esse tipo de coisa não servia, só se... só... só podia ser aceito se aproveitasse a carne do animal, se não é pra aproveitar a carne do animal, então deixa o animal pra lá, deixa o bichinho viver (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

É importante destacar aqui que, em paralelo a existência da Escola de Pesca em Tamandaré, houve uma forte presença de embarcações vindas dos Estados Unidos e, sobretudo, do Japão para pescar em águas brasileiras, que se aproveitou bastante da mão-de-obra que a instituição profissionalizou. A presença dessas embarcações chegou até mesmo a ser noticiada em matérias jornalistas, o que podemos evidenciar na publicação do jornalista Anil Fernandes, publicada em 1960, no Diário de Pernambuco:

[...] a industria pesqueira não tem atraído os capitais nativos; permanecendo a mesma desconfiança de muitos anos; e que não foi possível vencer. Ninguém acredita na pesca. Foi preciso que viesse o japonês e pescasse, seguindo a trilha do dr. Lee, que foi o verdadeiro descobridor do grande filão pesqueiro nordestino. Mas como a industria japonesa está sujeito à moeda forte, quanto mais forte é, mais caro é o peixe. (FERNANDES, 1960, p. 4).

A exemplo do ex-aluno Edson de Gusmão, que relatou ao Diário de Pernambuco ter tido melhores condições de vida através da EPT, uma vez que estava fadado a “empregar-se no fraco comércio da região ou ir trabalhar no cultivo da cana” (p. 12). O que o levou a inferir a existência dessa Escola como uma possibilidade de recolher “os conhecimentos teóricos para um exercício racional da profissão escolhida e a prática indispensável à sua identificação com os segredos do mar” (p. 12), chegando até mesmo a comandar o que foi considerado o maior navio pesqueiro do Brasil (pertencente ao Japão), de acordo com a reportagem do Diário de Pernambuco,

Edson de Gusmão Vasconcelos, pernambucano de Barreiros, de 31 anos de idade, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, comanda, hoje, o maior navio pesqueiro em operação no Brasil, o Sakioshi Maru, e se sente plenamente realizado em sua vida profissional. Ele se diz um dos muitos que a citada Escola preparou para a pesca e que estão aptos, dentro da carreira que abraçaram, a exercer as funções de maior responsabilidade e competência (EX-ALUNO, 1966, p. 12).

Assim como tivemos acesso ao relato de que Seu José Bezerra pescou em embarcação estado unidense e Seu Martins em embarcação japonesa. Com um diferencial entre esses dois, haja vista que, diferentemente de seu José Bezerra, que ao sair da pesca da baleia seguiu com a carreira de pescador profissional, Seu Martins prestou concurso para SUDENE, onde trabalhou como técnico em pesca por treze anos e auxiliou em pesquisas.

Eu fiz um concurso na Sudene naquela época e eu passei como técnico de pesca. Trabalhei pra lá 13 anos na Sudene Nordeste, então fiz oito estágios de pesca científicas... oito estágios, tudo pago pelo Governo Federal e quando a Sudene acabou, o Governo acabava com a Sudene²¹, como era um órgão do

²¹ Cabe ressaltar aqui a SUDENE passou por um processo de reformulação de sua prática, que se iniciou a partir de 1964, junto ao regime militar, alterando profundamente sua atuação, na medida em suas decisões foram deslocadas para outras instituições, o que fez com que ela deixasse de ser vinculada à presidência da República

Governo eu ia ser transferido, mas eu tinha feito um outro curso... aproveitei o embalo fiz um curso de... já tinha o de patrão de pesca, fiz um concurso... fui convidado pela USP (Universidade de São Paulo) pra ser Comandante de um barco de pesquisa geofísica da Universidade Federal da Bahia, aí eu corri pra lá (risos).

Daí em diante, até aposentar-se, trabalhou em pesquisas ligadas a vida no mar, utilizando-se dos saberes adquiridos na EPT com base em sua formação técnica em biologia marinha, chegando até mesmo a trabalhar na captação do petróleo, como relatou:

Porque o meu serviço era esse, levar lá a embarcação até em alto mar pra fazer o estudo em busca de petróleo com computador arrastando uns 3 km de cabos eletrônicos, pra registrar onde era que tinha petróleo, e na hora que tinha petróleo, tirava as coordenadas, latitude e longitude daquele ponto e aquele ponto ia pra Petrobras fazer perfuração de petróleo e colocava uma plataforma de perfuração de petróleo naquele ponto.

Então nosso trabalho era uma espécie de captador, fazer... em busca de pontos de petróleo, pontos estratégicos onde tinha petróleo tinha que dar essas coordenadas pra Petrobras. Era uma atividade muito importante viu, muito importante mesmo.... Eu tive que melhorar a minha carta pra cabotagem e aí eu tive que dar meu lugar pra outro. Aí nessas alturas, quando eu terminei o curso pra cabotagem, eu fui logo convidado... fui logo convidado pela Hamburg Sud, pra comandar uma lancha de transporte de passageiro pra Petrobras, pra dar apoio às plataformas perfuração de petróleo e assim eu fui pra lá, pra corrida do ouro, lá em Aracaju (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

De certo, a vida dos ex-alunos que contribuíram para esta pesquisa nos revelou a importância dessa iniciativa governamental para suas vidas profissionais, tendo formado o ethos profissional no qual ela buscou alcançar, de modo que esses indivíduos pudessem se utilizar do disciplinamento que essa instituição total promoveu ao socializar seus corpos para o trabalho no e do mar.

Não à toa que eles desenvolveram uma memória afetiva para com a EPT, ressaltando sempre, durante as entrevistas e conversas realizadas, a significância que essa instituição teve para suas vidas, o que reforça o seu papel também formador do novo homem nacional. Fábio mencionou que seu pai e seus tios que também se profissionalizaram na Escola e hoje vivem da pesca do camarão, sempre contavam como essa instituição “deveria voltar à ativa, ajudava muita gente”.

Para Seu Josélio, a EPT representou uma possibilidade de melhoria de vida

(COLOMBO, 2018). Daí em diante, iniciou-se um processo de declínio de sua atuação, tendo sido extinta em 2001, sob o Governo de Fernando Henrique Cardoso e retomando suas atividades a partir de 2007 sob o Governo Lula (FILHO, s/d).

Eu quero dizer pra você que muita gente hoje como eu deve o conhecimento que tem a partir da Escola de Pesca de Tamandaré, que é o que eu lhe disse, a Escola de Tamandaré de Pesca era um leque abria-se um leque pra gente, de toda essa área. Primeiro, nó tínhamos uma matéria, uma grande, muito importante, que era sobre biologia marinha, então era uma.. duas matérias que chamava atenção da gente enquanto pescadores, que era a biologia marinha e a oceanografia, abria-se um leque muito grande para toda essa área e aquilo ali... nos trabalhos da SUDENE o principal conhecimento aplicado era o oceanografia e teologia²² marinha, correto? [...] E era isso, abria-se um leque pra gente. Muita gente praticamente organizou a sua vida a partir desse leque que se abriu da Escola de Pesca de Tamandaré, muita gente. Hoje temos biólogos já aposentados que vieram da Escola de Pesca (Josélino, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Assim como para Seu Martins

Então, é isso aí filha, essa Escol como treinamento pros engenheiros de pesca é uma boa pra eles, não resta dúvida, mas para comunidade da região, é uma grande ajuda humanitária, cidadania, porque tira muita gente do campo. Assim, tira esses rapazes, jovens, do campo e dá uma profissão pra fazer uso dela na vida inteira. Trazer... pescar... entendeu (Seu Martins, Ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

O que nos fez concluir que, embora a Escola de Pesca de Tamandaré não tenha conseguido incorporar os ideais presentes no projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, ela foi responsável por forjar novos sujeitos para o trabalho no mar, com um novo ethos profissional.

Ethos esse, que foi responsável por possibilitar melhorias nas condições de vida desses indivíduos, o que reflete diretamente na percepção dos ex-alunos para com a importância dessa iniciativa governamental, reconhecendo a EPT enquanto uma ação importante para a comunidade. Na visão deles, essa Escola de Pesca, que incorporou também pessoas de outros segmentos, a exemplo dos cortadores de cana-de-açúcar, deveria, inclusive, voltar a operar, já que ela “ajudou muita gente”.

²² Embora a palavra “teologia” possa parecer um erro de escrita, essa foi a palavra empregada Seu Josélino para referir-se a biologia marinha, o que optamos por manter na transcrição, respeitando sua fala original.

5 CONCLUSÕES

Como explicitamos, o objetivo desta dissertação foi elencar a mudança de ethos promovida pela Escola de Pesca de Tamandaré, que forjou um novo indivíduo, alinhado aos interesses públicos do Estado. No capítulo um, evidenciamos, através dos antecedentes históricos, sociais e econômicos a ela atrelado, que a EPT funcionou como uma das iniciativas governamentais promovidas pelo projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, o qual buscara incorporar o segmento da pesca no novo ideário nacional: o do Brasil industrial.

Para tal, a instituição da primeira Escola de Pesca em Marambaia no Rio de Janeiro, inaugurada em 1939, influenciou diretamente na construção dessa segunda Escola Profissional de Pesca, a qual nos atemos a discutir nesta pesquisa. Isto porque, de acordo com os registros jornalísticos da época e até mesmo o projeto de lei da EPT, a EPDV foi um grande passo para a promoção do setor industrial pesqueiro na Região Sudeste do país, de modo que instituir uma Escola Profissional de Pesca também no Nordeste, resultaria em não apenas ampliar o consumo do pescado nessa parte do Brasil como também modernizaria o ofício pesqueiro.

Foi dessa maneira que surgiu a EPT, em 1954, num momento político em que o modelo desenvolvimentista e modernizador estava em alta, a fim de superar os “problemas” presentes na Primeira e Segunda república. Assim, suscitou-se a intenção de aprimorar a pesca artesanal praticada de forma secular e considerada “atrasada”, que possui saberes e fazeres próprios, consolidados e perpetuados na figura do mestre de pesca e de seu ethos singular, próprio da atividade pesqueira, dos jangadeiros, canoieiros. O que fez com que essa iniciativa, a EPT, edificada na praia de Tamandaré, Pernambuco, fosse uma experiência única no Nordeste, responsável por dar início e difundir um processo de instrumentalização do saber-fazer pesqueiro.

Essa instrumentalização pôde ser evidenciada no segundo capítulo, quando discutimos especificamente acerca do ethos pré-existente na pesca artesanal e do novo ethos incorporado à EPT. Esse novo ethos contou com o auxílio de uma autoridade legalmente reconhecida como racional e imparcial, a saber, o perito, que teria autoridade para oferecer instrução direcionada aos conhecimentos modernos, que acreditavam ser necessários ao ofício pesqueiro no seio industrial. Assim, buscou-se inserir os filhos de pescadores de todos os Estados nordestinos nessa instituição (embora também tenha havido a presença de pessoas de outros segmentos

profissionais: agricultores, cortadores de cana, etc.) o que, de acordo com seus idealizadores, também ampliaria o consumo interno e a comercialização externa do pescado, consolidando, por sua vez, o setor industrial da pesca no Nordeste do Brasil.

Foram sob esses aspectos que a Marinha inseriu um currículo formal na Instituição, com novas práticas e sociabilidades a serem seguidas, a partir de regulamento e fardamento específicos, além de uma rotina de atividades regradas. Sendo essas atividades, presentes no sistema de internato da Escola, divididas entre o tempo em terra, nas aulas teóricas, e o tempo no mar, nas aulas práticas. Dessa forma, o controle e o disciplinamento exacerbado, tal como elencamos no terceiro capítulo da dissertação, fez com que pudéssemos atribuir a EPT enquanto uma instituição total, cujos aspectos nela empregados serviram não apenas para profissionalizar o filho de pescador a partir dessa nova ética social moderna, como também para modificá-lo enquanto ser humano, mediante do currículo oculto da instituição, presente no cotidiano da Escola. Tudo isso cristalizou o surgimento de um novo ethos profissional, incorporado a partir dessa iniciativa governamental.

Por consequência, essa série de elementos que tratamos ao longo da dissertação, junto ao relato dos colaboradores dessa pesquisa após saírem da Escola de Pesca, nos fizeram refletir acerca da consolidação da indústria pesqueira nacional que a EPT almejou instituir na Região Nordeste, haja vista que esse foi o objetivo maior do projeto de nacionalização e industrialização da pesca no Brasil, ao qual a EPT esteve incorporada. O que nos leva a seguinte indagação: A EPT conseguiu, de fato, promover uma indústria pesqueira na Região Nordeste?

A resposta é não. Atualmente, a maior parcela da produção do pescado, em Pernambuco, que sediou essa Escola de Pesca na praia de Tamandaré, tem como principal feito a pesca artesanal, que representa cerca de 90% do pescado capturado de maneira extrativista no Estado de Pernambuco e cerca de 70% no Brasil (RAMALHO, 2020), ao passo que não há registros de uma indústria da pesca em todo o litoral de Pernambuco, embora haja a presença de empresas que comprem e comercializam pescados na costa litorânea.

Além do fato de que, como já abordamos anteriormente, essa Escola de Pesca, que dizia ter como objetivo instrumentalizar os filhos de pescadores - o que a diferenciaria da primeira Escola, que aceitava pessoas de outros segmentos que não a pesca -, também incorporou pessoas que exerciam, outros ofícios anteriormente a participação nessa instituição, a exemplo o trabalho na cana-de-açúcar, como destacamos. A fala de Fábio, sobre seu pai José Bezerra, assim como a de Seu Josélio e de Seu Martins, nos ofereceram dados relevantes a essas inconsistências da indústria pesqueira nacional. Ao se formarem na Instituição, todos eles

trabalham em navios pertencentes aos Estados Unidos ou ao Japão, embora a finalização de seus respectivos cursos na EPT tenha se dado ainda durante o período de seu funcionamento, que encerrou apenas em 1975 e que buscou a inserção desses indivíduos diretamente na pesca industrial brasileira.

É importante salientarmos aqui que a imigração nipônica chegou a ser considerada interessante para o Nordeste (O JAPÔNES, 1958) assegurando “o desenvolvimento que vai tendo a pesca de um peixe, que durante muito tempo foi para nós apenas uma curiosidade” (p. 10), de modo que fosse possível estimular uma indústria pesqueira. No entanto, a promoção da indústria pesqueira junto a mão-de-obra nipônica foi de encontro com um dos ideais relacionados a EPT, que buscou instituir uma independência econômica nacional ao setor pesqueiro.

Não obstante, nenhum dos entrevistados exerceu, durante sua vida profissional, trabalhos voltados a indústria nacional de pesca, os quais deveriam, inclusive, ter sido direcionados ao Nordeste. Cabe ressaltarmos que isso não significa dizer que um novo ethos não foi incorporado na Escola de Pesca de Tamandaré, haja vista que o saber instrumentalizado no qual ela ofertara fora de extrema importância para carreira desses homens, que buscaram ao longo de suas vidas, viverem no e do mar, através da Marinha Mercantil, do trabalho na prospecção do petróleo ou ainda utilizando seus conhecimentos aprendidos para viverem da pesca, o que só foi possível por conta desse ethos profissional que incorporaram via EPT.

Sendo assim, tudo isso nos revelou que esse projeto de industrialização da pesca, tal qual a Escola de Pesca buscou instituir, não se concretizou, inclusive, no que diz respeito ao quantitativo de pessoas formadas na instituição, como podemos evidenciar no quadro (4) abaixo, correspondente a um documento oficial da Câmara dos Deputados que buscou transferir o espaço físico da EPT do Ministério da Agricultura para o Ministério da Educação e Cultura, em 1981:

Quadro 4: Quadro demonstrativo de cursos oferecidos pela Escola de Pesca de Tamandaré, 1954-1973

Período	Cursos	Nº Turmas	Nº Formados
1954 -1967	Pescador Profissional	9	321
1967-1973	Pescador Profissional	6	385
	Motorista de Pesca	6	211

	Patrão de Pesca Costeira	6	46
	Patrão de Pesca Regional	8	92
	Total		1055

Fonte: Revista Nacional da Pesca, 1974.

O que condiz com a relação estabelecida entre a produção da pesca artesanal e industrial no Brasil durante o período de atuação da EPT, que contou com a predominância da captura artesanal do pescado. Como destacou Diegues (1983, p. 146), ao atribuir que nos anos de 1960 a pesca artesanal representava 83% da produção pesqueira nacional, enquanto que a pesca industrial representava apenas 16,4%. Cenário esse que, embora tenha apresentado um crescimento na produção pesqueira industrial nos anos de 1970 (com 46,6%), não foi suficiente para ultrapassar a produção artesanal, que representou 53,4% do pescado capturado.

Não obstante, os dados referentes a Pernambuco nos remontam de forma ainda mais significativa a não concretização de uma indústria da pesca no estado (RAMALHO, 2017, p. 111), haja vista que em 1955, um ano após o início das atividades da Escola de Pesca, a produção artesanal era de 100%, sem presença da pesca industrial, ao passo que, em 1981, a produção extrativista artesanal ainda mostrava-se dominante, com um total de 88,4% do pescado capturado, enquanto que a pesca industrial detinha apenas de 11,6%.

Diante do “insucesso”²³ da indústria pesqueira via EPT, que mostrou-se ser uma instituição sempre bem quista pelos políticos pernambucanos e pelo poder público, e aliado ao pouco quantitativo de alunos formados na instituição que João Cleofas garantira, assim como seu projeto de lei, possuir capacidade para comportar 350 alunos, buscamos refletir acerca dos motivos pelos quais essa instituição declinou, tendo encerrado suas atividades em 1975, sem ter conseguido cumprir outra promessa: a de ampliar o consumo interno do pescado também nos centros urbanos, que estaria associado à promoção de uma indústria da pesca.

É possível que um dos motivos pelos quais a EPT tenha perdido parte de seu investimento financeiro e ainda a comoção pública diante a instrução nela ofertada tenha sido o curso de Engenharia de Pesca da Universidade Rural de Pernambuco, que começou a funcionar em 1971 nas instalações da EPT, de acordo os ex-alunos entrevistados, o que fez com

²³ A palavra “insucesso” aqui empregada faz alusão aos objetivos instituídos pela iniciativa governamental de inserção de uma indústria pesqueira nacional na Região Nordeste, embora haja o reconhecimento de que de fato essa Instituição instruiu os seus alunos para o trabalho na pesca industrial.

que alunos da Universidade e os da Escola de Pesca tivessem de que dividir não o espaço físico para realização de suas atividades como também os investimentos a elas atrelados.

De acordo com Seu Josélio, que estudou na instituição entre 1966 e 1971, a chegada do curso de engenharia de pesca da UFRPE foi o motivo pelo qual a EPT começou a ter seu desempenho comprometido, perdendo atenção do Ministério ao qual estava vinculada, como nos evidenciou:

A Escola de Pesca (Tamandaré) perdeu seu resultado quando as atenções do Ministério da Agricultura começou a desviar para a Universidade Federal de Pesca, a primeira Universidade Federal de Pesca aconteceu aí em Pernambuco. Exatamente em 1969 a primeira turma de pesca, da engenharia de pesca aconteceu. Então, quando eles vieram aqui pra Escola de Pesca de Tamandaré, todo apoio deles era na Escola de Pesca de Tamandaré, a partir disso, a visão do Ministério da Agricultura começa a se desviar dessa parte da pesca, eu acho que por causa de... eu não sei se por causa de investimento, mas eles passaram a investir mais na Universidade Federal de Pesca. Aí eu sei que pelos anos 1975 mais ou menos as atividades de pescadores profissionais praticamente foram eliminadas da Escola de Pesca e ficando apenas essas atividades de biologia, biologia marinha e atividades de engenharia de pesca (Josélio, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 70 anos).

Assim como ele, Seu Martins também chamou atenção a presença do curso de engenharia de pesca como algo que comprometeu a atividade da EPT:

Depois que a Escola passou a ser um local de treinamento pessoal da Universidade Federal, dos engenheiro de pesca aí a coisa ficou fraca, você vê que quase não se fala, não se teve desenvolvimento. Naquela época todo ano formavam uma turma e essa turma embarcava em navios japoneses e iam pescar, iam trabalhar e ganhar dinheiro... muitos deles como motorista de pesca, trabalhava até em outras embarcações depois que saia, porque a mecânica é mecânica e de maneiras que... um grande benefício que a Escola de Pesca perdeu. Praticamente perdeu, porque os engenheiros de pesca ali, ele faz o estágio, mas não vai trabalhar pra Tamandaré em canto nenhum, né por aí, vai trabalhar assim, em grandes indústrias de pesca (Martins, ex-aluno da Escola de Pesca de Tamandaré, 83 anos).

Desta forma, é possível consideramos que o curso de engenharia de pesca tenha sua parcela de participação para o declínio da EPT, o que pode ser justificado pela falta de prestígio de um curso técnico em relação a um curso superior. Isto porque no período em que a EPT encerrou suas atividades, as questões educacionais davam indícios para um maior interesse dos poderes públicos em investir no ensino superior, o que pode vir a ter deixado o ensino técnico-profissional, em segundo plano, embora seja possível que isso não tenha sido o único motivo para o declínio dessa Escola Profissional de Pesca.

É importante chamarmos atenção ao fato de que o próprio período de vigência da EPT foi marcado por altos e baixos. Em 1960, a instituição quase deixou de operar, devido ao investimento financeiro não ser suficiente para cobrir as despesas internas, o que levou a Escola a ter seus gastos incorporados a pasta da União, em 1962, a fim de garantir sua plena execução. No entanto, em 20 de maio de 1964, a Escola de Pesca chegou, de fato, a paralisar suas atividades, novamente por problemas financeiros (SIQUEIRA, 1965, p. 9), sendo eles, desta vez, relacionados a SUDEPE, como podemos evidenciar na reportagem publicada no Diário de Pernambuco:

Apesar dos esforços do diretor para que o Centro, vital para o desenvolvimento racional da pesca, funcione a contento, até hoje suas solicitações de recursos não foram atendidas pela Superintendência da SUDEPE [...] dada a situação de abandono em que se encontra o estabelecimento, a natureza se encarrega de destruir prédios e barcos, que não recebem assistência de manutenção (ESCOLA, 1964, p. 3).

O que levou, inclusive, o próprio diretor da instituição, Oliveira Andrade, a sugerir que fossem criadas cabras e ovelhas na “zona do litoral-mata”, a fim de suprir o problema do consumo bovino, de preço elevado a população, contrariando, por conseguinte, os ideais nos quais essa Escola se edificou. Tal sugestão chegou a ser repercutida nos jornais da época (CAPRINOS, 1964, p. 4), embora não tenha sido levada a diante, haja vista que o programa de desenvolvimento integrado da pesca, previsto no III Plano Diretor da Sudene, de 1965, contribuiu para à recuperação da Escola de Pesca de Tamandaré que voltou a operar em 8 de outubro do mesmo ano, com o slogan de que a “reabertura da Escola de Tamandaré é medida inicial do Governo para promover no país o desenvolvimento da pesca” (SIQUEIRA, 1965, p. 9).

Para além disso, é possível também que o investimento financeiro referente ao de uma indústria pesqueira nacional, tenha sido deslocada ou ao menos invisibilizada diante de investimentos na prospecção do petróleo em território nacional, como evidenciou uma matéria de jornal publicada no Diário de Pernambuco:

Do que precisamos é criar uma indústria pesqueira nacional; e é até estranho que tendo despertado tanto interesse a batalha do petróleo, que é preciso primeiro descobrir, nenhum tenha suscitado a indústria da pesca, que está diante de nós e em abundância (FERNANDES, 1960, p. 4).

Aliado ao fato de que entre as décadas de 1970 e 1980, o petróleo passou a ter maior visibilidade política, o que levou até mesmo dois ex-alunos entrevistados na dissertação abordaram em suas falas, terem participado da atividade de prospecção do petróleo.

No entanto, compete-nos ressaltar que os resultados adquiridos nessa dissertação não são suficientes para afirmarmos a relação direta entre o investimento no setor petrolífero nacional e o encerramento das atividades da Escola de Pesca de Tamandaré, devido a uma diminuição dos investimentos públicos da instituição, direcionados ao crescimento da prospecção de petróleo em solo nacional, bem como se foi a criação do referido curso de engenharia de pesca da UFRPE que determinou o seu fim. Sendo assim, deixamos em aberto essa questão para que em momentos futuros, possamos nos ater a investigar mais a fundo essas possíveis relações.

Posto isto, encerramos nossas considerações finais ressaltando que, tal como buscara, a Escola de Pesca de Tamandaré, de fato, incorporou e difundiu um novo ethos profissional em seus alunos, o que pudemos evidenciar a partir dos documentos legais, jornalísticos e ainda com colaboração dos relatos de alguns ex-alunos. Sendo assim, embora essa iniciativa governamental não tenha conseguido atingir os objetivos idealizados, de acordo com os seus anseios de promover a ampliação do consumo do pescado e da consolidação de uma indústria nacional de pesca, ela não deixou de ter sua importância, especialmente para aqueles que foram seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ACHESON, James. Anthropology of fishing. **Annual Review of Anthropology**, n.10, 1981.
- AGUIAR, Severino. **Mudanças em um grupo de jangadeiros de Pernambuco**. Recife: Imprensa Universitária, 1965.
- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.
- ALVES, Juliana Carla da Paz. **Currículo, cultura escolar e disciplinamento**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Brasileira), Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2010.
- ALVIM, Rosilene & LOPES, José Sérgio Leite. A usina e a varanda: a teatralização da dominação patronal. **Revista de Ciências Sociais**, v. 38, n. 2, 2007.
- ANDERSON, Raoul. **Hunt and Conceal: information management in Newfoundland deep-sea trawler fishing**. In: S.K. Tefft (ed.), 1980.
- ANDRADE, Gilberto Osório de. Duas palavras. **Jornal Pequeno**. n. 00174 (1), 1951. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=800643&PagFis=84381&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22>. Acessado em 16 de set. de 2020.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuições ao estudo da questão agrária no Nordeste. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2005.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. São Paulo: Editora Loyola, 1999.
- BARRETO, Maria Salete de Santana. Biomassa, densidade e composição do zooplankton da baía de Tamandaré, PE. **Cadernos Ômega**. Série Agronomia, Recife, n. 2, p. 195-211, 1986.
- BORTONI-RICARDO, Stella Maris. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In: GORSK, Edair; COELHO, Izete Lehm Kuhl. **Sociolinguística e ensino: contribuições para a formação do professor de língua**. Florianópolis: UFSC, 2006.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembrança de velhos. 3ª edição, São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL, João Pompeu de Souza. Apontamentos para o estudo do “campesinato pescador” nordestino. **Revista de Ciências Sociais**, vol. 4, n. 2. Fortaleza – CE, p. 5-18, 1973.
- BRASIL, [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 16 de julho de 1934**. Rio de Janeiro, DF: Presidência da Casa Civil, [1934]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 01 de mar. 2021.
- BRASIL, [Constituição (1937)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro, DF: Presidência da Casa Civil, [1937]. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm. Acesso em: 02 de fev. 2021.
- BRASIL, República dos Estados Unidos do Brasil. Projeto de Lei nº 4.262, de 22 de maio de 1962. **Autoriza o Poder Executivo a instituir a “Fundação - Escola de Pesca de Tamandaré”, no Estado de Pernambuco. Memorandum nº 59, da Divisão de Caça e Pesca**.
- BUFFA, Ester. Educação e cidadania burguesas. In: BUFFA, E; ARROYO, M, NOSELLA, P. **Educação e cidadania**: quem educa o cidadão. São Paulo: Editora Cortez, 1987.
- CÂMARA dos Deputados: Conselho de Ministros. **Câmara dos Deputados**. Disponível em <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=220096>> acessado em 17 de mai. 2019.

- BRASIL, Ministério da Marinha. **A Marinha Mercante**. Diretoria de Portos e Costas: Ensino Profissional Marítimo, [entre 1962 e 1975].
- BUARQUE DE HOLANDA, Sérgio. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Editora José Olympo, 1936.
- CÁRDENAS, Camila Neira. **Discursos de protesta y redes sociales**: análisis de las prácticas discursivas activistas producidas en la comunidad de Facebook Universitario Informado durante las movilizaciones estudiantiles en Chile (2011-2013). 2018 Tese (Doutorado em Tradução e Ciências da Linguagem), Universidade Pompeu Fabra, Barcelona, 2018.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **A voz do mar**: Construção simbólica dos pescadores brasileiros pela Missão do “Cruzador José Bonifácio” (1919-1924). 1994. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação), Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994.
- CALLOU, Angelo Brás Fernandes. **Extensão Rural**: polissemia e memória. Recife: Bagaço, 2007.
- CAMPANHOLE, Adriano & CAMPANHOLE, Hilton. **Todas as Constituições do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1978.
- CANDIDO, Antonio. **Os parceiros do Rio Bonito**. 34ª edição. São Paulo: Duas Cidades, 2001.
- CAPRINOS e ovinos. **Diário de Pernambuco**. n. 00287 (1), p. 4, 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=33309. Acessado em 08 de mar. de 2021.
- CARVALHO, Danielle & TOLLEDO, Claudia. A educação no constitucionalismo brasileiro: do Brasil Colônia ao Golpe Militar de 1964. **Revista do Instituto de Pesquisas e Estudos**: Divisão Jurídica. Bauru, SP: Instituição Toledo de Ensino, n. 43, maio/ago. 2005.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- CASCUDO, Luís Câmara. **Jangada**: uma pesquisa etnográfica. São Paulo: Global Editora, 2002.
- CAVALCANTI, Geraldo. Bons os planos da indústria pesqueira no Estado. **Diário de Pernambuco**. n.00240 (2), p. 16, 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=29983 Acessado em 14 de dez. 2020.
- CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* **A pesquisa qualitativa**: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3º edição, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CENTROS de instrução e saneamento. **Diário de Pernambuco**. n. 00207 (1), p.9, 1963. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=25169. Acessado em: 07 de mar.2021.
- COLOMBO, Lucélia Aparecida. O auge e o declínio: a trajetória institucional da Sudene e o futuro do planejamento do Nordeste. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 49, n. 1, p. 375-399, mar./jun. 2018.
- CORDELL, John. Marginalidade social e apropriação marítima da Bahia In. DIEGUES, Antonio Carlos; MOREIRA, André de Castro (Org.). **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo, NUPAUB/USP, p. 139-160, 2001.
- CUNHA, Lúcia Helena. **Entre o mar e a terra**: tempo e espaço na pesca em Barra da Lagoa, SC. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1987.
- CUNHA, Lúcia Helena. Dossiê: Entre Natureza e Cultura — Movimentos, Tempo e Natureza. São Paulo: **Revista Margens**, n. 15, 2002.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2000.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2000.

- CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2000.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Tempo imperfeito: uma etnografia do arquivo. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 287-322, 2004.
- DIAS NETO, José Colaço. **Quanto custa ser pescador artesanal?** Etnografia, relato e comparação entre dois povoados pesqueiros no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e Mares**: leitura em sócio-antropologia marítima. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- DIEGUES, Antonio Carlos. Tradição marítima e oralidade: pesca de marcação e mestrança em galinhos, Rio Grande do Norte, Brasil. **Projeto História**. São Paulo, n. 22, jun.2001.
- DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedade**. São Paulo: NUPAUB/USP, p. 243-315. 2004.
- DIRKS, Nicholas. The imperial archive: colonial knowledge and colonial rules. In: DIRKS, Nicholas (org.). **Castes of mind: colonialismo and the making of modern India**. Princeton: Princeton University Press. p. 107-124, 2001.
- DRAIBE, Sônia. **Rumos e metamorfoses**: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930-1960. 2ª edição, São Paulo: Paz e Terra. 1985.
- DUARTE, Luiz. **As redes do suor**: a reprodução social dos trabalhadores da produção de pescado em Jurujuba. Niterói, Eduff, 1999.
- DURKHEIM, Émile. **A divisão social do trabalho**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.
- ESCOLA de Pesca de Tamandaré. **Diário de Pernambuco**, n. 00148, p. 3, 1951. Disponível em:http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=6970. Acessado em 14 de mar. 2020.
- ESCOLA de Pesca de Tamandaré também totalmente paralisada: crime contra NE. **Diário de Pernambuco**. n. 00230 (1), p. 3, 1964. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=31950. Acessado em 05 de mar. 2021.
- ENGLES, Friedrich & MARX, Karl. **Manifesto do Partido Comunista 1848**. Porto Alegre: L&pm Pocket. 2016.
- EX-ALUNO de Tamandaré comanda o maior navio pesqueiro do Brasil. **Diário de Pernambuco**. n. 00105 (1), p. 12, 1966. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=42804. Acessado em 08 de mar. 2021.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Cadernos de Campos**, n. 13. USP, 2005.
- FERNANDES, Anibal. O início da pesca pela Escola de Tamandaré. **Diário de Pernambuco**, n. 0022 (2), p. 4, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=532. Acessado em 05 de fev. 2021.
- FERNANDES, Anibal. Pesca e SUDENE. **Diário de Pernambuco**, n. 00238 (3), p. 4, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=6044. Acessado em 08 de fev.2021.
- FERNANDES, Dias. Telegrama. **Diário de Pernambuco**, n. 00178 (1), p. 5, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=4571. Acessado em 07 de fev. 2021.

- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes I**. 5ª edição. São Paulo: Biblioteca Azul, 2008.
- FERRÃO, Maria do Carmo. **Tamandaré: a história de um município**. Tamandaré- PE, 2000.
- FILHO, João Cardoso Palma. A educação brasileira no período de 1930 a 1960: a Era Vargas. In: FILHO, João. **Pedagogia cidadã, Cadernos de Formação, História da Educação**. 3ª edição. São Paulo: PROGRAD/UNESP, 2005.
- FILHO, Leonildes Alves da Silva. **SUDENE: 50 anos – uma abordagem política, institucional e administrativa**. Instituto Nacional de Administração para o Desenvolvimento, s/d. Disponível em: http://www.inad.com.br/publicacao/arquivos/20120730143856p_sudene_50_anos.pdf. Acesso em: 06 de mar.2021.
- FIRTH, Raymond. **Malay fishermen: their peasant economy**. London: Kegan Paul, 1946.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2001.
- FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2003.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência das prisões**. Petrópolis: Vozes, 36ª edição, 2009.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala**. São Paulo: Global, 1933.
- FURTADO, Lourdes Gonçalves. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.
- GEISTDOERFER, A. **Anthropologie Maritime: Appropriation Technique, Socialite et Symbolique des Ressources Maritimes**, Paris, CNRS, 1989.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 2002.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Editora FGV. 3ª edição, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. O Estado Novo e o debate sobre populismo no Brasil. **Revista Sinais Sociais**, v. 9, n. 25, p. 9-37, 2014.
- GOMES, Ângela de Castro. Estado Novo: debatendo nacionalismo, autoritarismo e populismo. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 173-201, 2019.
- HANNIGAN, John. **Sociologia Ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. São Paulo: ANPOCS, EDUSC. 2004.
- ICMBIO: Quem somos: história. **ICMBIO**. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/cepene/quem-somos/historia.html>. Acessado em 16 de ag.2019.
- INICIATIVAS da Inspeção da Caça e Pesca. **Diário de Pernambuco**, n. 00300, p.7, 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=4769. Acessado em 03 de set. 2020.
- INKELES, Alex & SMITH, David. **Becoming modern: Individual change in six developing countries**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.
- KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1987.
- LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2002.
- LOURENÇO, Fernando Antonio. **Agricultura ilustrada: liberalismo e escravismo nas origens da questão agrária brasileira**. Campinas, Editora da Unicamp, 2001.
- LUIS, Manoel. O problema da pesca em Pernambuco: Iniciativa louvável – Escola de Pesca de Tamandaré – amparo aos pescadores – Medidas complementares. **Diário de Pernambuco**, n. 00010, p. 21, 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=494. Acessado em 13 de set. 2020.

- MAIOR assistência à Escola de Pesca de Tamandaré. **Diário de Pernambuco**, n. 00177 (1), p. 3, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_14&pasta=ano%20196&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=4547. Acessado em 05 de fev. 2021.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.
- MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestre e Mares: Espaços e Indivisão na Pesca Marítima**. São Paulo, Annablume, 1993.
- MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1983.
- MARX, Karl. **O capital**: Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEHORAMENTOS da pesca no estado. **Diário de Pernambuco**, n. 00298, p.7, 1950. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=4741. Acessado em 29 de ago.2020.
- MILLER, Francisca de Souza. **A organização social de uma comunidade de pescadores-agricultores do litoral sul do Rio Grande do Norte**. 1992. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1992.
- MINISTERIO da Agricultura, Divisão da Caça e Pesca, Escola de Pesca de Tamandaré: Edital N.o 1. **Jornal Pequeno**. n. 00091 (1), p. 2, 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=89184>. Acessado em 05 de ago. 2020.
- MINISTERIO da Agricultura, Divisão da Caça e Pesca, Escola de Pesca de Tamandaré: Edital N.o 2. **Diário de Pernambuco**. n. 00296 (1), p. 9, 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=31224. Acessado em 23 de ago.2020.
- MOURÃO, Fernando A. **Os pescadores do litoral sul de São Paulo**. São Paulo: Hucitec/Nupaub/Cec, 2003.
- NÉMETH, Peter Santos. **O feitio da canoa caiçara de um só tronco: A cultura imaterial de uma nação**, em 25 linhas. São Paulo, Dossiê IPHAN v.14, 2011.
- NUCLEO de industrialização da pesca na Esc. De Tamandaré. **Diário de Pernambuco**. n. 00246 (1), p. 16, 1955. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=30109. Acessado em 05 de out. de 2020.
- O GOVERNADOR Agamenon, etc. **Diário de Pernambuco**. n. 00214 (1), p. 3, 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=7926. Acesso em 19 de set. de 2020.
- O JAPÔNES no Nordeste. **Diário de Pernambuco**. n. 00152 (1), p. 10, 1958. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=49327. Acessado em 05 de mar. de 2021.
- OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.
- PARANHOS, Moacyr Filho. **Gestão da produção Industrial**. Curitiba: Ibpx, 2007
- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, UFRGS. p. 337-391, 2014.
- PINA, Armando. Do comandante A. Pina ao diretor do DIÁRIO. **Diário de Pernambuco**. n. 00147 (1), p.9, 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=6957. Acessado em 08 de ago. 2020.

- PINTO, Eudes Sousa Leão. A pesca vai sair da rotina e do empirismo. **Diário de Pernambuco**. n. 00025, p.1, 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=19565. Acessado em 24 de set .2020.
- PORTO, Nuno. O museu e o arquivo do Império. In: BASTO, Cristiana; ALMEIDA, Miguel Vale de; FELDMAN-BIANCO, Bela. **Trânsitos Coloniais – diálogos críticos luso-brasileiros**. Campinas (SP): UNICAMP, 2007.
- PRADO, JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1942.
- QUEIROZ, Maria Isaura. **O campesinato brasileiro**: ensaios sobre a civilização e grupos rústicos no Brasil. 2ª edição, Petrópolis: Vozes, 1976.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. **Ah, esse povo do mar!** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. São Paulo: Polis, SP: CERES, 2006.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Elos de pertencimento na pesca artesanal. In: CASTELLUCCI JÚNIOR, Wellington; BLUME, Luiz Henrique dos Santos. **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares (vol. 2)**. Salvador: Eduneb, 2017.
- RAMALHO, Cristiano. **O petróleo e os bloqueios à reprodução artesanal em Pernambuco**. 2019. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/337829741>. Acessado em 23 de mar. de 2021.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. Mestria da pesca: cultura de um ofício. Portugal: **Etnográfica**, v. 24, p. 315-337, 2020.
- RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto; SANTOS, Andreia Patrícia. Por mares revoltos: a mediação política do Conselho Pastoral dos Pescadores (1968-2018). **Revista de Economia e Sociologia Rural** (impresso), v. 58, p. 1-22, 2020.
- RIBEIRO, Ramona Raissa. **Mestres de pesca**: a pesca na praia de São José da Coroa Grande. Reunião Equatorial de Antropologia Anais [recurso eletrônico]: Reunião Equatorial de Antropologia, 9 e 12 de dezembro 2019 / Salvador, Ba: Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Faculdade de Filosofia e Ciências e Humanas, Universidade Federal da Bahia, 2020.
- RODRIGUES, Nina. Mestiçagem, Degenerescência e Crime. **História, Ciência e Saúde - Manguinhos**, v. 15, p. 1151-1180, 2008.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 23. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.
- ROSENTHAL, Gabriele. História de vida vivenciada e história de vida narrada: a interrelação entre experiência, recordar e narrar. In: **Dossiê: Narrativas: teorias e métodos**. Orgs SANTOS, Hermílio; VÖLTER, Bettina; WELLER, Wivian. Revista de Ciências Sociais, Universidade Católica do Rio Grande do Sul. V.14, n.2, 2014.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. **Tudo que tem na terra e no mar**. Rio de Janeiro: Funarte/Instituto Nacional de Folclore, 1989.
- SILVA, Gláucia Oliveira da. Água, vida e pensamento: um estudo de cosmovisão entre trabalhadores da pesca. In: DIEGUES, Antonio (org). **A imagem das águas**. São Paulo: HUCITEC/USP, 2000.
- SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX). Campinas: Papirus, 2001.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição. 1999.
- SIQUEIRA, Selenio Homem de. Reabertura da Escola de Tamandaré é medida inicial do Governo para promover no país o desenvolvimento da pesca. **Diário de Pernambuco**. n. 00185 (1), p, 9, 1965. Disponível em:

- http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=37831. Acessado em 07 de mar. de 2021;
- SOUZA, Ivonildo. Demagogia, força de expressão ou engano? **Jornal Pequeno**. Souza. n. 00025, p.3, 1954. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=800643&pasta=ano%20195&pesq=Escola%20de%20Pesca&pagfis=88782>. Acessado em 15 de set. de 2020.
- SUDENE. **Catálogo de publicações editadas pela Sudene: 1959-1994**. Disponível em: <https://www.gov.br/sudene/pt-br/centrais-de-conteudo/catalogo-1959-1994-pdf>. Acessado em 12 de fev. de 2021.
- SUDENE vai explicar hoje o seu programa de incentivo à pesca. **Diário de Pernambuco**, n. 00237 (1), p. 20, 1960. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_14&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%20de%20Tamandar%C3%A9%22&pagfis=6040. Acessado em 8 de fev. 2021;
- SCHWARCZ, Lilia. **O Espetáculo das Raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- ULTIMAS informações nacionais. **Diário de Pernambuco**. n. 00073 (1), 1953. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_13&Pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=15234 Acessado em 05 de ago. 2020.
- UMA Escola de Pesca para o Nordeste. **Diário de Pernambuco**. n. 00065 (2), p.4, 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=5754. Acessado em 05 de ago. 2020.
- THOMPSON, Edward Palmer. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- TOLEDO, Victor Manuel; BARRERA-BASSOLS, Narciso. A etnoecologia: uma ciência pós-normal que estuda as sabedorias tradicionais. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 20, p. 31-45, jul./dez. 2009.
- VAI ser instalada em Tamandaré uma Estação de Pesca para os filhos dos pescadores nordestinos. **Diário de Pernambuco**, n. 00065(2), p. 3, 1951. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_13&pasta=ano%20195&pesq=%22Escola%20de%20Pesca%22&pagfis=5753. Acessado em 05 de set. 2020.
- VENTO forte. Produção de Patrícia Antunes.2017 (1h02min). Conselho Pastoral de Pescadores e Arte em Movimento. Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=QwKa49nVftE>. Acessado em: 03 de mai. 2020.
- VILLAR, Frederico. **A nacionalização da pesca e a regulamentação dos seus serviços**. Typo-literatura, Rio de Janeiro. 1924.
- VILLAR, Frederico. **A missão do Cruzador José Bonifácio**. Laemmert, Rio de Janeiro. 1945.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato brasileiro: uma história de resistência. **Rev. Econ. Sociol. Rural [online]**. v. 52, p. 25-44, 2014.
- WEBER, Max. **Á ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo. Companhia das Letras, 4º reimpressão. 2004.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade**. v. 1, 3ª edição. Brasília: UnB, 1994.
- WEBER, Max. **Conceitos básicos de sociologia**. São Paulo: Centauro, 2002.
- WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos de uma sociologia compreensiva**. v. 2. São Paulo: Editora UNB, 2004a.

WEBER, Max. **O que é burocracia**. Conselho Federal de Administração (CFA), s/d.

WEBER, Max. **A gênese do capitalismo moderno**. São Paulo: Ática, 2006.